

Simone Campos Lima

**PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE  
INFORMAÇÕES DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DO  
SINAES NO PAINEL DA AVALIAÇÃO DOS CURSOS  
SUPERIORES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Métodos e Gestão em Avaliação.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Moraes Ramos.

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lima, Simone Campos

Proposta de integração e disponibilização de informações do Censo da Educação Superior e do SINAES no Paineis da Avaliação dos Cursos Superiores / Simone Campos Lima ; orientador, Alexandre Moraes Ramos - Florianópolis, SC, 2015.

133 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação.

Inclui referências

1. Métodos e Gestão em Avaliação. 2. Acesso à informação pública. 3. Gestão da Avaliação da Educação Superior. 4. Paineis da Avaliação dos Cursos Superiores. I. Moraes Ramos, Alexandre. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação. III. Título.

Simone Campos Lima

**PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE  
INFORMAÇÕES DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DO  
SINAES NO PAINEL DA AVALIAÇÃO DOS CURSOS  
SUPERIORES**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre Profissional e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação.

Florianópolis, 28 de agosto de 2015.

---

Prof. Renato Cislighi, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Alexandre Moraes Ramos, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Pedro Antônio de Melo, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dilvo Ilvo Ristoff, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Ronaldo dos Santos Mello, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



Dedico este trabalho aos meus pais e ao meu esposo. Sem vocês nada disso seria possível.



## AGRADECIMENTOS

A Deus, porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas.

Aos meus pais, Guido e Eunice, pela presença sempre constante na minha vida e por caminharem juntos comigo sem hesitar.

Ao meu esposo, Herbert, pela paciência e a confiança neste tempo tão longo e árduo de estudo.

Aos meus irmãos, Monise e Hélio, e a minha cunhada, Priscila, pela amizade e por acreditarem em mim.

Ao meu Orientador, Prof. Alexandre, pelo incentivo e apoio durante a realização desta dissertação.

Aos professores e servidores do Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação (PPGMGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que sempre foram tão atenciosos e receptivos.

Aos colegas de mestrado por termos caminhado juntos nesta etapa da vida e pelo encorajamento em vários momentos.

Por fim, agradeço especialmente ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, pela oportunidade que me foi concedida de cursar o programa de mestrado, em especial aos amigos da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Organização.



“Genialidade: 1% de inspiração e 99% de transpiração”.

(Thomas Edison)



## RESUMO

Esta dissertação propõe a integração e a disponibilização na web dos dados da avaliação da educação superior, com base nos princípios da Lei de Acesso à Informação e dos Dados Governamentais Abertos. O objetivo é tornar as informações mais acessíveis à sociedade visto que a disponibilização nos sítios oficiais do governo ocorre de forma dispersa, não integrada e, por vezes, não contextualizada, dificultando a apropriação da informação por parte do cidadão comum. A relevância desse trabalho reside na apresentação de uma solução prática para a dificuldade de acesso, bem como na contribuição da discussão sobre a temática de acesso à informação pública na gestão da avaliação da educação. Essa dissertação constitui-se em pesquisa científica aplicada, descritiva e com análise qualitativa. Para o alcance dos objetivos desse estudo, foi realizado o levantamento das informações produzidas pelo Censo da Educação Superior e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, no que tange aos cursos de graduação. Em seguida foi realizado o mapeamento da disponibilização desse conteúdo no Portal INEP e no Sistema e-MEC. Ao final do mapeamento foi possível pré-definir as variáveis, as quais foram analisadas à luz do Modelo de Maturidade de Dados Abertos proposto por Berners-Lee (2006), a fim de se chegar à definição final das variáveis aptas a serem integradas e disponibilizadas em formato acessível à sociedade. O Painel da Avaliação dos Cursos Superiores desenvolvido por Speroni et. al. (2014) foi utilizado como meio para proposição de integração e disponibilização dessas informações. Por fim, foi demonstrada a viabilidade dessa pesquisa, por meio do padrão *Linked Open Data*.

**Palavras-chave:** Acesso à informação pública; Gestão da Avaliação da Educação Superior; Painel da Avaliação dos Cursos Superiores.



## ABSTRACT

This dissertation proposes the integration and the availability on the web of data of higher education evaluation, according to the principles of the Information Access Act and of the Government Open Data. Its objective is to make information more accessible to society as a provision in the government's official sites occurs in a dispersed form, not-integrated and, sometimes, not-contextualized, which make difficult the appropriation of the information by the ordinary citizen. The relevance of this work lies in presenting a practical solution to the problem highlighted, as well as in promoting the discussion on the topic of access to public information in evaluating the management of higher education. This dissertation constitutes an applied scientific research and descriptive research and its analysis is qualitative. In order to fulfil the main objective, the data collected by the Higher Education Census and the information produced by the National System for Higher Education Evaluation, regarding the undergraduate courses, was gathered. Afterwards, a mapping of this content on the INEP Web Portal and on e-MEC system took place to verify information availability. At the end of this process, it was possible to pre-define variables which were analyzed in accordance with the Open Data Maturity Model, proposed by Berners-Lee (2006), to define a final list of felicitous variables to be integrated and made available to the public in an accessible format. The Higher Education Course Evaluation Panel developed by Speroni et. al. (2014) was applied as a proposal for integrating and making this information available. Finally, the proposal of this research was demonstrated viable by the Linked Open Data standards.

**Keywords:** Public information access; Higher education evaluation management; Higher Education Dash Board.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Campos disciplinares que atuam na Interdisciplinaridade da Proposta de Pesquisa .....	30
Figura 2 – Microdados do Censo da Educação Superior.....	70
Figura 3 – Portal do INEP.....	81
Figura 4 – Sistema e-MEC.....	82
Figura 5 – Painel da Avaliação dos Cursos Superiores.....	95
Figura 6 – Painel da Avaliação dos Cursos Superiores: detalhamento da segunda tela.....	95
Figura 7 – Aba “O que dizem os alunos sobre o curso”.....	98
Figura 8 – Aba “O que diz o Censo 2013”.....	98
Figura 9 – Esquema da Publicação e Consumo de <i>Linket Data</i> .....	101



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz Metodológica .....	32
Quadro 2 – Etapas e sub-etapas do trabalho.....	33
Quadro 3 – Definições de Governança Social.....	56
Quadro 4 – As cinco estrelas dos Dados Abertos.....	66
Quadro 5 – Correlação entre etapa 1, sub-etapas, seções e sub-seções.....	72
Quadro 6 – Divisão por Temática do Eixo 2 do Questionário dos Estudantes .....	77
Quadro 7 – Canais de Informações e seus websites.....	80
Quadro 8 – Conteúdo pré-selecionado.....	87
Quadro 9 – Especificação das Variáveis Pré-Selecionadas .....	88
Quadro 10 – As Cinco Estrelas dos Dados Abertos .....	89
Quadro 11 – Análise da Maturidade das Variáveis.....	90
Quadro 12 – Modelo de Variáveis .....	92
Quadro 13 – Correlação entre etapa 2, sub-etapas, Seção e sub-seções.....	93
Quadro 14 – Detalhamento das Informações do Painel.....	96
Quadro 15 – Indicadores da Dimensão Organização Didático-Pedagógica .....	127
Quadro 16 – Indicadores da Dimensão Corpo Docente e Tutorial .....	128
Quadro 17 – Indicadores da Dimensão Infraestrutura .....	129
Quadro 18 – Critério de Análise.....	130
Quadro 19 – Variáveis do conceito final do curso avaliado .....	131
Quadro 20 – Variáveis do Questionário dos Estudantes .....	131
Quadro 21 – Variáveis do Censo da Educação Superior .....	133



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACE** – Avaliação das Condições de Ensino  
**ACG** – Avaliação de Cursos de Graduação  
**ACO** – Avaliação das Condições de Oferta  
**AI** – Avaliação Institucional  
**BASis** – Banco de Avaliadores do SINAES  
**CAA** – Comissões Assessoras de Áreas  
**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
**CBPE** – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais  
**CF** – Constituição Federal  
**CFE** – Conselho Federal de Educação  
**CONAES** – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior  
**CPA** – Comissão Própria de Avaliação  
**CTAA** – Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação  
**CVM** – Comissão de Valores Mobiliários  
**DGA** – Dados Governamentais Abertos  
**ENADE** – Exame Nacional de Desempenho dos Alunos  
**ENC** – Exame Nacional de Cursos  
**GERES** – Grupo Executivo de Reformulação do Ensino Superior  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IES** – Instituições de Educação Superior  
**INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
**LAI** – Lei de Acesso à Informação  
**LOD** – Linked Open Data  
**MEC** – Ministério da Educação  
**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
**OPG** – Open Government Partnership  
**PAIUB** – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras  
**PARU** – Programa de Avaliação da Reforma Universitária  
**PNPG** – Plano Nacional de Pós-Graduação  
Procons – Promotorias dos Direitos dos Consumidores  
**RDF** – Resource Description Framework

**SEEC** – Serviço de Estatísticas da Educação e Cultura  
**SIEd-Sup** – Sistema Integrado de Informações da Educação Superior  
**SINAES** – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
**TICs** – Tecnologias de Informação e Comunicação  
**UE** – União Europeia  
**URI** – Universal Resource Identifier

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>23</b>
1.1	APRESENTAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	23
1.2	OBJETIVOS.....	27
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo Geral.....</b>	<b>27</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos Específicos .....</b>	<b>27</b>
1.3	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA.....	27
1.4	ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÉTODOS E GESTÃO EM AVALIAÇÃO.....	29
1.5	METODOLOGIA.....	31
<b>1.5.1</b>	<b>Matriz Metodológica do Estudo.....</b>	<b>31</b>
<b>1.5.2</b>	<b>Etapas e Sub-etapas do Estudo.....</b>	<b>33</b>
1.6	DELIMITAÇÃO DO ESCOPO E LIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	34
1.7	ESTRUTURA DO DOCUMENTO.....	34
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>37</b>
2.1	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA NO PLANO INTERNACIONAL E NACIONAL .....	37
2.2	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SUA AUTARQUIA VINCULADA: O INEP.....	41
2.3	CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	42
2.4	SINAES.....	44
<b>2.4.1</b>	<b>SINAES e Participação Social.....</b>	<b>47</b>
2.5	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL E GOVERNO ABERTO .....	48
2.6	GOVERNANÇA PÚBLICA E GOVERNANÇA SOCIAL .....	51
<b>2.6.1</b>	<b>Governança Social.....</b>	<b>55</b>
<b>2.6.1.1</b>	<b>Participação e Controle Social na Governança Social.....</b>	<b>58</b>
<b>2.6.1.2</b>	<b>Governança Social e Informação.....</b>	<b>59</b>
2.7	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	60
2.8	DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS.....	63
<b>2.8.1</b>	<b>Linked Open Data.....</b>	<b>66</b>
2.9	PERTINÊNCIA DOS ASSUNTOS ABORDADOS NO REFERENCIAL TEÓRICO .....	67

<b>3. DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DO SINAES PASSÍVEIS DE SEREM INTEGRADAS E DISPONIBILIZADAS NA WEB</b>	<b>69</b>
3.1 IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELA AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	73
3.2 IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELO ENADE	75
3.3 IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	77
3.4 MAPEAMENTO DO CONTEÚDO DISPONÍVEL NA WEB	79
3.4.1 Portal INEP	80
3.4.2 Sistema e-MEC	81
3.4.3 Mapeamento das Informações da Avaliação de Cursos de Graduação	82
3.4.4 Mapeamento das Informações do ENADE	84
3.4.5 Mapeamento das Informações do Censo da Educação Superior	85
3.4.6 Visão Geral do Mapeamento e Limitações	87
3.5 PRÉ-SELEÇÃO DAS VARIÁVEIS	87
3.6 CLASSIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS PRÉ-SELECIONADA	89
3.7 SELEÇÃO FINAL DAS VARIÁVEIS	91
<b>4 PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SELECIONADAS NO PAINEL DA AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO</b>	<b>93</b>
4.1 PAINEL DA AVALIAÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES	94
4.2 VISUALIZAÇÃO DA INTEGRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO NO PAINEL DO CONTEÚDO SELECIONADO	96
4.2.1 Especificação dos Componentes	97
4.2.2 Visualização das Informações Integradas no Painel	97
4.3 DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE DA PROPOSTA DESTE ESTUDO	99
4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	102
<b>5 CONCLUSÃO</b>	<b>103</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE A – Indicadores do Instrumento de ACG.....</b>	<b>127</b>
<b>APÊNDICE B – Especificação da Variáveis Seleccionadas.....</b>	<b>131</b>



## INTRODUÇÃO

### 1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA DE PESQUISA

No Brasil, o acesso à informação pública é garantia constitucional. A Carta Magna de 1988 estabeleceu que o cidadão tem direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, desde que não prejudique o sigilo necessário à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Essa é uma temática importante pelo fato de ser reconhecida como base para a democracia, em contraposição ao sigilo e à opacidade dos governos autoritários (FOX; HAIGHT, 2011). Jardim (1999) afirma que o nível da relação democrática da sociedade civil com o Estado pode ser medido pela liberdade de acesso que a primeira tem quanto à informação governamental.

O acesso à informação pública fortalece a democracia na medida em que se constitui como meio essencial para a efetivação de outros direitos, como os sociais e políticos, e, também, como mecanismo que pode proporcionar a atuação cidadã no controle, monitoramento e fiscalização do poder público (MOURA, 2014).

Embora a Constituição Federal Brasileira tenha garantido esse direito e estabelecido em seu artigo 37, § 3º, II a necessidade de regulamentação do acesso dos usuários às informações sobre os atos do governo, somente vinte e três anos depois, em 18 de novembro de 2011, a Lei nº 12.527 regulamentadora foi aprovada e publicada (BRASIL, 2011).

A Lei de Acesso à Informação (LAI), como ficou conhecida a legislação, acentuou em seu texto normativo a ideia de que a regra é que as informações, produzidas no âmbito do contexto governamental, são públicas e o sigilo é a exceção. Também elevou a internet como um dos meios obrigatórios de veiculação das informações públicas e impôs à administração que a sua disponibilização seja de forma proativa.

Outra questão importante e ressaltada pela LAI é o princípio de Dados Governamentais Abertos (DGA), que trata da forma de disponibilização eletrônica dos dados na internet, os quais devem ser “em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquinas” (BRASIL, 2011). Vaz, Ribeiro e Matheus (2010) esclarecem que eles devem estar em estado bruto para serem reutilizados por terceiros.

Essa forma eletrônica de disponibilização é um grande avanço, pois os dados, que até então eram de uso exclusivo dos governos e apresentavam uma linguagem própria da burocracia, podem agora ser ressignificados quando apropriados por outros atores, proporcionando o desenvolvimento de novas soluções pela democratização do uso dos dados governamentais (DAWES, 2010; BRAZILIAN et. al. 2012).

A política de DGA corrobora com a transparência pública e, conseqüentemente, proporciona maior participação da sociedade na vida pública. Os trabalhos de Kassen (2013) e de Janssen e Estevez (2013) abordam esses aspectos com exemplos práticos de utilização de DGA, que resultaram no aumento da participação cidadã.

Entretanto, apesar dos aparentes benefícios das políticas de acesso à informação, a efetiva implementação requer o enfrentamento de desafios, dentre os quais, o da cultura de secretismo burocrático (NEUMAN; CALLAND, 2007), que significa a intenção do poder público de manter secreto seus conhecimentos e intenções, a fim de manter o monopólio de informações que gera poder em relação a sociedade (WEBER, 1979). Torna-se necessário, então, que os cidadãos e as organizações não governamentais exercitem os seus direitos de acesso. Kaufmann e Bellver (2005) ressaltam que se a sociedade civil não for capaz de reconhecer os potenciais benefícios da abertura das informações ou mesmo se não for capaz de utilizá-la, a legislação corre o risco de se tornar inócua.

Por isso, algumas questões são centrais para transformação da sociedade: “batalhar as regras de transparência em cada instituição; reforçar e democratizar o poder de comunicação; e gerar instrumentos instrucionais de participação de atores sociais diversificados nas diversas instâncias de decisão” (DOWBOR, 1997, p. 566 apud JARDIM, 1999)

Fundamentados nas concepções da LAI e de DGA, Speroni et. al. (2014) desenvolveram o Painel da Avaliação dos Cursos Superiores, uma ferramenta de software que busca disponibilizar informações referentes às avaliações do ensino superior, objetivando viabilizar e estimular a participação social. O projeto utilizou princípio de Web Semântica, *Linked Data* e o modelo de informações proposto por Ramos e Marinho (2012) no seu desenvolvimento. O Painel é uma ferramenta tecnológica aberta para a agregação de novos conteúdos, conforme ressaltado pelos autores.

Neste contexto, cabe destacar aqui o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, e suas importantes atribuições que

são voltadas para a realização de levantamentos estatísticos, de avaliações e de estudos sobre a educação brasileira (BRASIL, 2007).

No que tange às informações da educação superior, o INEP tem sob sua responsabilidade a operacionalização do Censo e da Avaliação. O primeiro refere-se à coleta e ao tratamento das informações estatísticas das instituições de Educação Superior. Já a Avaliação, consubstanciada no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei nº 10.861/2004, tem o objetivo de aferir a qualidade da educação com base na análise de três eixos: instituição, curso e aluno (BRASIL, 2007).

O universo de informações resultantes dos processos do Censo da Educação Superior e do SINAES abarca dados sobre instituições, cursos, alunos, escolas, desempenhos estudantis, entre outros. Entretanto, a complexidade da avaliação da educação superior brasileira (SOBRINHO, 2010; BAGGI; LOPES, 2011; GOUVEIA et. al., 2005), a falta de integração e a dispersão das informações na web, bem como o formato de disponibilização dos resultados pode dificultar a apropriação dessas informações pela sociedade (SPERONI et. al. (2014).

A falta de integração das informações (SALGADO; LÓSCIO, 2001) em locais diversos é demonstrada na divulgação dos dados da educação superior em duas fontes oficiais na web: o Portal do INEP e o Sistema e-MEC<sup>1</sup>. No Portal INEP é possível encontrar os microdados<sup>2</sup> dos resultados do Censo da Educação Superior e da avaliação dos estudantes, e no sistema e-MEC são divulgados os resultados finais das avaliações da educação superior.

Outra problemática são os dados do Censo da Educação Superior e do SINAES sem comunicação entre si. Eles estão dispersos, pois não há mecanismo na página do INEP que reúna em um único local os resultados desses dois processos, embora ambos tratem de informações

---

<sup>1</sup> Os endereços eletrônicos do Portal Inep e do Sistema e-MEC são, respectivamente, os seguintes: <<http://portal.inep.gov.br/>>; <<http://emec.mec.gov.br/>>

<sup>2</sup> Segundo o IBGE, “Microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas.” Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/defaultmicro.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultmicro.shtm)>. Acesso em: 12. Jun. 2015.

da educação superior. Assim, a informação fica fragmentada, dispersa, difícil de ser localizada.

O formato de disponibilização dos resultados do Censo da Educação Superior e do SINAES, nas consultas de informações específicas de um curso superior, é de dados brutos, abertos e não contextualizados nas planilhas dos microdados, mais apropriados para leitura de máquina conforme os princípios de DGA, requerendo do usuário habilidades na manipulação de base de dados.

Na perspectiva relatada, os interessados em obter informações da educação superior enfrentam o desafio de contextualizar, sistematizar e compreender as informações que têm disponíveis no site do INEP e no sistema e-MEC. Entretanto, essa realidade pode afetar a apropriação da informação pelos cidadãos que não apresentam requisitos para trabalhar com bases de dados na web ou não dispõem de condições para buscar informações fragmentadas em diversos locais da internet.

O Censo da Educação Superior e o SINAES são ações que geram inúmeras informações sobre a Educação Superior, as quais podem contribuir para o enriquecimento e aprofundamento da discussão sobre os caminhos a serem percorridos pelas políticas públicas. Mas é preciso reconhecer que, quando as informações referentes a estes processos estão dispersas na web em linguagem não acessível aos usuários, dificulta-se a apropriação por parte da sociedade, remetendo-a a uma situação de exclusão e ferindo o que a própria Lei do SINAES (BRASIL, 2004) estabelece, que é o caráter público de todo o processo de avaliação e a inclusão da participação da sociedade nesta ação.

A transparência e a democratização de acesso das informações são concepções importantes para o empoderamento da sociedade. Por isso, torna-se premente a integração das informações do Censo da Educação Superior e do SINAES, bem como sua disponibilização em formato acessível para a sociedade como um todo.

Dessa forma, considerando a importância do acesso às informações públicas pela sociedade, o alinhamento do INEP aos princípios da LAI e de DGA e o Painel de Avaliação da Educação Superior (SPERONI et al, 2014), a pergunta de pesquisa que norteia esse estudo é a seguinte:

*É possível integrar os dados do Censo da Educação Superior e do SINAES, a fim de torná-los mais acessíveis e disponíveis para a sociedade?*

## 1.2 OBJETIVOS

Com intuito de responder à pergunta de pesquisa que direciona este estudo, foram definidos o objetivo geral e os objetivos específicos apresentados a seguir.

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral é propor a integração dos dados do Censo da Educação Superior e do SINAES, por meio do Painel da Avaliação dos Cursos Superiores, com base nos princípios que preconizam a Lei de Acesso à Informação e os Dados Governamentais Abertos, visando torná-los acessíveis à sociedade.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desta dissertação são:

- integrar os dados do Censo da Educação Superior e do SINAES em um único portal de acesso na internet;
- disponibilizar os dados dispersos da educação superior a partir de um único portal de acesso na internet;
- tornar as informações da Educação Superior mais acessíveis na Internet e disponíveis ao público leigo;
- instrumentalizar a sociedade com informações que propiciem a participação cidadã nas políticas de educação;
- contribuir para o aumento da transparência do poder público, e consequentemente da democracia do país.

## 1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA

A presente proposta de estudo se mostra relevante na medida em que busca tornar os dados da educação superior já existentes mais disponíveis aos cidadãos, a fim de disponibilizá-los em um formato acessível e de forma integrada sem que o usuário tenha que procurar em vários locais da web a informação que atualmente está dispersa.

No que tange à informação pública, Dowbor (2003) alerta que a disponibilização da informação por si só não é suficiente para que ela cumpra sua função, que, segundo o autor, é a de gerar compreensão ou explicação de algo ou de algum fato de maneira racional, lógica e coerente.

Wang e Strong (1996 apud DAWES, 2010) complementam a afirmação de Dowbor (2003) esclarecendo que a qualidade dos dados exige muito mais do que sua simples fidedignidade. Faz-se necessário, também, que eles sejam contextualmente apropriados para a sua função, claramente representados e acessíveis aos usuários, o que, em resumo, significa dizer que eles devem estar aptos para a utilização.

Outro aspecto importante que o tema deste estudo proporciona é o acesso igualitário aos dados educacionais. Baseado nas concepções dos autores citados nos parágrafos acima, é possível perceber que a informação com linguagem apropriada e acessível aos usuários permite que o cidadão comum tenha as mesmas condições de um especialista, na obtenção de determinado dado público.

Esse acesso igualitário proporciona maior transparência e democratização das informações públicas, o que pode resultar no empoderamento da sociedade, pois segundo Norris (2001), o acesso às informações públicas tem influência para a atuação de um cidadão mais engajado e crítico.

Aspecto significativo a se destacar na justificativa, é que, ao se trabalhar neste estudo a ideia de inclusão da sociedade no cenário de acesso público às informações educacionais, cumpre-se com os princípios preconizados pela própria Lei do SINAES (BRASIL, 2004), da LAI e de DGA (BRASIL, 2001)<sup>3</sup>.

Quanto à política de DGA, Janssen *et. al.* (2012), relaciona possíveis benefícios gerados pelo uso de Dados Governamentais Abertos e que são aplicáveis ao tema abordado neste estudo: mais transparência; mais responsabilidade democrática; participação pública aos dados; igualdade de acesso aos dados; estímulo ao desenvolvimento do conhecimento; estímulo à inovação; facilitação ao acesso e descoberta dos dados.

---

<sup>3</sup> Os incisos II e IV, do art. 2º, da Lei do SINAES (Lei nº 10.861/2004) afirma que:

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

A literatura afirma que os estudos sobre DGA são recentes (SANTOS, 2014; ALBANO, 2014), mas já é possível identificar casos com soluções tanto no âmbito internacional (DAWES, 2010; JANSSEN; ESTEVEZ, 2013; KANSEN, 2013) quanto no nacional (QEDU, 2015), com claros benefícios à sociedade.

Na conjuntura internacional, Meijer (2007) destaca a experiência nas escolas da Holanda, as quais tiveram seus dados disponibilizados a partir de 1997, o que impactou em uma movimentação do sistema educacional, fomentando uma competição entre as escolas para melhorarem seus indicadores de desempenho.

No contexto nacional, exemplos de aplicação de dados abertos da área educacional, com utilização de dados produzidos pelo INEP, são constatados pela criação da plataforma QEDu, fruto de uma parceria entre a Startup Meritt e a Fundação Lemann. Trata-se de um portal aberto e gratuito, que disponibiliza informações sobre a educação básica brasileira, contemplando a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil. O objetivo deste Portal é oferecer à sociedade a oportunidade de conhecer melhor a educação do país (QEDU, 2015).

A influência dessa iniciativa de ofertar dados integrados e contextualizados pode ser percebida pela publicação de uma matéria em que o jornalista utilizou dados do Portal QEDu, e com isso conseguiu mobilizar autoridades competentes sobre a atuação do tráfico de drogas presente nas imediações das escolas do Distrito Federal, em um percentual que supera a média nacional<sup>4</sup>.

Nesse sentido, este estudo se mostra importante não só pela proposta de integração e disponibilização de informações da educação superior, visando disponibilizá-las em formato acessível aos cidadãos, mas também pela abordagem de temáticas tão relevantes, como a Lei de Acesso à Informação, Dados Governamentais Abertos e governança social, mostrando a significância dessas temáticas para o empoderamento da sociedade.

#### 1.4 ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÉTODOS E GESTÃO EM AVALIAÇÃO

---

<sup>4</sup> Reportagem disponível em : <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/02/estudo-aponta-que-df-tem-mais-drogas-em-escolas-que-media-do-pais.html> Acesso em: 02.jul.2014

O Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação (PPGMGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem como princípio a abordagem interdisciplinar da avaliação. A presente proposta de pesquisa está diretamente ligada às temáticas de avaliação educacional; governança pública e governança social; governo aberto; Lei de Acesso à Informação; Dados Governamentais Abertos, os quais são campos disciplinares fortemente inter-relacionados, que resultam em uma abordagem interdisciplinar da avaliação educacional.

Esta interdisciplinaridade resulta na busca de superação da fragmentação do conhecimento em diversas áreas de estudo e pesquisa, buscando uma aplicação prática que agregue conhecimentos de ambas as disciplinas e resulte em benefícios para a sociedade (MORIN,1994; FAZENDA, 2003). Assim, este trabalho, em consonância com o princípio do PPGMGA, justifica-se no âmbito da interdisciplinaridade, cujos campos disciplinares estão esquematizados na Figura 1, e são detalhados conforme segue:

Figura 1 - Campos disciplinares que atuam na Interdisciplinaridade da Proposta de Pesquisa.



Pesquisa: Elaborada pelo autor.

**Avaliação Educacional** – é um campo de estudo complexo, que inclui a análise de diversas dimensões, como, por exemplo, a avaliação dos alunos, dos profissionais da educação, das escolas e instituições, dos sistemas ou subsistemas educativos, de projetos e programas, bem como da própria política de avaliação, visando aferir a qualidade da educação.

**Governança Pública** – é o sistema que assegura, às partes interessadas pertinentes, o governo estratégico das organizações públicas e o efetivo monitoramento da alta administração, por meio dos instrumentos de controle e assegurando às partes interessadas a equidade, a transparência e a responsabilidade pelos resultados.

**Governança Social** – ações conjuntas do Governo, da iniciativa privada e da sociedade civil, por meio de redes ou estruturas sócio-organizativas e tendo como fundamento a negociação, cooperação, descentralização, autonomia das partes, equilíbrio de poder, controle mútuo, eficiência e consenso. A Governança Social tem por base a informação pública como um dos elementos fundamentais para a participação da sociedade no tocante à coisa pública.

**Governo Aberto** – Governo Aberto refere-se ao governo que promove a transparência das ações governamentais, a acessibilidade dos serviços públicos e informações, bem como a capacidade de resposta do governo a novas ideias, demandas e necessidades.

**Lei de Acesso à Informação Pública** – é a normatização que assegura a disponibilização de informações referentes às ações do setor governamental, visando ao empoderamento da sociedade.

**Dados Governamentais Abertos** – são dados publicados e compartilhados pelo governo na Internet, em formato bruto e aberto, para que sejam acessíveis por máquinas e passíveis de reutilização pelo cidadão que se interesse por eles e conforme as suas conveniências.

Este estudo foi desenvolvido na linha de pesquisa de Gestão em Avaliação e buscou aprofundar questões pertinentes aos princípios do acesso à informação pública, no âmbito educacional, demonstrando a importância dessa temática na gestão da avaliação da educação superior.

## 1.5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta dissertação subdivide-se em dois tópicos: o primeiro refere-se a matriz metodológica da pesquisa e o segundo trata das etapas e sub-etapas empregadas neste trabalho.

### 1.5.1 Matriz Metodológica do Estudo

Para o alcance dos objetivos propostos neste estudo, foi necessário definir a metodologia científica, que consiste na lógica de pensamento estabelecida para consecução da pesquisa (DEMO, 1985; VERGARA, 2013). Visto que não há metodologia única e universal, Gil

(2007) alerta para o fato da variedade de caminhos que se pode seguir, ressaltando a conveniência do pesquisador de se adotar um sistema de classificação de acordo com os fins pretendidos.

Dessa forma, a matriz metodológica do estudo é apresentada no quadro 1, considerando as abordagens da literatura específica.

Quadro 01: Matriz Metodológica.

ASPECTO DA METODOLOGIA	ESPECIFICAÇÃO	REFERÊNCIA
Classificação quanto à natureza	Aplicada	Vergara, 2013
Classificação quanto à abordagem do problema	Qualitativa	Prodanov; Freitas, 2013
Classificação quanto aos objetivos	Descritiva	Vergara, 2013; Gil, 2007
Classificação quanto aos procedimentos técnicos	Bibliográfica e documental	Vergara, 2013; Prodanov; Freitas, 2013

Fonte: a autora.

Essa pesquisa é **aplicada**, **qualitativa** e **descritiva** na medida em que buscou resolver problemas concretos relativos à falta de integração e dispersão na disponibilização das informações do Censo e do SINAES na web, apresentando finalidade prática na proposição de solução, por meio da integração e disponibilização das informações, em formato acessível para a sociedade, no Painel da Avaliação dos Cursos Superiores. A análise considera sobre aspectos qualitativos da disponibilização da informação e, mediante, observação, registro e análise, sem interferência na realidade dos fatos.

Quanto aos procedimentos técnicos, essa pesquisa utilizou-se do critério **bibliográfico**, uma vez que realizou estudo sistematizado, tendo por base livros e artigos para a elaboração do referencial teórico e a utilização de redes eletrônicas para mapeamento dos canais e do conteúdo disponibilizado ao público. Também foi utilizado o critério **documental**, em função da busca por informações em documentos oficiais (leis, decretos), no qual foi exigida da pesquisadora observação, leitura, reflexão e crítica.

## 1.5.2 Etapas e Sub-etapas do Estudo

O Quadro 02 sintetiza as etapas e sub-etapas adotadas nesta dissertação e são referentes ao capítulo 3 (desenvolvimento).

Quadro 02 – Etapas e sub-etapas do trabalho.

Etapa	Sub-etapas
1. Definição das variáveis para fins de integração e disponibilização da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Identificação das informações produzidas pelo Censo e pelo SINAES considerando o escopo do trabalho definido no capítulo 1.</li> <li>✓ Mapeamento das informações disponibilizadas na web para pré-seleção das variáveis a serem integradas e disponibilizadas.</li> <li>✓ Análise das variáveis pré-selecionadas de acordo com o Modelo de Maturidade de Dados Abertos proposto por Berners-Lee (2006).</li> <li>✓ Seleção final das variáveis aptas a serem integradas.</li> </ul>
2. Proposta de integração e disponibilização das variáveis selecionadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Apresentação do Painel da Avaliação dos Cursos Superiores, um produto de software desenvolvido por Speroni et. al. (2014), como ferramenta para integração e disponibilização das informações.</li> <li>✓ Desenho da visualização das informações integradas e disponibilizada no Painel da Avaliação dos Cursos Superiores.</li> <li>✓ Demonstração da viabilidade do estudo.</li> </ul>

Fonte: a autora.

Na primeira etapa, o intuito foi definir as variáveis passíveis de serem integradas e disponibilizadas em formato acessível para a sociedade. Para tanto, foi realizado um levantamento do tipo de informação produzida sobre os cursos de graduação do Sistema Federal de Educação, no âmbito do Censo da Educação Superior e do SINAES. Com base nesse levantamento foi efetuado o mapeamento nas fontes oficiais da web para verificar a disponibilidade dessas informações e pré-definir as variáveis.

Na sequência, as variáveis pré-definidas no procedimento anterior foram classificadas conforme o Modelo de Maturidade de Dados Abertos de Berners-Lee (2006), a fim de verificar a possibilidade de os dados serem integrados. Dessa forma, foi possível selecionar as variáveis aptas a serem integradas e disponibilizadas em formato acessível à sociedade.

Na segunda etapa foi apresentado o Painel da Avaliação dos Cursos Superiores, uma solução de software desenvolvida por Speroni et. al. (2014), e justificado o uso dessa ferramenta para integração e disponibilização das informações selecionadas. Em seguida, foram descritas as características centrais da visualização das informações no

Painel. Por fim, foi demonstrada a viabilidade técnica do estudo por meio do padrão Linked Open Data (LOD).

## 1.6 DELIMITAÇÃO DO ESCOPO E LIMITAÇÃO DO ESTUDO

A delimitação deste estudo baseia-se nos resultados do Censo da Educação Superior e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) de 2013, referentes aos dados dos cursos de graduação das Instituições Federais de Educação Superior, a fim de integrá-los e disponibilizá-los no Painel da Avaliação dos Cursos Superiores, possibilitando um panorama dos cursos de graduação em uma perspectiva de consulta individualizada.

Quanto às limitações deste estudo, o mapeamento nos Portais do INEP e do Sistema e-MEC ocorreu no período 28 de novembro de 2014 a 07 de janeiro de 2015. Como limitação, ainda, este estudo não se ateu aos aspectos pertinentes às definições de ontologia, quando da demonstração de viabilidade da proposta do trabalho.

## 1.7 ESTRUTURA DO DOCUMENTO

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro, que trata da introdução, é composto pelos seguintes tópicos: apresentação do tema e do problema de pesquisa; objetivos, geral e específicos; justificativa e relevância do tema; aderência ao Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação; metodologia; delimitação do escopo e limitação do estudo; estrutura do documento.

O Capítulo 2 traz o referencial teórico, fundamental para o alcance dos objetivos propostos. Assim, traz uma contextualização sobre o tema avaliação da educação e descreve os sistemas atuais brasileiros de levantamento de informações e avaliação da educação superior, importantes para a realização da etapa de desenvolvimento da dissertação no capítulo 3. Versa também sobre os conceitos de Administração Gerencial e Governo Aberto; governança pública e social; Lei de Acesso à Informação; e Dados Governamentais Abertos, com o intuito de entender a importância do acesso à informação pública para empoderamento da sociedade e conseqüente fortalecimento da democracia.

O Capítulo 3 é dedicado à definição das variáveis do Censo da Educação Superior e do SINAES aptas a serem integradas e disponibilizadas. O capítulo 4 apresenta a proposta da ferramenta para integração e disponibilização das variáveis selecionadas e, também,

aborda a demonstração da viabilidade de integração e disponibilização dessas informações no Painel de Avaliação dos Cursos de Graduação. Por fim, no Capítulo 5 são apresentadas as conclusões do estudo e as recomendações para trabalhos futuros. Ainda faz parte desta dissertação as referências utilizadas e apêndices mencionados no decorrer do trabalho.



## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo trata da revisão teórica acerca dos principais conceitos e teorias que subsidiaram esta pesquisa. Inicialmente, apresenta-se uma breve contextualização histórica do panorama internacional e nacional da avaliação educacional, para posteriormente abordar os órgãos governamentais brasileiros responsáveis pelas políticas vigentes de coleta de dados e avaliação da educação superior, bem como especifica-las na sua forma de operacionalização. Também serão abordados os temas Nova Administração Pública e Governo Aberto, governança pública e governança social, na direção de ressaltar as mudanças ocorridas no cenário da Administração Pública. Por fim, faz-se um aprofundamento sobre a Lei de Acesso à Informação e Dados Governamentais Abertos, com o intuito de analisar a importância que o acesso à informação pública alcançou na política atual e a relevância de sua disponibilização de forma aberta e proativa.

### 2.1 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA NO PLANO INTERNACIONAL E NACIONAL

A avaliação educacional é um campo complexo (SOBRINHO, 2005; AFONSO, 2014) que inclui diversas dimensões de análise como, por exemplo, a avaliação dos alunos, dos profissionais da educação, das escolas e instituições, dos sistemas ou subsistemas educativos, de projetos e programas, bem como da própria política de avaliação da educação (AFONSO, 2014).

As reformas do sistema de educação superior, frutos da globalização, e o processo de avaliação estão intrinsecamente ligados (DOURADO, 2002; SOBRINHO, 2010; BILLING, 2004). A partir dos anos 80 a avaliação educacional assume papel de crescente destaque no cenário internacional, na medida em que passa a ser utilizada como instrumento de medição da eficiência e da produtividade das instituições de educação superior, no que tange aos padrões de produção de ciência e tecnologia estabelecidos para aumentar a competitividade internacional dos países (SOBRINHO, 2000).

A relevância mundial desse tema ocorre pelo interesse de aferir a qualidade do ensino na ótica da globalização e da sociedade do conhecimento (SOBRINHO, 2008). A avaliação tem servido a diversos países como mecanismo para o conhecimento do nível de educação que

está sendo oferecido localmente, subsidiando os governos na definição de suas políticas de educação e, também, tem sido utilizada para integrar os países às redes de organizações e regimes internacionais (AFONSO, 2000).

No contexto mundial são várias as experiências com o processo de avaliação. Brennan e Shah (2000) realizaram uma pesquisa com 14 países da Europa para verificar os sistemas nacionais e institucionais de avaliação da qualidade da educação superior. Os resultados mostraram que quase a totalidade dos países europeus têm estabelecido um sistema de medição da qualidade da educação.

Na Europa, o Processo de Bolonha, que é um marco na reforma das instituições de ensino Europeias, estipulou, dentre os objetivos principais, a construção de um espaço europeu de ensino superior, de forma a viabilizar a internacionalização das universidades, a facilidade na mobilidade de docentes e discentes e a promoção da empregabilidade dos cidadãos pertencentes aos países membros, com o intuito de fomentar o desenvolvimento econômico, social e humano da região (MORGADO, 2009).

O Processo de Bolonha teve impacto direto no sistema avaliativo dos países. Segundo Hortale e Mora (2004), um dos pontos centrais diz respeito a exigência da implantação de um sistema que garanta a qualidade eficaz da educação e as condições de reconhecimento pelos países da União Europeia (UE) e demais países.

Dessa forma, a partir dos anos 80, começaram a ser implantados sistemas de avaliação da qualidade e, na década de 90, praticamente todos os países já tinham estruturados suas agências nacionais ou regionais com o intuito de promover a avaliação da qualidade das IES (HORTALE; MORA, 2009), com múltiplos sistemas de avaliação, conselhos e agências nacionais (AZEVEDO; CATANI; LIMA, 2008).

O Processo de Bolonha norteou as instituições a criarem seus sistemas de avaliação baseados na avaliação interna e externa e na acreditação (ERICHSEN, 2007), tendo por base os critérios estabelecidos pela rede ENQA (the European Association for Quality Assurance in Higher Education), que é uma associação Europeia voltada para publicação de informação, experiências e boas práticas da gestão da qualidade da educação superior, objetivando fomentar a competição entre as instituições, para manter e melhorar a qualidade do ensino superior europeu (PATROCÍNIO; PILE, 2008).

Nesta concepção do tratado de Bolonha, a avaliação tem o intuito de ser um processo autoreferencial, por meio da análise da instituição, das pesquisas realizadas, dos cursos oferecidos, da gestão, dos

servidores e outros fatores envolvidos no desempenho da IES. Por sua vez, a acreditação visa avaliar os programas e instituições mediante a avaliação interna e externa realizada por agência especializada, com publicação dos resultados (Berlin Comunicué, 2003).

Na América do Norte, a prática de acreditação também está bem presente na cultura dos Estados Unidos da América (EUA) e é realizada por agências especializadas privadas, que são mantidas pelas próprias universidades e associações profissionais. As técnicas utilizadas baseiam-se: a) na autoavaliação realizada pela própria instituição com base nos objetivos estabelecidos por ela; b) na avaliação externa realizada por pares de especialistas universitários; c) e na resposta da IES ao relatório da Comissão Externa. Considerando os resultados dos procedimentos de avaliação, a agência concede, renova ou nega a acreditação (SOBRINHO, 2000, p. 18).

No contexto da América Latina, Leite e Genro (2012) apontam a presença dos processos de avaliação educacional e esclarecem que a sua implementação ocorreu mediante a ação política de atores globais privados e de agências financeiras internacionais, privilegiando dessa forma a preparação profissional em detrimento da formação do cidadão.

As políticas de criação dos sistemas de avaliação na América Latina seguiram a tendência das experiências da UE e dos EUA, objetivando melhorar a qualidade da educação superior. Entretanto, Contera (2002) relata os percalços enfrentados pelos países da América na implementação dessa política em razão de problemas como: a quebra latino-americana do papel desempenhado pelas grandes universidades nacionais e/ou centrais no esquema de formação profissional; a perda do sentido social da Educação Superior; e o empobrecimento das instituições públicas de Educação Superior. Sobrinho (2000) também relata uma base de formação neoliberal muito forte nas concepções de avaliação, atuando na delimitação dos currículos dos cursos e da formação pelo mercado.

Esses problemas levaram o processo de implementação do sistema avaliativo a um clima de contradições, resistências e fissuras. Podendo ser notado pela agitação das IES latino-americanas, dos movimentos sociais, dos fóruns, das associações que apontavam para caminhos mais democráticos e igualitários, buscando a resposta na democracia participativa, a fim de combater todas as formas de totalitarismos e opressões (LEITE; GENRO, 2012).

A concepção de avaliação da educação se sustenta em duas distinções conceituais na América Latina: a primeira, refere-se à função educativo-reflexiva, onde os objetivos são voltados para a aprendizagem

institucional das comunidades acadêmicas; a segunda, a avaliação é vista como controle, e se situa na ordem burocrático-formal da administração pública, destinada a validade legal da titulação e da habilidade profissional, em escala nacional (STUBRIN, 2005).

No contexto brasileiro, o processo de avaliação dos sistemas educacionais nasceu na pós-graduação *stricto sensu*, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, autarquia do MEC. Embrionariamente a avaliação da CAPES começou em 1976, por meio da implantação de um sistema de acompanhamento e avaliação da pós-graduação, seguindo as orientações do I Plano Nacional de Pós-Graduação, o qual apresentou foco na formação de pesquisadores, docentes e profissionais visando atender principalmente às demandas do ensino superior, passando ao longo do tempo por inúmeros aperfeiçoamentos no seu foco e na sua sistemática (KUENZER; MORAES, 2005; CAPES, 2015).

No que tange à avaliação brasileira, no nível de graduação, os primórdios sobre a tratativa ocorreram a partir da década de 80, em função do debate gerado pela crítica ao modelo de universidade de pesquisa, fruto da reforma universitária que ocorreu em 1968, e da discussão em torno de um novo modelo de educação superior que deveria ser adotado pelo país (BARREYRO; ROTHEN, 2008).

O histórico deste processo pode ser entendido a partir do que Polidori (2009) intitula de quatro ciclos evolutivos. Dessa forma, o primeiro ciclo compreende o período de 1986 a 1992, marcado pelo delineamento inicial de um processo de avaliação que não alcançou caráter nacional, e se inserem neste contexto o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) e o Grupo Executivo de Reformulação do Ensino Superior (GERES). O segundo ciclo, de 1993 a 1995, caracteriza-se por formulação de políticas governamentais, materializando-se na proposta do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

O terceiro ciclo, de 1996 a 2003, é uma fase de implementação de propostas governamentais, e compreende o Exame Nacional de Cursos (ENC), a Avaliação das Condições de Oferta (ACO), a Avaliação das Condições de Ensino (ACE) e as publicações de normativos regulamentadores e organizativos da avaliação. Por fim, o quarto ciclo ocorre desde 2003 até o presente momento e se consubstancia na publicação da Lei 10.860/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (POLIDORI, 2009).

A política de avaliação educacional ocupa espaço importante no atual sistema educacional de educação superior brasileira, na medida em

que consiste em uma “atividade essencial para o aperfeiçoamento acadêmico, a melhoria da gestão universitária e a prestação de contas de seu desempenho para a sociedade” (BRASIL, 2009, p. 30).

Nesta perspectiva, e para um melhor delineamento da política vigente de avaliação da educação superior federal, no tópico 2.2, faz-se uma abordagem sobre o Ministério da Educação (MEC) e sua autarquia vinculada, o INEP. Aborda, também, a concepção e a sistemática do Censo da Educação Superior e do SINAES.

## 2.2 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SUA AUTARQUIA VINCULADA: O INEP

O Ministério da Educação, órgão da administração direta do Governo Federal, tem dentre as suas áreas de competência a avaliação, informação e pesquisa educacional (MEC, 2015). Na temática avaliação da educação superior, o Ministério tem sob sua vinculação o INEP, que atualmente é o responsável pela operacionalização da avaliação educacional no nível básico e superior (graduação).

O INEP é uma autarquia federal e suas atribuições são voltadas para a promoção de estudos, pesquisas, levantamento estatístico e avaliações periódicas sobre o Sistema Educacional Brasileiro, visando subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional e produzir informações claras e confiáveis aos interessados, inclusive à sociedade em geral (INEP, 2015).

A origem do INEP remonta a década de 30, quando foi criado o Instituto Nacional de Pedagogia, com a finalidade principal de documentar, de pesquisar e de divulgar as práticas pedagógicas, embora no seu dia a dia tenha recebido encargos de execução de políticas públicas (ROTHEN et al; 2008).

O Instituto enfrentou períodos complicados quanto a sua identidade (ROTHEN et al; 2008), chegando quase a extinção na era do governo Collor, mas superou esse período reorientando a sua finalidade para atuação na realização de pesquisas educacionais, voltadas para subsidiar as políticas educacionais, e no reforço do processo de disseminação de informações educacionais (INEP, 2014).

Em 1997 o INEP é transformado em Autarquia vinculada ao MEC, por meio da Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, assumindo o papel central de realizar o levantamento das informações estatísticas e executar a avaliação do sistema educacional brasileiro em seus diversos níveis, produzindo e disseminando informação educacional.

Em 2001, a Lei nº 10.269, dá uma nova denominação ao nome do Órgão, que passa a ser chamado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Saviani (2012) ressalta que as mudanças provocaram uma nova formatação no Órgão, as quais levaram-no a adotar um foco muito maior na avaliação, no diagnóstico, com base no uso de instrumentos voltados para mensuração de resultados, do que propriamente na pesquisa da educação superior.

No âmbito da educação superior, o INEP tem atualmente sob sua responsabilidade a realização da coleta de dados, que se constitui no Censo da Educação Superior, e a operacionalização da avaliação da educação superior do Sistema Federal de Ensino, denominado de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o SINAES (BRASIL, 2007; BRASIL, 2004). Essas duas ações são objetos de análise desta dissertação e por isso são abordadas com maior profundidade nos itens 2.3 e 2.4.

### 2.3 CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em 1937, a Lei nº 378 criou o Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC) no âmbito do então Ministério da Educação e Cultura, com a finalidade de realizar levantamento das estatísticas referentes às atividades educacionais e culturais do país, com a respectiva divulgação dos dados. Em 1956, o Decreto nº 38.661 sistematiza os procedimentos de levantamento de dados e estabelece periodicidade anual, num trabalho conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste período, os formulários eram encaminhados via Correios e a SEEC os recebia de volta para processamento e posterior publicação.

Em 1996, a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, reconhece a importância da coleta de dados e disseminação das informações, estabelecendo em seu artigo 9º, inciso V, a atribuição da União em “coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação”.

Em 1997, a Lei nº 9448, de 14 de março de 1997, estabeleceu em seu artigo 1º, inciso I, a responsabilidade do INEP em operacionalizar a organização e a manutenção de sistema de informações e estatísticas educacionais.

Assim, o INEP é atualmente a autarquia responsável para realização do Censo da Educação Superior. A cada ano o Censo verifica o estado em que se encontra a Educação Superior do Brasil. O objetivo é oferecer uma base de informações credíveis para que se possa traçar um

detalhado perfil desse nível de educação, o qual permita conhecer e acompanhar o sistema brasileiro de Educação Superior. Com esse panorama é possível que o MEC tenha instrumento confiável para acompanhamento, avaliação e fomento das políticas públicas do Sistema de Educação Superior (INEP, 2015).

A Portaria Ministerial nº 971, de 22 de agosto de 1997, determinou a obrigatoriedade das IES de encaminharem ao INEP os dados referentes ao seu corpo docente e aos discentes, em disquete ou por meio eletrônico. A partir dessa data, o MEC e o INEP empreenderam uma série de procedimentos e regras para aperfeiçoar o sistema de coleta e disseminação de dados da educação superior.

Em 2001, por meio da Portaria Ministerial nº 2.517, foi instituído a utilização do Sistema Integrado de Informação da Educação Superior (SIED-Sup) para a coleta de dados do Censo da Educação Superior, passando a adotar, então, a utilização de um instrumento informatizado para o Censo.

Em 2008, foi publicado o Decreto nº 6.425, que estabeleceu as diretrizes gerais para a realização do Censo da Educação Superior. Neste normativo ficou instituído como unidade de informação do censo a IES, os docentes e os alunos. As informações prestadas ao INEP são de cunho declaratório e obrigatório a todas as instituições de educação, tanto de direito público quanto privado, com ou sem fins lucrativos.

Em 2009, a melhoria implementada no Censo da Educação Superior foi a de coleta individualizada dos dados dos alunos, além da inserção de um módulo no questionário eletrônico do Censo sobre o cadastro dos docentes, segundo o Resumo Técnico de 2009 (INEP, 2012).

Em 2010, o processo de melhoria continua com a realização da interoperabilidade do sistema de coleta de dados do Censo e com a integração do Cadastro e-MEC, em função do que foi estabelecido pela Portaria nº 40/2007 e conforme exposto pelo Resumo Técnico do ano de 2010 (INEP, 2012). Em 2013, a Portaria nº 794 instituiu em seu artigo 1º as seguintes unidades de unidades de informação para coleta de dados: instituições de educação superior, cursos, alunos e docentes, bem como estabeleceu a obrigatoriedade das IES na participação do Censo da Educação Superior.

A divulgação dos dados da coleta do Censo da Educação Superior ocorre por meio de publicação de Resumos Técnicos, contendo gráficos, tabelas e dados comparativos, demonstrando um panorama geral da educação superior. Também são disponibilizadas tabelas com os microdados.

## 2.4 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, dispôs no seu art. 4º que “a União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação”.

Assim sendo, em abril de 2004 foi publicada a Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, e estabeleceu em seu art. 1º, § 1, as seguintes finalidades:

- a) Melhoria da qualidade da educação superior.
- b) Orientação da expansão da sua oferta.
- c) Aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social.
- d) Promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A proposição do SINAES volta o olhar para três eixos principais: a avaliação institucional; a avaliação dos cursos de graduação; e a avaliação do desempenho dos estudantes, atribuindo ao INEP a responsabilidade de operacionalização dessas avaliações (BRASIL, 2004).

A avaliação institucional é processo central do SINAES, segundo o que diz Sobrinho (2008). O autor esclarece que a AI deve estar intimamente ligada com a reflexão que cada IES deve realizar na condução do seu planejamento e do seu estabelecimento de metas para a persecução da qualidade em todos os aspectos da instituição.

A avaliação institucional se subdivide em dois procedimentos: a interna e a externa. A Interna é realizada pela própria IES, conforme as diretrizes estabelecidas pelo SINAES. A avaliação institucional externa é conduzida pelo INEP e ocorre mediante as visitas *in loco* das comissões de especialistas às instituições de educação superior. Essas visitas são realizadas por avaliadores credenciados no Banco de Avaliadores do SINAES (BASIS), sob a gestão do INEP (BRASIL, 2004).

O BASis é um cadastro nacional e único de especialistas selecionados e posteriormente capacitados pelo INEP para a participação nas avaliações institucionais e/ou de cursos de graduação, instituído inicialmente pela Portaria Ministerial nº 1.027, de 15 de maio de 2006, e, atualmente, regido pela Portaria MEC nº 40/2007, republicada com alterações em dezembro de 2010.

A Avaliação Institucional externa (AI) avalia as dez dimensões instituídas pelo artigo 3º da Lei nº 10.870/2004 que são as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos

compromissos na oferta da educação superior.  
(BRASIL, 2004)

Essas dimensões definidas na legislação embasam a construção do instrumento de avaliação externa *in loco* e a realização da avaliação interna.

Na Avaliação de Cursos de Graduação (ACG), que é um dos componentes do SINAES, o objetivo é detectar a realidade das condições de ensino oferecidas aos estudantes, com foco especial no que diz respeito ao corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica (BRASIL, 2004).

Os procedimentos da ACG seguem caminho semelhante ao realizado na Avaliação Institucional externa, que é o de visita *in loco* por especialistas habilitados no BASIS. Na execução da ACG é utilizado instrumento elaborado especificamente para tal fim (INEP, 2015).

O terceiro componente do SINAES é o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) e tem como objetivo central avaliar o desempenho dos estudantes. Conjuntamente com a AI e ACG, o Enade é um mecanismo importante para aferir e promover a qualidade da educação superior e das políticas públicas de educação superior do país.

Este Exame é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação (BRASIL, 2004), e é realizado mediante a aplicação de provas aos alunos concluintes. Além da prova, também é aplicado um questionário ao estudante, anteriormente a realização das provas, com o objetivo de conhecer a percepção dos alunos sobre o curso e obter a situação socioeconômica dos alunos concluintes. O preenchimento deste questionário é obrigatório, pelo que estabelece a Portaria MEC nº 40/2007. O coordenador de curso também responde um questionário, com a finalidade de obter informações sobre o projeto pedagógico e as condições de ensino ofertadas pelo curso.

A aplicação das provas acontece uma vez ao ano, e as áreas avaliadas participam de um ciclo trienal. Os resultados do Enade são importantes por que, aliados às respostas do Questionário do Estudante, produzem dados por área de conhecimento, instituição de educação superior, categoria administrativa, organização acadêmica, município, estado, região geográfica e Brasil (INEP, 2015).

Os resultados do SINAES constituem-se em referencial básico para a regulação e supervisão da educação superior, realizados pelo MEC, nas concessões dos atos regulatórios de credenciamento e reconhecimentos de IES e autorização, reconhecimento e renovação de

reconhecimento dos cursos de graduação, conforme parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.870/2004.

Uma questão importante a ser abordada neste contexto é a inclusão da sociedade nos processos do SINAES, tema abordado no tópico seguinte.

### **2.4.1 SINAES e a Participação Social**

Na concepção do SINAES, a proposta da globalidade é uma questão central. Dessa forma, incentiva-se a participação de diversos atores da sociedade, “agentes da comunidade da educação superior, das instâncias institucionais, governamentais e membros concernidos da sociedade”, a ocupar seus espaços nas ações avaliativas, “respeitados os papéis, as especificidades e as competências científicas, profissionais, formais, políticas, administrativas das distintas categorias.” (BRASIL, 2009, p. 92).

Assim, a ideia de participação da sociedade se consubstanciou na legislação que instituiu o SINAES, estabelecendo que ela deve englobar o corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior e a sociedade civil quando da sua operacionalização.

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações. (BRASIL, 2004)

Brasil (2009, p.29) ressalta que é “premente, então, a disponibilização de informações e a prestação de contas da qualidade e da abrangência das atividades desenvolvidas por essas instituições à sociedade” (BRASIL, 2009, p. 29).

Ristoff (2011) destaca que em 2005 o Inep lançou o Portal SINAES, uma plataforma na web que, na sua primeira etapa, integrou o Cadastro Nacional dos Docentes da Educação Superior, o Censo da Educação Superior, o currículo lattes do CNPq, o Cadastro Nacional dos Cursos Lato Sensu, Cadastro de Cursos de Graduação e Instituições de Educação Superior e o Banco de Avaliadores do SINAES, com o objetivo de traduzir os dados da educação superior e deixá-los mais acessíveis ao grande público.

O Portal SINAES chegou a ser premiado em 2008 pelo Banco Mundial em razão da contribuição na inovação da divulgação das informações estatísticas da educação superior (RISTOFF, 2011). Entretanto, esta iniciativa não teve seguimento e hoje a plataforma está inoperante, restando uma lacuna para os cidadãos que buscam pelas informações públicas educacionais de nível superior.

Também é importante ressaltar que a Lei do SINAES determinou a garantia do caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos durante a realização das avaliações das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes (art. 2º, II, da Lei nº 10.861/2004).

Dessa forma, o SINAES preconiza a participação da sociedade no processo de avaliação da educação superior e enfatiza a importância da transparência das informações, em consonância com os princípios da Administração Pública Gerencial e Governo Aberto.

## 2.5 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL E GOVERNO ABERTO

A Administração Pública Gerencial é resultado de uma evolução histórica da administração pública que, segundo Bresser-Pereira (1996), é marcada pelos modelos: patrimonialista, burocrática e gerencial. Esses três tipos de administração pública se sucederam no tempo, sem, necessariamente, serem excluídas por completo (BRASIL, 1995).

Quanto ao modelo gerencial, pode-se afirmar que este é fruto da crise do Estado enfrentada pelos países centrais a partir da década de 70, período em que a administração pública burocrática começou a ceder espaço para a gerencial. (BRESSER-PEREIRA, 1996).

As dificuldades enfrentadas pelas Administrações Públicas, tanto em nível nacional quanto internacional, em virtude de crises fiscais e perda pelos Estados de capacidade de provisão do bem-estar social, levaram à percepção da necessidade de trilharem novos caminhos para enfrentamento dos desafios modernos (GUBERMAN et. KONPP, 2009 apud KNOPP; ALCOFORADO, 2010).

A Administração Pública Gerencial (APG), também conhecida como Nova Gestão Pública (NGP), tem por objetivo ideias advindas do mercado privado. Tal fato ensejou avanços em questões pertinentes à eficiência, accountability, agilidade e desburocratização (OSBORNE; GAEBLER, 1995 apud SARTORI, 2011).

A APG apresenta fundamentos que se voltam para: a atenção dispensada ao cidadão; a valorização da transparência e do controle

social; a flexibilização da gestão; e a importância dispensada ao desenvolvimento de pessoal (OSBORNE; GAEBLER, 1995 apud SARTORI, 2011, p. 46).

No Brasil, a crise vivida pelo Estado brasileiro no período de 1979 a 1994 é percebida pela incapacidade do “Estado de coordenar o sistema econômico de forma complementar ao mercado”, por isso pode-se dizer que foi uma crise marcada por quatro aspectos: fiscal; do modo como a intervenção do Estado se dá; da administração burocrática; e da política. A crise e a globalização da economia foram fatores determinantes para impulsionar uma política de reforma da administração pública brasileira a partir de 1995, com o imperativo de redefinição das funções do Estado para a construção de uma administração pública gerencial (BRESSER-PEREIRA, 1996).

A reforma do aparelho do Estado e da sua força de trabalho proposta em 1995 teve dois eixos como direção, um de curto prazo, que contemplava o ajuste fiscal para adequação no quadro de pessoal, e o outro de médio prazo, visando à eficiência e à modernização da administração pública, com foco no atendimento ao cidadão (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Atualmente são reconhecidos os limites de atuação das reformas empreendidas pela AGP, por isso, o Estado passou a receber a interferência do poder e das ações do setor privado e das organizações sem fins lucrativos e não-governamentais. Entretanto, essa interação não é de fácil consecução, o que exige a busca contínua por redefinição e implementação de políticas inovadoras, visando fortalecer a gestão pública (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Sobre as redefinições e implementações de políticas inovadoras em relação à Administração Pública, um importante tema deve ser analisado no contexto desta dissertação: o Governo Aberto. Para a compreensão do seu significado, é preciso buscar na literatura especializada o seu conceito. Assim, Calderón e Lorenzo (2011) definem Governo Aberto:

Quando falamos de um governo aberto (...) nós falamos, então, de transpor o nosso velho modelo de democracia representativa para um modelo de democracia com diálogo aberto, explorando as possibilidades da TIC, para que os cidadãos participem dos processos de tomada de decisão dos governos, além do já mencionado exercício do direito de voto ou da participação em

organizações sociais tradicionais. (CALDERÓN; LORENZO, 2011, p. 11. Tradução nossa).

Na concepção da OECD (2001), Governo Aberto é aquele que promove a transparência das ações governamentais, a acessibilidade dos serviços públicos e informações, bem como a capacidade de resposta do governo a novas ideias, demandas e necessidades.

Em 2011, oito países, dentre eles o Brasil, fundaram a Open Government Partnership (OGP), que é uma iniciativa internacional na busca de desenvolver e implementar práticas governamentais de Governo Aberto. Atualmente conta com a participação de sessenta e cinco países, representados tanto pelo governo quanto pela sociedade civil, os quais se empenham na implementação de reformas políticas no que tange ao governo aberto (OGP, 2015).

Os quatro princípios basilares de Governo Aberto são: aumento da transparência pública, por meio de informações governamentais; prestação de contas e responsabilização dos atores; participação cidadã na tomada de decisão e definição de políticas públicas; e uso de tecnologia para fomento à inovação, especialmente no que tange à partilha de informação governamental, participação pública e colaboração (OGP, 2015).

A participação do Brasil na OGP resultou na publicação do Decreto Presidencial de 15 de setembro de 2011, o qual instituiu o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, cujo objetivo é de promover ações e medidas que fomentem a transparência e o acesso à informação pública, a fim de melhorar a prestação de serviços públicos e robustecer a integridade pública (BRASIL, 2011).

As diretrizes estabelecidas no artigo 1º do Decreto Presidencial versam sobre o aumento da disponibilidade de informações acerca de atividades governamentais, incluindo dados sobre gastos e desempenho das ações e programas; o fomento à participação social nos processos decisórios; o estímulo ao uso de novas tecnologias na gestão e prestação de serviços públicos, que devem fomentar a inovação, fortalecer a governança pública e aumentar a transparência e a participação social; e o incremento dos processos de transparência e de acesso a informações públicas, e da utilização de tecnologias que apoiem esses processos (BRASIL, 2011).

Como se nota, as premissas de Governo Aberto, num razoável consenso da doutrina emergente, caminham na direção de abertura de diálogo do governo com a sociedade, visualizando uma concepção de democracia que vai além de um sistema democrático representativo (Calderón, 2012).

Esse novo modelo de democracia enseja o fortalecimento de mecanismos de transparência pública e a construção de espaços permanentes de colaboração e participação dos cidadãos, ouvindo-os, questionando-os, tomando decisões pautadas no interesse da sociedade e promovendo a cooperação dos cidadãos e governo no desenvolvimento de serviços, além de comunicar abertamente toda decisão e execução de políticas públicas (Calderón, 2012).

O Governo Aberto é uma política que visa fomentar a participação cívica nos assuntos públicos e procura tornar os governos mais transparentes, responsáveis, colaborativos e eficientes. Também assegura o direito de acesso irrestrito às informações geradas no âmbito público, salvo exceções estabelecidas em lei, e conforme salienta Fuente (2012), a implementação dessa política tem como aliada principal as ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicações (TIC) no processo de disseminação de informações e de comunicação com a sociedade.

Os conceitos de Administração Pública Gerencial e de Governo Aberto preconizam a participação da sociedade, tendo como meio para a efetivação dessa participação o acesso à informação pública e introduz os conceitos de governança pública e social, analisados no tópico 2.6.

## 2.6 GOVERNANÇA PÚBLICA E GOVERNANÇA SOCIAL

Antes de adentrar no tema Governança Pública é necessário abordar o contexto do surgimento da temática governança, da teoria da agência e custo da agência, do seu conceito, bem como sua aplicabilidade em diversas áreas.

A importância e o interesse atribuídos ao conceito de governança datam de meados da década de 80. Este é um termo que tem sido utilizado por diversas disciplinas como o direito, políticas públicas e, principalmente, gestão das organizações privadas, públicas ou sem fins lucrativos (RODRIGUES; MALO, 2006). Portanto, para um delineamento mais eficaz do seu significado, é preciso analisá-lo conforme a dimensão de estudo em que o vocábulo é aplicado (GONÇALVES, 2006).

Os estudos de governança se intensificaram no contexto das modernas corporações e na sua forma de constituição. Berle e Means (1932) estudaram a relação ocasionada pela separação entre a propriedade e a gestão, bem como o conflito de interesses dos proprietários e executivos, em função do desequilíbrio de informação, autoridade e poder

resultante deste cenário, evidenciando a necessidade de mecanismos de controle para proteção dos interesses dos proprietários.

No estudo da governança a teoria de agência e o custo de agência, baseada na relação descrita acima, têm sempre recebido atenção por parte dos estudiosos (MENDONÇA; FILHO, 2004). Essa teoria diz respeito aos problemas resultantes dos conflitos das relações em que se está presente a cooperação entre indivíduos, com foco especial na relação ocasionada pela separação do controle e gestão das corporações (JENSEN; MECKLING, 1976). Nas palavras dos autores:

Nós definimos um relacionamento de agência como um contrato pelo qual uma ou mais pessoas (o(s) principal(is)) contratam outra pessoa (o agente) para executar algum serviço em favor deles e que envolva delegar, ao agente, alguma autoridade de tomada de decisão. Se ambas as partes do relacionamento são maximizadores de utilidade, existe boa razão para acreditar que o agente não agirá sempre pelos melhores interesses do principal. (JENSEN; MECKLING, 1976, p. 308 apud KAYO; FAMÁ, p.2).

O problema de agência aparece no momento em que o agente, com a obrigação de desempenhar as atividades delegadas, em estrita observância ao interesse de maximizar o valor da empresa, não o faz (JENSEN; MECKLING, 1976). Surge então a necessidade de estabelecer mecanismos para alinhar os interesses dos atores e assegurar que estes sejam cumpridos. Esse realinhamento gera custo para a organização. Nesse sentido, os mecanismos de governança são importantes para redução desses custos de agência e para ajudar neste realinhamento (LAJARA, 2013).

Neste contexto, o termo governança se fortalece e pode ser utilizado para designar a relação dos atores sociais, relação essa que é regulada por normas e procedimentos aceitos e reconhecidos por todos (COPPEDGE, 1995 apud DE BENEDICTO et al, 2013). A boa governança é essencial para o desenvolvimento sustentado, o qual abarca o crescimento econômico, a equidade social e os direitos humanos (SANTOS, 1997).

Na concepção de Jessop (1999), a governança é um meio para transformar a complexidade desestruturada em uma complexidade

estruturada. Os mecanismos de governança, segundo o autor, são aplicáveis para sincronizar organizações e sistemas complexos.

Em sentido geral, pode-se entender governança como um conceito aplicável às organizações e à sociedade quando está presente a necessidade de articulação de pessoas e grupos com expectativas e interesses diversos. Essa concepção abrange as relações nos setores governamental, empresarial e terceiro setor (SATHLER, 2008).

A governança inicialmente ganhou espaço no contexto das empresas privadas, no entanto, as concepções de boas práticas de governança podem ser estendidas para qualquer tipo de administração que esteja em busca do êxito da organização (IBGC, 2009). Matias-Pereira (2010, p. 111) esclarece que, “em sentido amplo, [...] os princípios básicos que norteiam os rumos dos segmentos dos setores privado e público são idênticos: transparência, equidade, cumprimento das leis, prestação de contas e conduta ética.”.

Dessa forma, a governança aplicada ao setor público é conhecida como governança pública e pode ser entendida como a maneira que se dá o exercício da autoridade, do controle, da administração e do poder de governo (BANCO MUNDIAL, 1992).

Bresser-Pereira (2001) entende a governança pública como o processo dinâmico pelo qual se dá o desenvolvimento político e através do qual a sociedade civil, o estado e o governo organizam e gerem a vida pública.

A governança aplicada ao setor público compreende os mecanismos políticos, econômico, socioambientais, administrativos, legais, entre outros, colocados em prática para garantir que os resultados almejados pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados (IFAC, 2013, p.47).

Não há uma conceituação única para governança (KISSELER, HEIDEMANN, 2006; SARTORI, 2011), entretanto pode-se evidenciar dimensões comuns dentre os muitos conceitos existentes na literatura. Sartori (2011) elenca as seguintes dimensões comuns resultantes da análise dos conceitos de governança pública:

- a existência de estruturas, mecanismos e processos para a prática da gestão pública;
- a forma pela qual o exercício da gestão pública é cumprido, incluindo valores, políticas, poder, controle, comportamento e liderança;

- a capacidade das organizações para o fornecimento de bens e serviços públicos aos cidadãos;
- interação de uma multiplicidade de atores que se influenciam reciprocamente;
- princípios de governança, que compreendem a participação da sociedade nas decisões, transparência, responsabilidade na gestão dos recursos, prestação de contas, eficácia e legalidade (SARTORI, 2011, p. 51 e 52).

Serpa (2013) traça uma comparação das diferenças entre governança corporativa e governança pública. No primeiro tipo, a autora identifica um ator (o proprietário) com vontade soberana que utiliza mecanismos de controles claros: conselho fiscal, conselho de administração e auditoria independente para impor seus interesses. A diretoria executiva (o agente) é subordinada e tem por finalidade conduzir os negócios de acordo com as escolhas dos proprietários. A hierarquia é clara e o controle bem definido.

No setor público, as diferentes esferas de governo resultam em diversos atores dotados de independência e autonomia para a consecução dos seus objetivos. Dessa forma, a hierarquia entre as partes, neste contexto, cede espaço para a coordenação, a cooperação e a coerência de propósitos para a implementação das escolhas coletivas (PETERS, 2012 apud SERPA, 2013, p. 46).

Para as práticas da boa governança Magalhães (2011) destaca a necessidade do setor público de promover a gestão estratégica, a gestão política e a gestão da eficiência, eficácia e efetividade. A primeira gestão refere-se à capacidade da administração pública em atender as necessidades legítimas da população, de forma efetiva e tempestiva, com resultados sociais que impactem a realidade da sociedade. A gestão política diz respeito a legitimidade da população nas ações políticas. E a gestão da eficiência, eficácia e efetividade é o emprego adequado dos instrumentos disponíveis para viabilizar a boa governança.

Marques (2007), tendo por base o levantamento na literatura existente, define seis etapas fundamentais para que as entidades públicas alcancem de fato as melhores práticas da boa governança, são eles: liderança, integridade, compromisso, responsabilidade, integração e transparência.

Em relação à última etapa, a transparência, a autora explica que é necessário que ações dos gestores públicos promovam a confiança na sociedade, por isso a comunicação com os interessados deve ser aberta e

dotada de informações completas e seguras. Na visão da autora, a transparência também colabora para a responsabilização dos atos dos agentes públicos.

A governança no setor público exige dos seus órgãos e entidades a atuação pautada em boas práticas, a fim de direcionar a busca para as soluções dos desafios da sociedade contemporânea, com vistas a atender as necessidades e interesses dos cidadãos. Nessa busca pelas respostas aos desafios do mundo atual, surge uma nova concepção de governança, a qual é abordada no tópico 2.6.1.

### **2.6.1 Governança Social**

A redefinição nas funções do Estado fez evidenciar a necessidade de se pensar em novos modelos de governança. Nesse sentido, Knopp e Alcoforado (2010, p. 6) destacam que as implicações da adoção do modelo gerencial na administração pública brasileira deram mostras da necessidade de ações em conjunto do Governo, da iniciativa privada e da sociedade civil, por meio de “redes” ou “estruturas sócio-organizativas” e tendo como fundamento a “negociação, cooperação, descentralização, autonomia das partes, equilíbrio de poder, controle mútuo, eficiência e consenso.”.

O panorama determinado pelas mudanças ocorridas em função da nova administração gerencial resultou em uma nova concepção na condução da gestão pública, criou-se, portanto, um ambiente institucional favorável a uma nova aceção do papel do Estado e a uma nova maneira de conduzir a gestão pública, que se traduz na evolução de um modelo de governança mais aberta à sociedade (FIRMINO, 2008 apud KNOPP; ALCOFORADO, 2010).

As políticas públicas contemporâneas têm por objetivo dar respostas que produzam efeitos para os problemas sociais, observando, entretanto, que estes se tornam cada vez mais complexos. Para tanto é preciso um novo arranjo que inclui a intersetorialidade, com cooperação e atuação conjunta dos setores públicos, privados e da sociedade civil, na busca de soluções para o desenvolvimento. Por intersetorialidade entende-se que são “os diálogos, as conexões e intercâmbios que se estabelecem entre os agentes dos três setores sociais para a solução de problemas complexos” (KNOPP; ALCOFORADO, 2010).

Emerge a reflexão sobre governança social em vista dos desafios enfrentados pelos governos atuais e da necessidade de criação de mecanismos para que atores diversos, com interesses e papéis distintos,

possam atuar em conjunto visando o interesse público (ALCOFORADO, 2009). As definições encontradas na literatura e em organismo de estudos que tratam dessa temática são apresentadas no Quadro 03.

Quadro 03 - Definições de governança social.

Autores/ Entidades	Definição de Governança Social
Vilhena et. Al.(2006, p.27)	Promoção do desenvolvimento por meio da busca de fortalecimento do Estado, mercado e terceiro setor para a geração concertada de resultados.
Gustin (2008, p. 385)	Algumas formas criativas de atribuição de competência às organizações que trabalham diretamente com populações ou segmentos sociais que necessitam se capacitar para resolverem necessidades ou demandas específicas. As equipes de governança social devem buscar a articulação entre grupos ou organizações da sociedade civil com esferas administrativas estatais para a atuação que permita a otimização de ações.
Alcoforado (2009, p. 9)	A Governança Social se refere à composição de instituições do Estado, do mercado e do terceiro setor que atuam em um determinado ente federativo, em determinada localidade, de modo complementar, buscando o desenvolvimento econômico e social.
Knopp e Alcoforado (2010, p. 7)	É a governança praticada em arranjos organizacionais de composição plural, envolvendo agentes estatais e não estatais, públicos e privados com ou sem fins lucrativos para a co-gestão da coisa pública (defesa de interesses públicos, co-produção de bens e serviços para a promoção do bem-estar social).
Villela e Pinto (2009, p. 1068)	O processo de coordenação de atores, de grupos sociais, de instituições ou de redes empresariais para alcançar objetivos discutidos e definidos coletivamente.
Centro de Referência em Governança Social Integrada – CRGSI (2013, p. 4)	Para que os povos atinjam pleno desenvolvimento humano, com baixo impacto ambiental, muito há que se fazer em inovação, inclusão social e sustentabilidade, nos três setores da organização social: o público, o privado e a sociedade civil organizada. [...] Um mundo complexo e repleto de teorias e ideologias precisa de conhecimento construído coletivamente, com participação de todos os setores da sociedade, empenhados em gerar sistemas que possam responder aos novos desafios e com soluções que respeitem todos os atores da equação. [...] A importância da governança social integrada está justamente em articular todos os atores para que haja eficiência e velocidade no processo de desenvolvimento sustentável da sociedade.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de conceitos encontrados na literatura e em organismo de estudos.

Os conceitos de governança social identificados no quadro acima são convergentes e permitem a observação de características essenciais para o entendimento do conceito. São elas:

- a) atores principais: Estado, setor privado e sociedade civil;
- b) relação dos atores: articulação e atuação conjunta;
- c) objetivo: desenvolvimento da sociedade.

Assim, pode-se entender que a governança social é o processo que se dá com a relação mútua no compartilhamento do poder entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil, objetivando, com essa atuação conjunta, o desenvolvimento da sociedade.

O CRGSI (2013) analisa a governança social sob a perspectiva da sustentabilidade e destaca que os seus três pilares — o econômico, o social e o ambiental —, conhecido também por Triple Botton Line, está em processo de substituição por uma visão mais sistêmica. Isso porque a perspectiva de que em 2050 a população seja de 9 (nove) bilhões de pessoas traz imbuída em si a ideia de articulação e orquestração da sociedade para superação dos desafios futuros, considerando que a solução de problemas complexos se torna muito difícil sob a ótica de um mundo fragmentado.

Offe (1998 apud VILHENA et al, 2006) destaca que, para uma boa engrenagem da governança social, é preciso que haja equilíbrio de capacidade e poder nas ações dos três atores, uma vez que cada um é dotado de serventias e limitações:

O Estado promove equidade, mas é menos eficiente. Enfraquecê-lo em detrimento das demais esferas pode levar à baixa capacidade de governo; fortalecê-lo pode levar ao estatismo dirigista e formas autoritárias perversas. O mercado é virtuoso em eficiência, mas insensível em equidade. Enfraquecê-lo em detrimento das demais esferas pode levar à ineficiência e perda de competitividade; fortalecê-lo pode levar a formas perversas de “mercado livre”, concentração e “capitalismo selvagem”. O terceiro setor é virtuoso porque é o domínio do valor, da causa, provendo meio de expressão de iniciativas comunitárias e cidadãos essenciais à afirmação da identidade cívica, mas sua natureza não é a regra de direito. Fortalecê-lo em detrimento das demais esferas pode gerar formas anômicas de atuação paroquial ou formas perversas de comunitarismo excessivo; enfraquecê-lo pode levar à negligência de comunidades e identidades. (OFFE, 1998 apud VILHENA et al, 2006, p. 27)

A finalidade da atuação conjunta dos agentes principais da governança social tem em pauta as seguintes questões: construir uma

agenda pública com garantia de legitimidade; executar políticas e/ou produção de bens públicos e privados; acompanhar, monitorar e avaliar política, programa, projeto, ação ou omissão pública por meio de mecanismos e canais democráticos de prestação de contas, de forma a assegurar a transparência, a accountability e o efetivo controle social (adaptado de MARINI, 2008 apud KNOFF; ALCOFORADO, 2010).

A Governança Social reforça dois aspectos importantes: a participação/control social e o acesso à informação pública como meio essencial para a sua efetivação. Esses temas serão abordados nos tópicos 2.6.1.1 e 2.6.1.2.

### **2.6.1.1 Participação e Controle Social na Governança Social**

A redemocratização do Estado brasileiro, em meados da década de 80, trouxe à baila novamente o debate sobre a participação social, na perspectiva do controle da sociedade organizada sobre as atividades do Estado, contemplando a participação social nas políticas públicas – desde a sua concepção até a sua execução e alocação de recursos públicos conforme interesses da coletividade (CORREIA, 2000).

Pensar em participação social é pensar sobre a atuação dos cidadãos para o fortalecimento de práticas políticas de constituição de direitos, em uma relação com o Estado que ultrapassa o exercício do direito eleitoral (JACOBI, 2000). Em sentido amplo, controle social pode ser entendido como o conjunto de métodos adotados pela sociedade para direcionar o comportamento humano, a fim de manter a ordem estabelecida (MANNHEIM, 1971, p. 178 apud CORREIA, 2000).

Correia (2006) alerta para o fato de que recentemente o termo controle social tem sido usado em diferentes segmentos da sociedade como sinônimo de participação social nas políticas públicas, entendimento este adotado no presente estudo.

O controle/participação social reside em “canais institucionais de participação na gestão governamental, com a presença de novos sujeitos coletivos nos processos decisórios, não se confundindo com os movimentos sociais que permanecem autônomos em relação ao Estado” (ASSIS; VILLA, 2003, p. 377).

A governança social implica na participação e no controle social direto e efetivo, inclusive na influência e decisão conjunta da agenda e do conteúdo das políticas de governo, a fim de promover a justiça social e a consecução do bem-comum. Dessa forma, deve ser capaz de

proporcionar a criação de instâncias democráticas, decisão em conjunto e experiências novas no modo de gestão pública do país. Trata-se de um “um movimento pela ‘redemocratização’ da democracia.” (KNOPP; ALCOFORADO, 2010, p.8).

Os mecanismos que a sociedade organizada dispõe para viabilizar a participação social são vários. Correia (2000) destaca aqueles voltados para a atuação em prol dos direitos sociais, em especial da saúde, mas aplicáveis na defesa de direitos em outros contextos: participar de conselhos e conferências; recorrer ao Ministério Público, às comissões do Congresso Nacional, à câmara legislativa e à câmaras de vereadores, aos Procons, aos conselhos profissionais, entre outros; realizar denúncia por meio das diversas mídias de comunicação, como por exemplo, rádios, jornais, televisão e internet.

Um ponto importante a ser destacado é que os elementos de comunicação são fundamentais para a manifestação efetiva do controle social. E o elemento que se destaca neste contexto é o seguinte: “acesso às informações em formato adequado” (HERKENHOFF; RABELO, 2011, p. 84). No mesmo sentido, Alcoforado (2009) explicita que o controle social depende do acesso à informação e da mobilização da sociedade.

A governança social tem como um de seus pilares a atuação da sociedade e, como visto, para a participação e controle social se concretizarem, o acesso à informação é fundamental neste processo. O próximo tópico analisa essa relação.

### **2.6.1.2 Governança Social e Informações**

Martins (1998 apud KNOPP; ALCOFORADO, 2010) trata de um importante aspecto da governança social: a retroalimentação informacional dentro do processo de feedback das ações dos três atores (Estado, setor privado e sociedade). O autor entende que para o bom funcionamento da governança social é necessário que as lacunas e a assimetria informacional seja reduzida, ou mesmo eliminada por inteiro, para que se possa, entre outros aspectos, realizar a intervenção e o controle social.

Nesse sentido, cabe destacar que, na teoria da agência, a assimetria de informação favorece a atuação para ações oportunistas, “pois pressupõe que o agente pode utilizar informações em seu benefício próprio. Assim, resta como alternativa, a observação dos resultados alcançados pelo agente” (LIMA, 1997 apud BERTOLIN et al, 2008, p. 63).

MATIAS-PEREIRA (2012) lembra que a transparência ocupa lugar de destaque como mecanismo de fortalecimento da democracia. Uma das questões centrais da democratização do Estado é a ideia de que a coisa pública deve sofrer o controle pela sociedade civil. Assim a transparência, materializada no acesso à informação pública pelo cidadão, é uma questão central para o controle social.

As oportunidades de reestruturação do Estado surgem da transparência e da interação entre a sociedade civil e a sociedade política, e essa reestruturação é no sentido de uma construção social por meio de uma política centrada nos ideais da república e da democracia (RUEDIGER, 2003). Neste contexto, ganha destaque o tema Lei de Acesso Informação, abordado no tópico 2.7.

## 2.7 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Conforme visto, a participação ou controle social tem como elemento fundamental para a sua concretização a informação. A disponibilização de informações referentes às ações do setor governamental é assunto que tomou proporções importantes no debate atual. Decorre da política de Governo Aberto a necessidade de institucionalização da normatização do acesso às informações públicas.

O direito à informação é um direito civil, mas também político e social, e que, como tal, tem papel fundamental nas sociedades democráticas. As relações do governo e da sociedade intermediadas pelo fluxo de informações tem sido assunto de interesse crescente nas últimas quatro décadas, em face do uso das novas TICs, das reformas nas organizações estatais, da crise do Estado-Nação, das políticas como Governo Eletrônico e Governo Aberto, entre outros (JARDIM, 2012).

O entendimento sobre o acesso à informação sofreu mudanças ao longo dos últimos tempos. Sá e Malin (2012) observam que em 1990 esse direito era interpretado como uma ação de governança administrativa, mas atualmente é visto como um direito humano fundamental.

Nesse sentido, um importante fato para a sociedade brasileira foi a sanção da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e sua regulamentação por meio do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, data em que a Lei entrou em vigor. Conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), esse normativo trata da regulamentação do acesso à informação pública, instituindo critérios e procedimentos para divulgação e disponibilização das informações referentes às ações

governamentais, a fim de facilitar o seu acesso à sociedade brasileira. A LAI tem por base o direito à informação previsto na Constituição Federal, mais especificamente em seus artigos 5º inciso XVI e XXXIII; 37, § 3º, inciso II; e 216, § 2º.

A publicação da LAI no Brasil é um marco importante para o fortalecimento da democracia e para precaução de atos de corrupção no país, uma vez que possibilita uma maior participação e um maior controle social na condução da coisa pública. Destaca-se, ainda, que o acesso às informações por parte da sociedade influencia na melhoria da gestão pública (SÁ e MALIN, 2012).

O foco de atenção da Lei de Acesso à Informação é o cidadão, e esse epicentro determinou a lógica da construção do texto legal, o qual tem por finalidade garantir que o Estado conceda acesso à informação ao cidadão (JARDIM, 2012).

A abrangência da referida Lei alcança os órgãos públicos da administração direta dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios); as Cortes de Contas; o Ministério Público; a administração direta e indireta do poder executivo, as entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Também, no que couber, se inclui no rol de aplicação dessa Lei as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos do governo a fim de realizar atividades de interesse público (BRASIL, 2011, art. 1º e 2º).

Na análise do texto legal, a referência ao artigo 3º da Lei é importante, porque estabelece diretrizes que orientam os procedimentos de disponibilização da informação:

Art. 3o Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I- observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II- divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III- utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV- fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V- desenvolvimento do controle social da administração pública. (BRASIL, 2011, art. 3º).

Vê-se que a publicidade é definida como a regra e o sigilo como a exceção. Outro ponto importante a se destacar é que a divulgação das informações públicas deve ocorrer de maneira fluida e não apenas como fruto de solicitação por parte do cidadão, o legislador exige do órgão aplicador da LAI um comportamento proativo e indutor da transparência.

Os órgãos e Entidades do poder público são os responsáveis por garantir o acesso às informações públicas, mediante a adoção de procedimentos objetivos e ágeis, que concorram para que a informação seja “transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.” (BRASIL, art. 5º, 2011).

A Lei estabelece o dever dos órgãos e Entidades de poder público de divulgar permanentemente as informações de caráter geral e de interesse coletivo resultantes de suas ações e obrigações. Essa divulgação deve ocorrer em local de fácil acesso e independentemente de requerimento.

O uso da internet para garantia de acesso à informação pública é premente. Disponibilizar as informações públicas em páginas oficiais governamentais na internet é uma obrigação imposta pela previsão legal do texto da LAI em seu artigo 8º § 2º (BRASIL, 2011).

A Lei vai adiante e estabelece critérios para a divulgação das informações na internet, entre eles o seguinte:

§ 3o Os sítios de que trata o § 2o deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em **linguagem de fácil compreensão**; (BRASIL, 2011, art. 8º §3º, grifo nosso).

A LAI previu no âmbito federal a criação da Comissão Mista de Reavaliação de Informações com a finalidade de decidir sobre o tratamento e classificação de informações sigilosas, entre outras competências.

Sá e Malin (2012) lembram que a LAI foi aprovada 23 anos depois de previsto na Constituição Federal do Brasil o direito de acesso à informação e que o seu Projeto de Lei tramitou durante oito anos nas

casas legislativas até sua aprovação. Ressalte-se que, em virtude da previsão legal do direito de acesso à informação na Constituição Federal, muitas leis foram publicadas no Brasil depois de 1988, mas a maioria tratou do aspecto de sigilo de documentos públicos, não da concessão de acesso às informações para a sociedade.

A discussão em torno do acesso à informação pública não é restrita ao Brasil, muito ao contrário, a aprovação da LAI no nosso país é fruto da importância e da discussão desta temática no âmbito internacional. Sá e Malin (2012) destacam que a Suécia é o primeiro país a adotar a lei de acesso à informação e isso ocorreu em 1766. Já na América Latina, o primeiro foi a Colômbia em 1988.

O ápice do quantitativo de países a adotarem uma legislação de acesso à informação ocorreu no ano de 2000, quando cinquenta países promulgaram suas leis referentes a esta temática. O Brasil foi um dos últimos países da América do Sul a realizar a aprovação, ele está entre os três últimos países da América Latina a publicarem a lei e é o 90º no ranking mundial de adoção de uma LAI (SÁ; MALIN, 2012).

Na visão de Sá e Malin (2012) o Brasil avançou ao promulgar sua LAI, pois existe um saldo negativo histórico das “ações no campo da informação” e muita “opacidade” por parte do Estado brasileiro. Esse também é o entendimento de Jardim (2012), quando afirma que a LAI traz consigo uma oportunidade histórica para a sociedade, mas ressalta que o Brasil é um país com raízes históricas de autoritarismo e de “opacidade informacional”, por essa razão a LAI apresenta muitos desafios a vencer para sua efetiva implementação.

Jardim (2012) demonstra preocupação com o tema e afirma que “mostra-se premente uma produção de pesquisas sobre políticas e práticas informacionais que favoreçam o uso social da informação produzida pelo Estado nos marcos democratizantes da Lei de Acesso à Informação Pública.”

Outro ponto importante a ser considerado no texto da LAI é a formato de disponibilização da informação na internet, assunto que será abordado no tópico seguinte.

## 2.8 DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS

O conceito de Dados Governamentais Abertos reside, segundo Vaz, Ribeiro e Matheus (2010), nos dados publicados e compartilhados pelo governo na Internet, em formato bruto e aberto, para que seja acessível por máquinas e passíveis de reutilização pelo cidadão que se interesse por eles e conforme as suas conveniências.

Nesse mesmo sentido, o Manual dos Dados Abertos, traduzido e adaptado pela Comunidade de Transparência Hacker, define:

Dados abertos governamentais são dados produzidos pelo governo e colocados à disposição das pessoas de forma a tornar possível não apenas sua leitura e acompanhamento, mas também sua reutilização em novos projetos, sítios e aplicativos; seu cruzamento com outros dados de diferentes fontes; e sua disposição em visualizações interessantes e esclarecedoras. (COMUNIDADE DE TRANSPARÊNCIA HACKER, 2011, p. 4).

A Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011) estabelece não somente a regra de acesso público às informações governamentais, mas também a seu formato de disponibilização na internet:

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

(...)

II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

(BRASIL, 2011, art. 8º §3º).

Diniz (2010) destaca três agentes na cadeia de valor dos Dados Governamentais Abertos: o órgão público; o provedor de tecnologia; e o agente reutilizador. O órgão público tem papel fundamental na coleta, organização e armazenamento dos dados digitais. O agente provedor de tecnologia é o que garante que o dado disponibilizado cumpra com as características exigidas por DGA. E o agente reutilizador é a sociedade, a qual dá sentido à política de DGA, pois é para o usufruto social que os dados devem ser disponibilizados.

Analisando o contexto nacional é importante mencionar a interligação de Dados Governamentais Abertos com os websites

governamentais, os quais passaram por três fases. A primeira diz respeito a publicação de informações governamentais em formato fechado, com o poder público decidindo o que e como será visualizada a informação. Na segunda fase, a informação foi disponibilizada em bases de dados com possibilidades de que o usuário personalize sua consulta. A terceira fase é marcada pela oferta de bases de dados em estado bruto, para ser livremente exploradas por aqueles que se interessarem. Essa última fase é conhecida como Dados Governamentais Abertos (VAZ; RIBEIRO; MATEUS, 2010).

Em 2007, um grupo de trabalho de Sebastopol, California, publicou um conjunto de oito princípios que regem os Dados Governamentais Abertos. Assim, eles devem ser: i) completos: disponibilização de todos os dados públicos com permissão legal; ii) primários: publicados na fonte com maior granularidade possível; iii) atuais: tempestividade na divulgação; iv) acessíveis: alcance amplo de público; v) compreensíveis por máquinas: condições mínimas de processamento automatizado; vi) não discriminatórios: disponíveis ao público sem necessidade de identificação ou controle; vii) não proprietários: formato sem controle exclusivo de um ente; viii) livres de licenças: não submetidos a direitos autorais, patentes ou práticas semelhantes, podendo sofrer restrições de privacidade, segurança e controle de acesso regulados por legislação (OPENGOVDATA, 2007).

Nos desdobramentos práticos da política de DGA, o princípio “v” (dados compreensíveis para serem processados por máquinas) chama a atenção. Isso por que a utilização de dados abertos exige a construção do que se intitulou chamar de “teia de dados”, um espaço de dados global que implica em milhões de inter-relações provenientes de várias origens (WANG et. al., 2013).

Berners-Lee (2006) desenvolveu um modelo de maturidade no que tange ao projeto de abertura de dados, propondo cinco estágios que qualificam as publicações de dados abertos. A ideia do autor é analisar o nível de facilidade que se obtém na utilização dos dados abertos, em uma sequência progressiva a cada nível alcançado. Quanto maior o nível, mais fácil será o processamento do dado pela máquina. O quadro 4 ilustra a explicação.

Quadro 04 – As cinco estrelas dos dados abertos.

★	Disponibilizar o conteúdo na Web, independente de formato, sob uma licença aberta. Exemplo: documento PDF sob uma licença aberta.
★★	A condição do item anterior acrescentado de dados estruturados legíveis por máquina. Exemplo: arquivo Excel ao invés de uma imagem escaneada de uma tabela.
★★★	As condições anteriores somada a utilização de um formato não proprietário. Exemplo: arquivo CSV ao invés de Excel.
★★★★	Todas as anteriores, mais o uso de padrões abertos da W3C (RDF e SPARQL) para identificar as coisas, de maneira que as pessoas possam apontar para elas.
★★★★★	Todas as condições anteriores incluindo a relação entre os seus dados e dados de outras pessoas para contextualização.

Fonte: adaptado de BERNERS-LEE, 2006.

No que diz respeito a utilização de DGA a literatura revela conceitos importantes para a viabilização da prática de implementação, dentre eles o padrão *Linked Open Data*, o qual será abordado no tópico 2.8.1.

### 2.8.1 *Linked Open Data*

Este tópico não tem a intenção de esgotar ou aprofundar o assunto sobre *Linked Open Data* (LOD). O interesse é apenas evidenciar na literatura as condições de viabilidade da proposta deste estudo.

Antes de abordar o significado de *Linked Open Data* (LOD) é preciso elucidar conceitos de web semântica e *Linked Data*. A web semântica nasce na busca de solucionar problemas tais como a falta de interoperabilidade entre sistemas e conteúdo na web, as dificuldades para criar e reutilizar a informação e as buscas não inteligentes (ISOTANI et al., 2009).

Este conceito pode ser entendido como uma extensão da web tradicional, na qual o significado da informação é bem definido, proporcionando uma interação mais apropriada entre computadores e pessoas (BERNERS-LEE; LASSILA; HENDLER, 2001).

O objetivo é a criação de padrões tecnológicos capazes de proporcionar uma infraestrutura de dados da internet com troca de informações entre si, por meio de programas e dispositivos especializados e personalizados, a fim de automatizar tarefas rotineiras dos usuários. Para tanto, é necessário a criação e implantação de padrões tecnológicos objetivando principalmente estabelecer uma linguagem de

domínio público para compartilhamento de dados entre dispositivos e sistemas de informação (BERNERS-LEE; LASSILA; HENDLER, 2001).

No contexto da web semântica é importante mencionar as concepções de URI Universal Resource Identifier (URI) e Resource Description Framework (RDF). O URI é um identificador global de recurso, aqui entendido como qualquer conteúdo que tenha identidade. Já o RDF descreve, por meio de sentenças, as propriedades e as relações do recurso (ou conteúdo), pois se constitui em uma linguagem formal que utiliza a lógica de assertivas, de forma que cada tripla expressa uma proposição simples (W3C, 2004).

Na sequência, para compreensão do assunto em tela é preciso abordar a linguagem SPARQL Protocol And RDF Query Language (SPARQL). Trata-se de um protocolo e linguagem de consulta de dados em RDF, o qual é fundamentado em padrões de grafos e correspondência (matching) entre subgrafos.

Essa correspondência entre subgrafos, ou matching, é uma das técnicas empregadas para a geração de correspondências entre elementos de dois esquemas utilizados em casos de integração de dados de uma ou de várias fontes de dados (BERNSTEIN; MADHAVAN; RAHM, 2011; RAHM; BERNSTEIN, 2001).

Por sua vez o conceito de Linked Data, ou dados ligados, refere-se aos dados publicados na web que sejam legíveis por máquinas, que tenham seus significados abertamente definidos, que estejam ligados a outros conjuntos de dados e que possam ser ligados a partir de conjunto de dados externos (BIZER et al., 2009).

A junção do conceito de Dados Abertos e de Dados ligados resulta no que se conceituou chamar de Linked Open Data (LOD). Trata-se de um projeto conduzido por World Wide Web Consortium (W3C), iniciado em 2007, o qual visa a publicação de vários conjuntos de dados com possibilidades de ligações entre eles.

## 2.9 PERTINÊNCIA DOS ASSUNTOS ABORDADOS NO REFERENCIAL TEÓRICO

Os assuntos abordados no Referencial Teórico se justificam pelos seguintes aspectos:

- a) abordar questões relacionadas com a avaliação e o Censo da educação superior para compreensão da importância dessas

políticas no contexto educacional e da forma como ocorre a operacionalização;

b) compreender os conceitos de governo aberto, governança pública e social, LAI e DGA, objetivando destacar a importância da transparência pública, por meio do acesso à informação governamental, para promover a participação direta da sociedade no processo democrático;

c) demonstrar a viabilidade de integrar e disponibilizar dados abertos na internet por meio do padrão LOD.

Dessa forma, foi possível perceber, por meio dos temas abordados no Referencial Teórico, a importância da proposta deste estudo de integrar os dados do Censo da Educação Superior e do SINAES, a fim de permitir uma visão única e integrada, e assim facilitar o acesso e a compreensão das informações pela sociedade.

### **3. DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DO SINAES PASSÍVEIS DE SEREM INTEGRADAS E DISPONIBILIZADAS NA WEB**

No capítulo 1, foram relatados os problemas sobre o acesso às informações da educação superior, produzidas pelo INEP, que são: a falta de integração e a dispersão das informações na web, referentes ao Censo da Educação Superior e ao SINAES, bem como a disponibilização das informações em formato não acessível a sociedade como um todo, quando se deseja obter um dado específico sobre determinado curso de graduação no Portal do INEP. Esses dois problemas dificultam a apropriação da informação, marginalizando a parte da sociedade que não dispõe de condições para garimpar e contextualizar os dados ofertados pelo INEP na web.

No que se refere ao problema da falta de integração das informações, não é possível obter em uma única fonte os resultados do Censo da Educação Superior e do SINAES. São duas as fontes oficiais de informações utilizadas na web: o Portal INEP e o Sistema e-MEC. O primeiro mantém as bases de dados para consulta individualizada de ambos os processos. Já o Sistema e-MEC disponibiliza as informações do processo de avaliação do SINAES realizado pelo INEP.

No que se refere à dispersão das informações, além das fontes diversas, também não há uma interface única na web que disponibilize os resultados do Censo da Educação Superior e do SINAES, mesmo esses dois sistemas produzindo informações sobre igual objeto, a educação superior, os quais são complementares entre si para a formação de uma visão sobre a educação superior.

Ristoff (2011) ressalta que, para um efetivo resultado, é necessário que as várias facetas da avaliação, bem como seus diversos instrumentos, estejam integrados e devidamente articulados. Em uma interpretação extensiva, a divulgação dos resultados das avaliações também deve estar integrada e articulada, a fim de proporcionar ao público a apropriação das informações sobre a qualidade da educação superior.

Sobre a integração de dados na web, é frequente o desenvolvimento de aplicações que integrem dados heterogêneos e distribuídos em diferentes fontes de dados na web, a fim de facilitar o acesso às informações, por meio de uma interface uniforme de acesso à diferentes fontes de dados (SALGADO; LÓSCIO, 2001; RAHM; BERNSTEIN, 2001; BERNSTEIN; MADHAVAN; RAHM, 2011)



Visando à solução dessa problemática relatada, este estudo propôs como objetivo geral a integração e disponibilização das informações produzidas pelo INEP em um formato acessível à sociedade, utilizando-se dos princípios da Lei de Acesso à Informação e dos Dados Governamentais Abertos.

A proposta deste estudo teve como foco as informações produzidas pelas ações do Censo da Educação Superior e do SINAES, no que tange aos cursos de graduação do Sistema Federal de Educação, em uma perspectiva de consulta individualizada, conforme definido no capítulo introdutório desta dissertação, na seção 1.6 de delimitação de escopo.

A proposta de integração e disponibilização das informações do Censo da Educação Superior e do SINAES teve o intuito de atender a diferentes atores da sociedade, como por exemplo, os pesquisadores, os coordenadores de cursos de graduação, os alunos das IFES, os pais de alunos, as ONGs na área de educação, mas principalmente o cidadão comum, com conhecimento mínimo de utilização da internet, sem necessariamente apresentar capacidade técnica de pesquisa de informações em bancos de dados.

Para a consecução deste objetivo geral, o presente capítulo foi estruturado considerando a primeira etapa do desenvolvimento definida no capítulo 1, item 1.5.2 da metodologia do trabalho. O quadro 5 faz uma correlação com a etapa e as sub-etapas do capítulo 1 e a seção e as sub-seções do presente capítulo .

Quadro 5 - Correlação entre etapa 1, sub-etapas, seção e sub-seções

<b>Etapa (Capítulo 3)</b>	<b>Seção (Capítulo 4)</b>	<b>Sub-etapas (Capítulo 3)</b>	<b>Sub-seções (Capítulo 4)</b>
1. Definição das variáveis para fins de integração e disponibilização da informação	3.1 Definição das Variáveis do Censo da Educação Superior e do SINAES passíveis de serem integradas e disponibilizadas na web	Identificação dos dados produzidos pelo Censo e pelo SINAES considerando o escopo do trabalho definido no capítulo 1.	3.1 Identificação das informações produzidas pela Avaliação dos Cursos de Graduação; 3.2 Identificação das informações produzidas pelo ENADE; 3.3 Identificação das informações produzidas pelo Censo da Educação Superior.
		Mapeamento dos dados disponibilizados na web para pré-seleção das variáveis a serem integradas e disponibilizadas;	3.4 Mapeamento do conteúdo disponível na web; 3.4.1 Portal INEP; 3.4.2 Sistema e-MEC; 3.4.3 Mapeamento das Informações da Avaliação de Cursos de Graduação; 3.4.4 Mapeamento das Informações do ENADE; 3.4.5 Mapeamento das Informações do Censo da Educação Superior; 3.4.6 Visão Geral do Mapeamento e limitações; 3.5 Pré-Seleção das Variáveis.
		Análise das variáveis selecionadas de acordo como o Modelo de Maturidade proposto por Berners-Lee (2006).	3.6 Classificação das variáveis pré-selecionadas;
		Seleção final das variáveis;	3.7 Seleção Final das variáveis

Fonte: a autora

Com base nesta organização do trabalho, a etapa 1 buscou definir, à luz do problema de pesquisa levantado, as variáveis aptas para integração e disponibilização das informações do Censo da Educação Superior e do SINAES. Essa etapa foi fundamentada nos seguintes embasamentos:

a) Delimitação do escopo, com recorte das informações dos cursos de graduação do Sistema Federal de Educação, produzidas no âmbito do Censo da Educação Superior e do SINAES.

b) Os conceitos de Governo Aberto, Governança Pública e Governança Social, pelos quais se verificou a importância da participação/controle social, bem como o acesso à informação como mecanismo de viabilização dessa participação/controle.

c) As imposições normativas da Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), que estabeleceu que as informações públicas devem

ser disponibilizadas de forma acessível a todos os atores sociais e, ainda, instituiu a internet como um dos meios de comunicação eficazes e obrigatórios para essa disponibilização.

d) Os princípios de Dados Governamentais Abertos, os quais visam permitir a reutilização dos dados públicos em aplicações digitais desenvolvidas pela sociedade.

e) O caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos, conforme preconiza a Lei nº 10.861/2004, que instituiu o SINAES.

Dessa forma, para definição das variáveis aptas a serem integradas e disponibilizadas, foi preciso, inicialmente, identificar que tipo de informação é produzida pelo Censo da Educação Superior e pelo SINAES.

O capítulo do Referencial Teórico, item 2.4, afirma que são três os componentes do SINAES: a instituição, o curso e o aluno. Entretanto, os componentes que produzem informações específicas sobre os cursos de graduação são os processos referentes às avaliações dos cursos de graduação (ACG) e dos estudantes (Enade). Por isso, por isso a avaliação institucional não foi analisada neste estudo.

No que tange aos resultados do Censo da Educação Superior, analisou-se a coleta com foco nos dados relativos aos cursos de graduação.

### 3.1 IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELA AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Na dinâmica da Avaliação de Cursos de Graduação (ACG), a Lei nº 10.861/2004 impõe, em seu artigo 4º, a verificação de maneira especial de três dimensões, por meio das visitas *in loco* dos especialistas:

- a) o corpo docente;
- b) as instalações físicas;
- c) e a organização didático-pedagógica.

O Decreto nº 5.773, de maio de 2006, estabeleceu que cabe ao INEP a elaboração dos instrumentos de avaliação, para que estas dimensões sejam avaliadas, e neste ponto, chama atenção a multiplicidade de instrumentos para a avaliação dos cursos de graduação que já foram utilizados e não estão mais vigentes. Somente para citar os

que ainda estão disponíveis na página do INEP, são 10 (dez) tipos, conforme exposto abaixo:

1. Instrumento para autorização de curso de Medicina;
2. Instrumento para autorização de Bacharelado e Licenciatura;
3. Instrumento para autorização de curso de Direito;
4. Instrumento para autorização de curso Tecnológico;
5. Instrumento para reconhecimento de Bacharelado e Licenciatura;
6. Instrumento para reconhecimento de curso de Direito;
7. Instrumento para reconhecimento de curso de Pedagogia;
8. Instrumento para reconhecimento de curso Tecnológico;
9. Instrumento para reconhecimento de curso de Medicina;
10. Instrumento para renovação de reconhecimento de Cursos.

Esses instrumentos, que não estão mais vigentes, foram utilizados conforme o tipo de ato regulatório a que se destinou a avaliação (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso). Também foram utilizados instrumentos específicos para a visita *in loco* de avaliação de determinados cursos como medicina, direito, pedagogia e cursos de tecnólogo.

A partir de dezembro de 2011, houve uma mudança e esses instrumentos foram unificados, resultando em apenas 1 (um) documento, intitulado de “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância”, o qual passou a ser utilizado nas avaliações de todos os tipos de atos regulatórios (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento), abarcando os cursos de tecnólogos, de licenciatura e de bacharelado, nas modalidades presencial e a distância (MEC, 2011).

Recentemente, este último instrumento foi revisado. Em 04 de março de 2015 a Nota Técnica nº 008/2015 (INEP, 2015), emitida pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior do INEP, apresenta a Revisão do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, bem como o extrato com os seus indicadores.

Cabe ressaltar que essa Nota Técnica alerta para o fato de que este instrumento está vigente para as avaliações solicitadas no sistema e-MEC a partir de 15 de março de 2015. As IES que fizeram a solicitação anteriormente a essa data, serão avaliadas com o instrumento anterior.

O instrumento de avaliação de cursos de graduação vigente está disponível na página do INEP<sup>6</sup>. A estrutura desse documento contempla as três dimensões estabelecidas na Lei do SINAES que, como já foi visto, trata-se da organização didático-pedagógica, do corpo docente e da infraestrutura do curso a ser avaliado.

Para cada dimensão foram estabelecidos vários indicadores que devem ser pontuados em escala de 1 a 5, em ordem crescente de excelência, vinculados a um critério de análise. Cada indicador apresenta um campo para justificativa da escolha da pontuação pela comissão de especialistas.

A dimensão 1 refere-se à organização didático-pedagógica do curso avaliado, sendo composta por 27 indicadores. A dimensão 2, que avalia o corpo docente e tutorial, contém 20 indicadores. A dimensão 3, relativa a análise da infraestrutura do curso é composta por 22 indicadores que abarcam informações sobre sala de professores e de aula, equipamentos de informática, laboratórios, entre outros. Para uma visão mais completa sobre quais indicadores são avaliados em cada dimensão, o “Apêndice A” reproduz todos eles.

Ao final do preenchimento dos conceitos dos indicadores e dimensões é calculada a nota final da avaliação, denominada de Conceito de Curso (CC) (BRASIL, 2004). A ACG resulta em um rico conteúdo, produzindo muitas informações a partir da visão das comissões de especialistas da avaliação *in loco*.

Realizada a análise do instrumento vigente e as informações produzidas em uma visita da comissão de especialistas para fins de avaliação de ACG, foi abordado no tópico 3.1.2 a análise das informações geradas pela avaliação dos estudantes, o ENADE.

### 3.2 IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELO ENADE

Como visto no Referencial Teórico, item 2.4.3 do capítulo 2, a avaliação dos estudantes se dá por meio do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), que se constitui em uma prova aplicada aos alunos concluídos dos cursos de graduação. Também faz parte do ENADE a aplicação do questionário dos estudantes a todos os alunos que farão a prova do ENADE para fins de captação da percepção

---

<sup>6</sup> O endereço eletrônico que disponibiliza este instrumento é o seguinte: <http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino-manuais>

dos alunos sobre o curso de graduação e para informações sócio-econômicas sobre os discentes. Assim, além da prova, o aluno responde a esse questionário, que é aplicado antes da prova e é obrigatório para que o aluno obtenha o local de prova.

Dessa forma, para fins de identificação das informações produzidas pelo ENADE, tendo como foco àquelas referentes aos cursos de graduação, foi considerado na análise desta dissertação o questionário dos estudantes do ENADE 2013, o qual está disponibilizado no sítio do INEP<sup>7</sup>.

É possível verificar nesse instrumento que ele é composto por dois eixos:

- a) perfil socioeconômico e aspectos acadêmicos relacionados aos concluintes;
- b) percepção dos estudantes acerca de diversos aspectos relacionados aos seus processos formativos ao longo do curso.

No primeiro eixo, as questões têm formato de múltipla escolha e visam identificar aspectos relacionados ao corpo discente, como por exemplo, o estado civil do estudante, como ele se considera em relação a cor da pele, a sua nacionalidade, a escolaridade dos pais, entre outras questões. Esse eixo de informações é composto por 25 questões.

O segundo eixo é formado por 41 questões (itens 26 a 67 do questionário) que objetivam obter a percepção do aluno sobre o curso. Para tanto, são utilizados itens estruturados no formato Likert (LIKERT, 1932), avaliados segundo uma escala de 1 (mínimo de satisfação) a 6 (máximo de satisfação), além da possibilidade das respostas “Não sei responder” ou “Não se aplica”, quando o estudante não tem elementos para avaliar a afirmação proposta ou a temática abarcada não se aplica ao curso.

A Nota Técnica nº 70, de 15 de outubro de 2014 (BRASIL, 2014), atualizada em 11 de maio de 2015, propõe uma estruturação sobre a temática abordada pelo questionário do estudante no eixo 2, com a divisão dos itens conforme Quadro 6.

---

<sup>7</sup> Disponível em:

<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/questionario\\_estudante/questionario\\_estudante\\_enade\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/questionario_estudante/questionario_estudante_enade_2013.pdf)>

Quadro 6 – Divisão por Temática do Eixo 2 do Questionário dos Estudantes

<b>Divisão por temática abordada no eixo 2</b>	<b>Itens do Questionário</b>
Organização didático-pedagógica (NO)	26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 56 e 57.
Infraestrutura e instalações físicas (NF)	39,40, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67.
Oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (NA)	42, 43, 44, 45, 51 e 52.

Fonte: a autora, a partir da Nota Técnica nº 70/2014.

O eixo 2 do questionário do estudante oferece um conjunto significativo de informações específicas sobre os cursos de graduação que podem contribuir, somada às outras informações da educação superior, para a formação de um panorama sobre determinado curso de graduação.

### 3.3 IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

As unidades de informação coletadas anualmente pelo Censo da Educação Superior são referentes a quatro módulos de captação de dados, conforme visto no Referência Teórico:

- a) Instituição de Educação Superior.
- b) Curso de graduação.
- c) Docente.
- d) Aluno.

No módulo IES, as variáveis são referentes à instituição como um todo: a identificação da IES, a categoria administrativa, o local de funcionamento, o número de funcionários técnico-administrativos, o sexo e instrução desses funcionários. Também existem informações no âmbito de receitas e despesas da IES, como, por exemplo, despesas com Pesquisa e Desenvolvimento da IES ou da mantenedora. São informações gerais sobre a IES, não tendo sido percebidas informações específicas sobre os cursos de graduação, que é o objeto deste estudo.

No módulo cursos de graduação, as variáveis que o compõem são dados coletados especificamente sobre os cursos ofertados pela IES. São

diversas as informações: local ofertado do curso, abrangendo município, UF, região de localização do curso; código único de identificação do curso; nome do curso, situação de funcionamento do curso (se em atividade, extinto ou em extinção); informações do curso no padrão de códigos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); grau acadêmico que o curso oferece ao diplomado; modalidade do curso; nível acadêmico do curso; gratuidade do curso; carga horária mínima e data de início de funcionamento.

O Censo da Educação Superior aborda também, no módulo curso, informações sobre as condições de acessibilidade ofertadas aos estudantes com deficiência. As variáveis coletadas neste plano são as seguintes, com possibilidade de respostas codificadas em sim ou não: o curso garante condições de acessibilidade a pessoas com deficiência; o curso possui material didático digital acessível; o curso possui material em formato impresso em caráter ampliado; informação se o curso possui material pedagógico tátil; o curso possui material didático em formato impresso acessível; o curso possui material em áudio; o curso possui material em Braille; o curso oferece disciplina de libras; o curso possui guia intérprete; o curso possui material didático em língua brasileira de sinais; o curso possui recursos de acessibilidade à comunicação; o curso possui recursos de informática acessível; o curso oferece tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais.

A coleta oferece informações, ainda, sobre o período de funcionamento do curso (se integral, matutino, vespertino e/ou noturno); prazo mínimo de integralização do curso em número de anos; se o curso presencial oferece disciplina semipresencial; Percentual de carga horária; semipresencial oferecida em curso presencial; Informa se o curso possui Laboratórios; Quantidade de matrículas no Curso; Quantidade de concluintes no Curso; Quantidade de ingressos no Curso; Quantidade de ingressos por processo seletivo principal no curso.

Quanto aos dados estatísticos dos docentes, o Censo da Educação Superior disponibiliza dados vinculados à IES em uma visão panorâmica. Isto significa dizer que as informações não estão vinculadas a um curso específico, sendo, dessa forma, infrutíferos para o objetivo deste estudo.

Na coleta específica de dados dos alunos, os resultados disponibilizados abrangem dados sobre raça, sexo, data de nascimento, nacionalidade, UF da nacionalidade, vínculo do aluno no curso (cursando, matrícula trancada, desvinculado do curso, transferido para outro curso na mesma IES, formado, falecido), necessidades especiais do aluno, a forma de ingresso no curso, se o aluno possui financiamento,

se o aluno é beneficiário de programa público, se o aluno participa de atividade extracurricular (estágio, extensão, monitoria, pesquisa) e, caso participe, se ele recebe bolsa do programa de extensão. Da mesma forma que no módulo IES e Docente, as informações do módulo aluno são infrutíferas dentro do escopo deste estudo, por que não retratam a realidade específica de determinado curso de graduação ofertado por uma IES.

### 3.4 MAPEAMENTO DO CONTEÚDO DISPONÍVEL NA WEB

As atividades realizadas neste tópico foram de mapeamento do conteúdo disponível nas fontes oficiais de divulgação dos resultados do Censo da Educação Superior e do SINAES, com o intuito de identificar se as informações produzidas no âmbito desses processos, e conforme levantamento nos tópicos anteriores, estão de fato disponibilizados na web. Ao final, foi possível pré-selecionar as variáveis para posteriormente analisar se elas cumpriam os requisitos de Dados Abertos.

O primeiro passo para o mapeamento foi evidenciar as fontes oficiais de divulgação de resultados do Censo da Educação Superior e do SINAES na internet, que deveriam ser analisadas. Dessa forma, foi analisado o Portal do INEP, pois este é o canal oficial dessa Autarquia Federal responsável pela condução do SINAES. Também, foi identificado na revisão da literatura que o Sistema e-MEC é o canal informatizado oficial para a tramitação dos processos de avaliação, regulação e supervisão de instituições e cursos superiores do Sistema Federal de Educação Superior, conforme preconiza o art. 1º da Portaria Normativa nº 40/2010 (BRASIL, 2010), dessa forma ele também foi avaliado.

Quanto ao Censo da Educação Superior, não há sistema informatizado estabelecido em normativo próprio para publicação de seus resultados. O Portal do INEP é a fonte de divulgação oficial dos resultados do Censo da Educação Superior, por meio dos microdados e das Sinopses Estatísticas (INEP, 2015).

Em síntese, os canais de divulgação de dados referentes aos cursos de graduação do processo do Censo da Educação Superior e do SINAES para realização do mapeamento, foram os seguintes: Portal INEP e Sistema e-MEC. O quadro 7 especifica os canais de informação identificados e apresenta os respectivos endereços eletrônicos.

Quadro 7: Canais de informações e seus *Websites*.

<b>Canal de informações</b>	<b><i>Website</i></b>
Portal INEP	<i>http://portal.INEP.gov.br/</i>
Sistema e-MEC	<i>http://emec.mec.gov.br/</i>

Fonte: a autora.

O mapeamento partiu de uma descrição das fontes oficiais de divulgação dos resultados dos processos de avaliação e estatística da educação superior, Portal INEP e Sistema e-MEC, nas seções 3.4.1 e 3.4.2, apresentando uma visão geral dessas páginas na web, e foi estruturado pelos tópicos de avaliação de cursos de graduação, Enade e Censo da Educação Superior, nos itens 3.4.3, 3.4.4, 3.4.5, respectivamente, e não pelas fontes analisadas, pois o interesse foi identificar o conteúdo disponível destes três tópicos, independentemente de qual fonte a informação estivesse.

No mapeamento foram descritas a disponibilidade das informações dos cursos de graduação na web, conforme definido no escopo desta dissertação e com base no levantamento de informações realizados nos tópicos anteriores, para posteriormente ser apresentada uma visão geral do mapeamento com as limitações percebidas. Ao final, foi possível realizar uma pré-seleção das variáveis para fins de integração e disponibilização.

### **3.4.1 Portal do INEP**

O portal governamental do INEP é o canal oficial na rede mundial de computadores para a comunicação com seu público externo. Na página principal há um ícone específico da Educação Superior, que uma vez clicado, abre outros ícones com opções de direcionamento para as principais ações de estatística e de avaliação no âmbito desse nível de ensino, como por exemplo, o Censo da Educação Superior, o Enade e a Avaliação dos Cursos de Graduação.

Entretanto, as informações da educação superior produzidas pelas ações de responsabilidade do INEP não se encontram somente no ícone de “Educação Superior”. É possível encontrá-las também no ícone “Informações Estatísticas”. Nesta opção, é possível obter os microdados do Censo da Educação Superior e do Enade, separado por ano de coleta ou aplicação do Exame.

Na figura 3 é possível visualizar os dois campos no Portal do INEP que abrigam informações sobre a educação superior.

Figura 3: Portal do INEP.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

inep > Página Inicial

Acesso à Informação

Educação Básica

Educação Superior

Censo da Educação Superior

Enade

Indicadores

Avaliação dos Cursos de Graduação

Avaliação Institucional

Sinaes

Banco de Avaliadores

CTAA

Revalida

Escolas de Governo

Outras Ações

Informações Estatísticas

InepData

Consulta Ideb

Microdados

Sinopses Estatísticas

Investimentos Públicos em Educação

Data Escola Brasil

Indicadores Educacionais

ENEM ESCOLA 2014

Acesse aqui o resultado preliminar da sua escola

Enem Por Escola 2014

**Plataforma Devolutivas**  
Nova plataforma do Inep contribui para planejamento pedagógico de professores e aprendizagem dos alunos  
O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) lançou, em 8 de agosto, a plataforma digital Devolutivas Pedagógicas das Avaliações Educacionais. A nova ferramenta...

[Ler mais >](#)

**Enem**  
Sociedade conhecerá melhor as escolas que oferecem educação de qualidade no Brasil  
A sociedade vai conhecer melhor as instituições de ensino que realmente ajudam os alunos a melhorar nos estudos. Isso será possível com novos indicadores propostos pelo Instituto Nacional de Estudos e...

[Ler mais >](#)

**Enem**  
Edição deste ano do exame terá 7,7 milhões de participantes  
O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2013 terá 7.746.037 participantes. O dado foi divulgado nesta sexta-feira, 31, pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que...

[Ler mais >](#)

**Notícias Anteriores**

- » Brasileiros são destaque em teste de matemática e leitura
- » Resultados do exame estão disponíveis para consulta
- » Bases de dados restritos representam diferencial na qualidade de pesquisas
- » Inep publica edital de seleção de professores para Comissão do Celpe-Bras
- » Moldávia e Geórgia vão conhecer sistemas de estatística e de avaliação educacionais

Todas as notícias

Documentos de Legislação

Concurso Extrato IRPF

Fonte: INEP.

A navegação na página do INEP para identificação das variáveis disponibilizadas na web ocorreu no período de 28 de novembro de 2014 à 12 de dezembro de 2014.

### 3.4.2 Sistema E-mec

O sistema e-MEC foi criado e implantado pelo MEC em 2007, por meio da Portaria Normativa nº 40/2007, que mais tarde recebeu alterações pela Portaria Normativa nº 23/2010 (Brasil/MEC, 2007; 2010). Conforme o normativo, o e-MEC constitui-se no sistema informatizado que aglutina o fluxo de trabalho e gerenciamento das informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior do Sistema Federal de Educação. Quanto aos processos de avaliação dos cursos de graduação e das instituições de educação superior, todo o trâmite se dá de maneira informatizada neste Sistema.

A figura 4 mostra os detalhes da página principal do e-MEC.

Figura 4: Sistema e-MEC.



Fonte: Portal do e-MEC.

A navegação na página do Sistema e-MEC para identificação das variáveis disponibilizadas na web ocorreu no período de 18 de dezembro de 2014 à 07 de janeiro de 2015.

### 3.4.3 Mapeamento das Informações da Avaliação de Cursos de Graduação

O mapeamento das informações disponíveis na web da avaliação de curso de graduação, no âmbito do SINAES, refere-se a busca de informações a respeito da avaliação de cursos de graduação disponíveis no Portal Governamental do INEP e no sistema e-MEC do Governo Federal, tendo como parâmetro de pesquisa as informações detectadas pela análise do instrumento de avaliação *in loco*.

Na análise da página do INEP, na aba “educação superior/avaliação dos cursos de graduação” é possível encontrar, como visto anteriormente, o instrumento vigente utilizado para a realização das visitas *in loco* para fins de avaliação. Também constam instrumentos que não estão mais vigentes, entretanto, não há informações claras sobre a vigência de cada um, a não ser que se leia as Notas Técnicas e se estude os instrumentos. Não estão disponíveis maiores informações sobre a avaliação de cursos de graduação no sítio do INEP, além dos instrumentos de avaliação *in loco* comentados e informações gerais sobre a legislação, normas e perguntas frequentes.

Já no sistema e-MEC é possível realizar consulta sobre a avaliação dos cursos de graduação, por meio do mecanismo de busca, “interativa”, “textual” ou “avançada”. Na opção “interativa” é possível consultar por estado um curso específico, clicando no mapa disponível e na tela seguinte que permite escolher o curso que se deseja conhecer. Quando se opta por um curso e por uma IES específicos, o site direciona para a página com informações da Instituição, contendo as opções de “detalhes da IES”, “ato regulatório”, “graduação”, “especialização”, “processos e-MEC” e “ocorrências”. Ao clicar sobre a opção “graduação” uma tela é aberta com todos os cursos ofertados pela IES.

Ao clicar em qualquer curso, a nova tela disponibilizada oferece as seguintes informações sobre o curso consultado: “código”, “modalidade”, “grau”, “curso”, “UF”, “município”, “Enade”, “CPC” e “CC”.

Ao posicionar o cursor sobre a nota do Enade ou CC, o Sistema indica o ano do resultado a que se refere o conceito, entretanto, não informa a que tipo de ato regulatório a avaliação se destinou.

Para saber a que ato regulatório a nota do CC se refere é necessário clicar especificamente no curso ofertado pela IES e depois escolher a opção “Ato Regulatório”. Somente lá é possível visualizar o histórico referente ao curso específico, bem como o número das portarias de concessão dos atos.

Na consulta “textual”, existe um campo para seleção do tipo de informação que se deseja pesquisar. Optando-se pelo “Nome do Curso” e indicando o curso de que se deseja pesquisar no campo seguinte e digitando o código de verificação, o resultado que se obtém é a relação de curso escolhido de todas as IES que apresentam cadastro no e-MEC e ofertam esse curso especificado na consulta.

Na relação disponibilizada é fornecido além do nome da IES e do curso, o grau, a modalidade, o CC, o CPC e a nota do Enade. Nessa tela a mesma funcionalidade da opção “interativa” é disponibilizada, que é a de posicionar o mouse sobre as notas do CC e do Enade e ser possível visualizar o ano em que foram apurados os conceitos. Existe uma opção para conversão dessa relação em formato PDF ou Excel.

Na opção “avançada” é possível buscar informações de cursos de graduação por UF, município, categoria administrativa, organização acadêmica, Enade, CC e CPC para cursos e a situação da IES (ativa ou inativa).

Com a consulta avançada é possível selecionar, por exemplo, a relação de cursos de graduação presencial em atividade de Administração, ofertados no Distrito Federal. O sistema disponibilizará

uma lista com os cursos e os últimos resultados finais do CC e do Enade, semelhante à opção da pesquisa “textual”.

Quanto aos resultados das avaliações *in loco* dos cursos de graduação, o Sistema e-MEC não fornece a pontuação referente aos indicadores e às dimensões do instrumento de avaliação *in loco*, mas apenas a nota final do seu conjunto avaliado.

### **3.4.4 Mapeamento das Informações do ENADE**

Os resultados do Enade estão disponibilizados na página do INEP, mas é possível encontrar o conceito final do último Enade na página do e-MEC quando se consulta um curso específico. Entretanto, o sítio do INEP é o que fornece as informações mais completas e bases de dados organizadas por ano de aplicação do Exame.

No Portal INEP, no ícone “Educação Superior” é possível clicar na opção “Enade” e ser direcionado para um campo de conteúdo específico deste Exame. Em termos de informações para o público em geral, é possível obter os Manuais do Enade, bem como a legislação pertinente. As provas e os gabaritos do último Enade estão disponibilizadas em formato PDF. Também é possível obter os questionários dos estudantes por ano de aplicação do Exame e em formato PDF, mas não as respostas deste instrumento.

Quanto aos resultados deste Exame, o Portal INEP disponibiliza o boletim de desempenho para o aluno, em formato fechado, com requisição de senha, tendo em vista se tratar de informações pessoais e, ainda, os relatórios de presença, de curso e instituição e de síntese.

Os relatórios de curso e de instituição são relatórios padronizados contendo informações estatísticas, agrupadas por curso e por IES, respectivamente, do Exame aplicado, o formato disponibilizado é PDF. O relatório-síntese é um balanço geral, por área de avaliação, da aplicação do Enade e seus resultados obtidos. O formato disponibilizado também é em PDF.

O relatório de curso é uma análise padronizada que utiliza texto, gráficos e tabelas para relatar os resultados obtidos pelo Enade em relação a um curso específico. É necessário que o usuário filtre a informação por “ano”, “UF”, “município”, “instituição” e “área” para obter o relatório de curso. Embora seja um documento bastante interessante para esclarecimentos do público, este relatório não contempla todas as informações colhidas no questionário do estudante. No que se refere ao Enade 2013, o questionário continha 67 questões e somente 10 foram tratadas pelo relatório de curso.

Ainda no Portal do INEP, no ícone “Informações Estatísticas”, clicando em “Microdados” e depois em “Microdados para download” é possível obter os microdados do Enade. As bases de dados estão disponíveis por ano, de 2004 a 2013, no formato aberto CVS. Essas bases de dados são bastante ricas em informações e a última versão do Enade disponibilizada (ano de 2013) apresenta 132 variáveis, com o respectivo dicionário contendo a descrição das variáveis e das categorias.

Pela base de dados é possível obter, por exemplo, a nota bruta da prova do Enade por aluno e por IES, mas é preciso saber o código da instituição que pode ser obtido no sistema e-MEC. Também é possível ter acesso a todas as respostas individuais dos alunos referentes ao Questionário dos Estudantes. As informações dos alunos são sigilosas, por isso, a planilha mascara os dados pessoais dos discentes.

Os dados disponibilizados pelos microdados não trazem uma informação pronta e contextualizada. Trata-se de uma base de dados onde a informação tem que ser garimpada e contextualizada para gerar compreensão, o que dificulta para que o cidadão comum se aproprie da informação.

O Portal do INEP disponibiliza, ainda, o conceito Enade padronizado calculado por Instituição. O formato da base de dados é Excel e pode ser acessada pelos seguintes cliques nos ícones: “Educação Superior”, “Indicadores”, “Conceito Enade”, separadas por ano de aplicação do Exame. Na data consultada estavam disponíveis as bases dos anos de 2004 a 2013.

### **3.4.5 Mapeamento das informações do Censo da Educação Superior**

Os dados do Censo da Educação Superior estão disponíveis na página oficial do INEP. Clicando no ícone “Informações Estatísticas” e em seguida em “Microdados” e optando por “Microdados para download”, optar pelos Microdados do Censo da Educação Superior é possível obter as bases de dados, que estão separadas por ano, disponíveis no período de 1995 a 2013.

Considerando a quantidade de bases de dados do Censo da Educação Superior disponíveis no site do INEP e a limitação de tempo deste estudo, analisar-se-á os microdados referente ao ano de 2013, pois é a base de dados disponível mais recente no Portal do INEP. As unidades de informação analisadas são as do módulo Curso.

Os arquivos estão disponíveis no formato CVS. No módulo curso, é possível encontrar todas as variáveis coletadas. Entretanto, como dito no item anterior, os dados disponibilizados pelos microdados não são contextualizados. Por isso, as informações não estão prontas para utilização do público não especializado.

Também é disponibilizado no ícone “informações estatísticas” na página do INEP a opção “INEPdata”, que é uma consulta de informações educacionais advindas do censo, porém não é possível obter as informações específicas de uma IES referentes ao módulo curso.

O Censo da Educação Superior é um extenso rol de informações a respeito das IES. Os campos destinados às respostas das instituições podem ser numéricas ou de caracteres, conforme determina o sistema informatizado de captação de respostas.

### **3.4.6 Visão Geral do Mapeamento e limitações**

Com o resultado do mapeamento foi possível verificar que não há uma única fonte de informação que centralize os resultados da avaliação dos cursos de graduação, do Enade e do Censo da Educação Superior. É possível obter todo o resultado do Censo da Educação Superior na página do INEP, de forma individualizada por IES, por meio dos microdados. O mesmo ocorre com o Enade, entretanto os resultados das avaliações de curso não estão disponíveis no Portal do INEP, mas somente no sistema e-MEC. O interessado que queira obter informações referentes ao Censo da Educação Superior e ao SINAES, terá dificuldade em obter por um único mecanismo o que precisa, pois as informações não estão integradas.

Outra constatação é de que as informações disponibilizadas estão dispersas. O Censo da educação superior e os resultados do Enade estão disponibilizados no Portal do INEP com uma série histórica considerável, mas, embora estejam no mesmo canal (Portal INEP), não há uma interface única na web de disponibilização dessas informações.

Quanto às bases de informação das avaliações institucionais e das avaliações de cursos de graduação, são encontrados somente os resultados finais dessas avaliações no sistema e-MEC. Pelo exposto na própria Lei do SINAES, deveria ser disponibilizado ao público externo o resultado não somente do conceito final da avaliação, mas os conceitos intermediários, ou seja, aqueles conceitos das dimensões e indicadores avaliados e pontuados pelos instrumentos que subsidiaram a nota final da Avaliação dos Cursos de Graduação.

Apenas o conceito final não é suficiente para transparência da avaliação, é necessário ampliar o acesso às informações. Essa disponibilização poderia servir, inclusive, como mecanismo de governança para o SINAES.

Essa divisão de fontes de informação, com informações dispersas nessas fontes e, por vezes, em formatos que não são acessíveis a todos os cidadãos, não beneficia a transparência pública, podendo interferir na apropriação das informações pelos cidadãos que não dispõem de condições para buscá-las em diversos locais ou de habilidades para manipulação de banco de dados.

### 3.5 PRÉ-SELEÇÃO DAS VARIÁVEIS

Considerando o levantamento de informações produzidas no âmbito da ACG, do Questionário dos estudantes do Enade e do Censo da Educação Superior e, ainda, o objetivo geral e o escopo deste estudo, foi possível criar o quadro 8 que mostra o tipo de conteúdo pré-selecionado para ser integrado e disponibilizado como resultado dos procedimentos realizados anteriormente neste capítulo. O quadro 8 também apresenta: que tipo de ação o conteúdo se refere, se Censo da Educação Superior, Enade ou ACG; em que canal o conteúdo é encontrado, se Portal Inep ou Portal e-MEC; e a justificativa da escolha do conteúdo.

Quadro 8 – Conteúdo pré-selecionado

CONTEÚDO	AÇÃO	CANAL	JUSTIFICATIVA
Pontuação das dimensões e indicadores dos instrumentos de visita <i>in loco</i>	AGC	Sistema e-MEC	Produção de volumoso conteúdo informacional sobre os cursos de graduação. Entretanto, as informações não são disponibilizadas na web.
Conceito final do Curso Avaliado	AGC	Sistema e-MEC	Somente o e-mec disponibiliza o CC. Não há nada no site do INEP, falta integração.
Questionário dos Estudantes aplicado pelo ENADE.	Enade	Portal INEP	Oferecer a informação em formato acessível à sociedade. O Relatório de Curso fala sobre o Questionário dos Estudantes de forma individualizada por curso. Entretanto, não abarca todas as questões desse questionário.
Módulo Curso	Censo da Educação Superior	Portal INEP	Informações dispersas em formato não acessível a sociedade como um todo.

Fonte: a autora

A partir do mapeamento realizado nos Portais do INEP e do sistema e-MEC foi possível verificar o detalhamento do conteúdo exposto no quadro 8, bem como verificar a disponibilização na web e, em caso afirmativo, em qual formato. O detalhamento do conteúdo foi chamado de variáveis pré-selecionadas, tendo em vista se tratar de uma unidade de estudo. O resultado é apresentado no quadro 9.

Quadro 9 - Especificação das variáveis Pré-selecionadas

CONTEÚDO	VARIÁVEIS	Variável disponibilizada na web? Se sim, indicar o local	Formato de disponibilização
Pontuação dos indicadores e dimensões dos instrumentos de visita <i>in loco</i>	Notas das dimensões e dos indicadores avaliados	Não	Não se aplica
Conceito final do curso avaliado	Nota final da avaliação <i>in loco</i> (Conceito de Curso)	Sim, no sistema e-MEC	Excel
Questionário dos Estudantes aplicado pelo ENADE.	Trata-se dos itens relativos ao eixo de Percepção dos estudantes acerca de diversos aspectos relacionados aos seus processos formativos ao longo do curso. São 41 itens (itens de 26 a 67).	Sim, no Portal do INEP. Ícone “Informações Estatísticas”/”micr odados”	CSV
Módulo Curso	Dados coletados pelo Censo da Educação Superior sobre os cursos de graduação. Trata-se de 46 variáveis do módulo curso.	Sim, no Portal do INEP. Ícone “Informações Estatísticas”/”micr odados”	CSV

Fonte: a autora

As variáveis pré-selecionadas no quadro 9 abarcam informações importantes dentro do escopo deste trabalho, que são as relativas aos cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino.

As informações pré-selecionadas são aquelas que não estão disponíveis e/ou não estão em formato acessível ao público não especializado nas fontes pesquisadas. Entretanto, foi necessário analisar, ainda, se as variáveis pré-selecionadas cumpriam os requisitos de Dados Abertos, ou seja, o grau de facilidade que elas apresentavam para serem integradas e disponibilizadas na web.

### 3.6 CLASSIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS PRÉ-SELECIONADAS

O presente tópico teve o interesse de classificar as variáveis pré-selecionadas de acordo com o Modelo de Maturidade de Dados Abertos proposto por Berners-Lee (2006). Essa etapa objetivou compreender em que grau de abertura os dados do INEP estão disponibilizados, a fim de verificar a viabilidade da proposta deste estudo, que é a de integração e disponibilização das informações pertinentes aos cursos de graduação em uma solução de software especificada adiante, e tendo por base os princípios da LAI e de DGA.

O quadro 10 abaixo retoma o que foi visto no referencial teórico sobre o Modelo de Berners-Lee (2006).

Quadro 10 – As cinco estrelas dos dados abertos.

★	Disponível na web (independente do formato), mas com uma licença aberta, para ser Open Data.
★★	Disponível como dado estruturado legível por máquinas (ex. excel ao invés de uma imagem digitalizada de uma tabela).
★★★	Mesmo que (2), mas com formato não proprietário (ex. CSV ao invés de excel).
★★★★	Todas as anteriores, mais o uso de padrões abertos da W3C (RDF e SPARQL) para identificar as coisas, de maneira que as pessoas possam apontar para elas.
★★★★★	Todas as anteriores, mais a possibilidade de ligar os dados aos dados de outras pessoas para prover contexto.

Fonte: adaptado de BERNERS-LEE, 2006.

A partir do modelo de maturidade de Dados Abertos proposto por Berners-Lee (2006) e com foco na pré-seleção de variáveis exposta no quadro 9, foi realizada a classificação das variáveis, conforme ilustra o quadro 11.

Quadro 11 – Análise da maturidade das variáveis

CONTEÚDO	VARIÁVEIS	★	★★	★★★	★★★ ★	★★★ ★★
Pontuação dos indicadores e dimensões dos instrumentos de visita <i>in loco</i>	Notas das dimensões e dos indicadores avaliados					
Conceito final do curso avaliado	Nota final da avaliação <i>in loco</i> (Conceito de Curso)		Atende			
Questionário dos Estudantes aplicado pelo ENADE.	Percepção dos estudantes acerca de diversos aspectos relacionados aos seus processos formativos ao longo do curso(itens de 26 a 67).			Atende		
Módulo Curso	Dados coletados pelo Censo da Educação Superior sobre os cursos de graduação ( 46 variáveis do módulo curso).			Atende		

Fonte: a autora

No que tange à classificação das variáveis selecionadas, chama a atenção os conceitos das dimensões e dos indicadores do instrumento da ACG que não receberam classificação por não estarem disponibilizados nem no Portal do INEP, nem na página do e-MEC, isto é, as informações não estão disponibilizadas proativamente na web.

Em relação ao conceito final da ACG (Conceito de Curso) a pontuação alcançou duas estrelas, porque a informação está disponibilizada no sistema e-MEC em HTML, contendo funcionalidade para exportá-la para o formato excel.

Os microdados do Questionário dos Estudantes e os do Módulo “Curso” do Censo da Educação Superior foram classificados com três estrelas, cumprindo então os requisitos para serem classificados como Dados Governamentais Abertos.

Diante do exposto, tem-se que as variáveis referentes ao conceito final da ACG (Conceito de Curso), os microdados do Questionário dos Estudantes e os microdados do Módulo “Curso” do Censo da Educação Superior cumprem os requisitos da LAI de disponibilização de dados utilizando a web e de DGA, no que diz respeito ao formato aberto de disponibilização de dados na web.

Entretanto, as notas das dimensões e dos indicadores do instrumento da ACG não cumpriram os requisitos da LAI, e conseqüentemente de DGA, por não estarem disponíveis nas fontes oficiais da web analisadas, inviabilizando a proposta de integração e disponibilização das informações.

Buscou-se, nesta seção, evidenciar a classificação das variáveis de acordo com os requisitos exigidos de formato de Dados Governamentais Abertos, que ao final possibilitou a seleção final das variáveis, apresentada na seção 3.1.6.

### 3.7 SELEÇÃO FINAL DAS VARIÁVEIS

Para fins de seleção final das variáveis objetivando a integração e disponibilização das informações do Censo da Educação Superior e do SINAES, foram considerados os seguintes critérios:

- a) Levantamento do tipo de informação produzida por curso de graduação no Censo da Educação Superior, na avaliação de cursos de graduação e no questionário dos estudantes do ENADE, visando os dados que proporcionassem uma visão individual dos cursos de graduação.
- b) Mapeamento realizado nos portais oficiais, a fim de identificar os conteúdos disponibilizados.
- c) Classificação dos dados pré-selecionados segundo o Modelo de referência de Berners-Lee (2006).

Diante destes critérios, houve um fato limitador, o qual não viabilizou a inclusão de informações na seleção final. Trata-se das informações produzidas pelo SINAES, mas atualmente **indisponíveis** para o público externo nas fontes oficiais da web, que são as notas das dimensões e indicadores do instrumento de ACG, utilizado nas visitas *in loco* para fins de avaliação do curso pelas comissões de especialistas designadas pelo INEP.

Assim, a partir do exposto e como síntese dos procedimentos realizados nos tópicos anteriores, foi possível a construção do quadro 12 com a seleção final das variáveis aptas a serem integradas e disponibilizadas em solução de software apresentada na seção 4.2. O detalhamento das variáveis está descrito no “Apêndice B”.

Quadro 12: Modelo de Variáveis.

CONTEÚDO	VARIÁVEIS
Conceito final do curso avaliado (Conceito de Curso)	Nota final da avaliação <i>in loco</i> .
Questionário dos Estudantes aplicado pelo ENADE 2013	Trata-se dos itens relativos ao eixo de Percepção dos estudantes acerca de diversos aspectos relacionados aos seus processos formativos ao longo do curso. São 41 itens (itens de 26 a 67).
Dados coletados pelo Censo da Educação Superior sobre os cursos de graduação	Trata-se de 46 variáveis do módulo curso. a) Dados sobre a identificação do curso (apenas para identificação da IES e curso para ligação de dados no Painel) – itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14. b) Dados gerais do curso – 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35. c) Turno de funcionamento e período de integralização do curso – itens 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57. d) Condições de Acessibilidade às pessoas com deficiência – itens 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48; e) Infraestrutura – item 60.

Fonte: a autora.

Quanto à proposta apresentada no quadro 12, o embasamento vem da própria Lei do SINAES que preconiza em seu art. 2º, II da Lei 10.861/2004 o “caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos” e do art. 3º, I da Lei nº 12.527/2011 (LAI) que exige a “observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção”.

Finalizados os procedimentos deste capítulo, que resultaram no alcance da seleção das variáveis aptas para serem integradas e disponibilizadas ao público-alvo, apresenta-se no capítulo 4 os esclarecimentos pertinentes à proposta de implementação da integração e disponibilização na web do conteúdo selecionado.

## 4 PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS NO PAINEL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Este capítulo refere-se à etapa 2 do desenvolvimento, conforme proposto no capítulo 1, item 1.5.2 da metodologia do trabalho. O quadro 13 faz uma correlação da etapa 2 e das sub-etapas do capítulo 1 com a seção e sub-seções do presente capítulo.

Quadro 13 - Correlação entre etapa 2, sub-etapas, seções e sub-seções

<b>Etapa (Capítulo 3)</b>	<b>Seção (Capítulo 4)</b>	<b>Sub-etapas (Capítulo 3)</b>	<b>Sub-seção (Capítulo 4)</b>
2. Proposta de integração e disponibilização das variáveis no Painel da Avaliação dos Cursos Superiores	4 Proposta de Integração e Disponibilização das Variáveis Seleccionadas no Painel dos Cursos Superiores.	✓ Apresentação do Painel da Avaliação dos Cursos Superiores, um produto de software desenvolvido por Speroni et. al. (2014), como ferramenta para integração e disponibilização das informações.	4.1 Painel da Avaliação dos Cursos Superiores
		✓ Desenho da visualização das informações no Painel da Avaliação dos Cursos Superiores;	4.2 Visualização da Integração e Disponibilização no Painel do conteúdo selecionado; 4.2.1 Especificação dos componentes da proposta do Novo Painel da Avaliação dos Cursos Superiores; 4.2.2 Visualização das Informações Integradas no Painel
		✓ Demonstração da viabilidade da proposta por meio do padrão Linked Open Data.	4.3 Demonstração da Viabilidade da Proposta deste Estudo.

Fonte: a autora

Conforme exposto no quadro 13, a etapa 2 contemplou três sub-etapas: descrição sucinta das características do Painel da Avaliação dos Cursos Superiores, a fim de apresentá-lo como ferramenta para integração e disponibilização das variáveis seleccionadas; visualização das variáveis inseridas no Painel; e, por fim, demonstração de viabilidade da proposta deste estudo por meio do padrão LOD.

A visão geral do Painel da Avaliação dos Cursos Superiores permitiu apresentar a ferramenta na qual as variáveis selecionadas serão integradas e disponibilizadas. A sub-etapa de visualização versou sobre a proposta de formato das informações disponibilizadas. A última sub-etapa buscou demonstrar a viabilidade da integração e disponibilização das informações do Censo da Educação Superior e do SINAES no Painel de Avaliação dos Cursos de Graduação.

A justificativa para a utilização do Painel da Avaliação dos Cursos Superiores neste estudo parte da ideia de ressaltar a importância do alinhamento do INEP às políticas da LAI e de DGA em prol da transparência dos dados educacionais para o empoderamento da sociedade, e, ainda, de demonstrar possibilidades de iniciativas com consumo de dados abertos no Brasil.

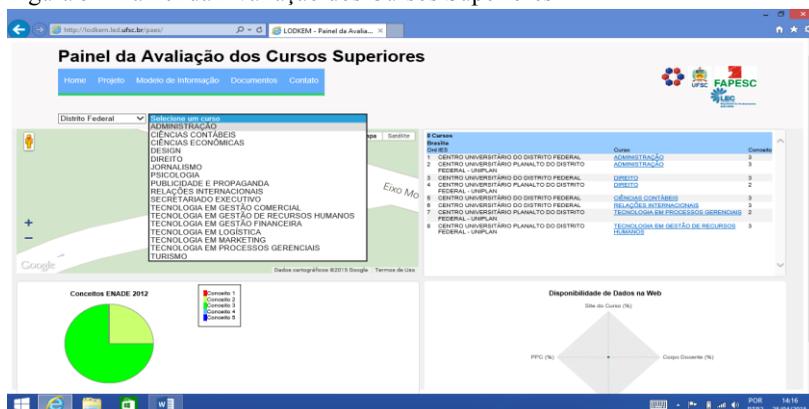
#### 4.1 PAINEL DA AVALIAÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES

Speroni et al. (2014) desenvolveram uma ferramenta web que consiste no Painel da Avaliação dos Cursos Superiores. Trata-se de um portal na internet que visa disponibilizar informações referentes às avaliações do ensino superior, objetivando viabilizar e estimular a participação social.

O desenvolvimento do Painel utilizou princípios de Web Semântica, Linked Data e o modelo de informações proposto por Ramos e Marinho (2012). A ideia central é trazer praticidade para o cidadão interessado em informações das IFES, por meio da integração das informações disponibilizadas pelo MEC, INEP e IFES. A facilidade está na agregação das informações em um único canal, o que outrora estava disperso em diferentes fontes na web.

Neste contexto, é importante descrever a atual concepção do Painel da Avaliação dos Cursos Superiores para compreensão do estágio em que se encontra. Nele é possível realizar consultas individuais das situações dos cursos de graduação, com as opções de consulta por estado e por curso, conforme figuras 5 e 6 que apresentam as telas do Painel.

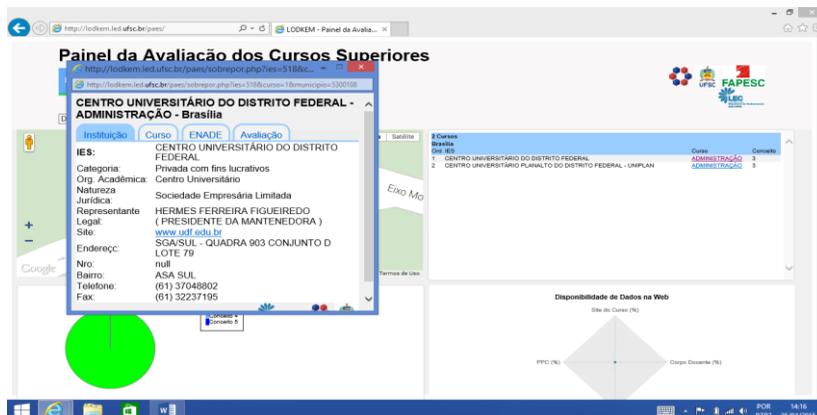
Figura 5 – Painel da Avaliação dos Cursos Superiores



Fonte: a autora, a partir do link: < <http://lodkem.led.ufsc.br/paes/> >

Na Figura 6 é possível verificar a página que se abre quando escolhido o curso da instituição que se deseja conhecer.

Figura 6 – Painel da Avaliação dos Cursos Superiores: detalhamento da segunda tela



Fonte: a autora, a partir do link: < <http://lodkem.led.ufsc.br/paes/sobrepor.php?ies=571&curso=22&municipio=4106902> >

As informações que se obtêm na versão atual do Painel estão descritas no quadro 14.

Quadro 14 – Detalhamento das Informações do Painel.

<b>Tipo de aba</b>	<b>Informação disponível</b>
Instituição	Categoria; Organização Acadêmica; Natureza Jurídica; Representante legal; site; endereço; telefone; fax
Curso	Curso; Unidade; Número de Cursos na unidade
Enade	Ano do Enade; estudantes inscritos; estudantes participantes; conceito Enade contínuo; conceito Enade faixa.
Avaliação <sup>8</sup>	Dimensão; site do curso; corpo docente; matriz curricular; projeto pedagógico.

Fonte: a autora.

Speroni et. al. (2014) enfatizam que a proposta do Painel é aberta para novas versões, pois existe uma quantidade considerável de dados da educação superior que podem ser agregadas ao Painel, enriquecendo o panorama da educação superior.

#### 4.2 VISUALIZAÇÃO DA INTEGRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO NO PAINEL DO CONTEÚDO SELECIONADO

A visão geral trata da nova concepção proposta neste trabalho para o Painel da Avaliação dos Cursos de Graduação, a fim de demonstrar a integração e a disponibilização do conteúdo do questionário dos estudantes, no âmbito do SINAES e do Censo da Educação Superior.

A ideia do Painel visa superar os problemas de dispersão e disponibilização de informações em formato que não alcança a sociedade como um todo, dessa forma a preocupação inicial foi integrar as informações e disponibilizá-las em formato que alcance o público-alvo.

A primeira etapa para concretização do modelo de variáveis no Painel foi a inserção de duas novas abas na tela que se abre quando há a consulta de um curso específico de graduação, dispostas para abrigar as novas informações, conforme especificado abaixo:

- a) Nova aba (1): o que os alunos dizem sobre o curso;
- b) Nova aba (2): o que o censo diz sobre o curso.

---

<sup>8</sup> Trata-se de uma disponibilização do link da IES para que a consulta seja realizada diretamente no site da instituição.

Os ambientes definidos como aba neste estudo, os quais compõem a proposta de integração e de disponibilização de informações, conforme o modelo de variáveis, no Painel da Avaliação dos Cursos de Graduação são detalhados a seguir:

(1) **O que os alunos dizem sobre o curso:** neste ambiente a intenção é disponibilizar os resultados do questionário dos estudantes, o que proporciona ao usuário o acesso às informações segundo a visão dos discentes concluintes.

(2) **O que o Censo diz sobre o curso:** a proposta desse ambiente é que, a partir dos resultados do Censo da Educação Superior, seja possível incluir as informações definidas pelas variáveis selecionadas.

A partir da integração e disponibilização de informações em uma única fonte é possível facilitar o acesso e a compreensão das informações da Educação Superior, bem como melhorar e ampliar o retrato desse nível de educação no âmbito Federal, numa perspectiva que não existe hoje nos portais oficiais do Governo Federal.

#### **4.2.1 Especificação dos componentes**

Os componentes do Painel aqui propostos objetivam dar maior visibilidade e compreensão para o conteúdo disponibilizado. Por isso propõe-se que ele seja composto por um campo de informações e uma estrutura de súmula estatística, conforme segue:

(1) **Informações:** campo destinado à explicação do conteúdo disponibilizado no Painel da Avaliação dos Cursos Superiores.

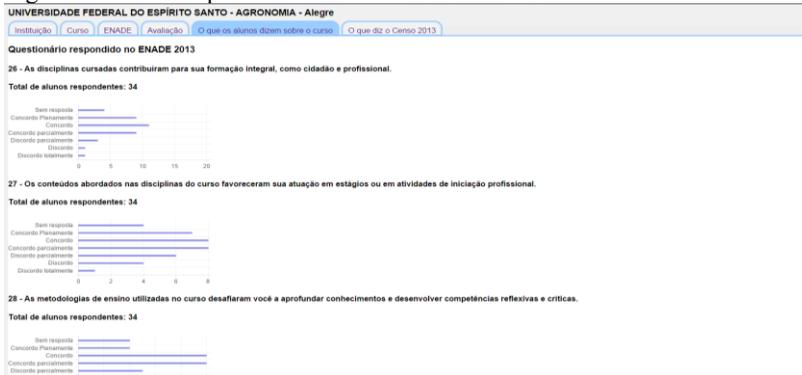
(2) **Súmula Estatística:** consiste em um conjunto de gráficos que sintetizam as respostas do questionário dos estudantes e de tabelas que especificam o conteúdo do Censo da Educação Superior, com capacidade de fornecer um panorama do curso pesquisado a partir das variáveis do Censo.

#### **4.2.2 Visualização das Informações Integradas No Painel**

As informações precisam ser dispostas de forma que sejam entendíveis e fáceis de encontrar por qualquer cidadão comum com domínio do uso da internet. Assim, a proposta de visualização das telas

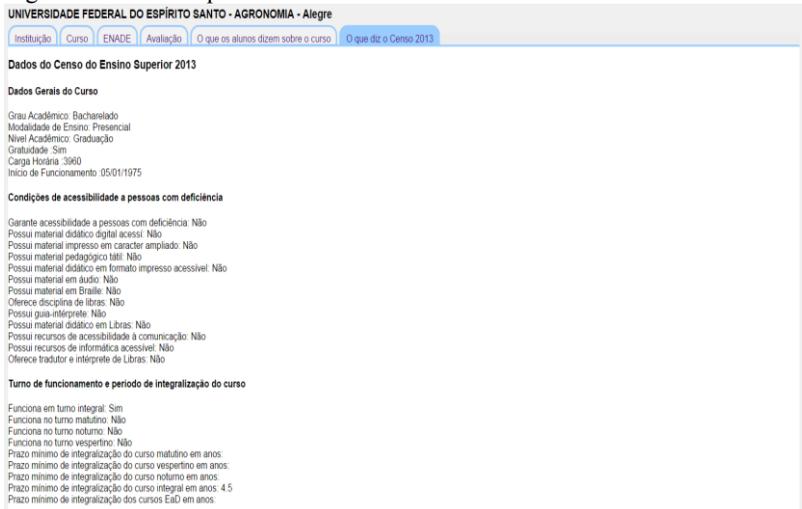
do Painel contendo as abas e a disponibilização das informações está representado nas Figuras 7 e 8.

Figura 7 – Aba “O que os alunos dizem sobre o curso”



Fonte: a autora

Figura 8 – Aba “O que diz o Censo 2013”



Fonte: a autora

Dessa forma, julga-se demonstrada a proposta de integração e disponibilização de informações do Censo da Educação Superior e do SINAES, em formato acessível ao público não especializado. Para finalização deste trabalho a seção 4.3 apresenta as condições de viabilidade deste estudo.

### 4.3 DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DA PROPOSTA DESTE ESTUDO

A viabilidade da integração e disponibilização do modelo de variáveis no Painel da Avaliação dos Cursos Superiores tem por base as práticas de *Linked Data* e deve considerar as quatro regras propostas por Berners-Lee (2006):

- 1) Utilização de URI como nome para as coisas.
- 2) Utilização de URIs HTTP para que pessoas possam buscar por estes nomes.
- 3) Quando alguém buscar por uma URI, gerar informações úteis em RDF.
- 4) Incluir declarações RDF que liguem a outras URIs, de forma que seja possível descobrir coisas relacionadas.

O processo de publicação das informações no Painel deve partir do modelo de variáveis proposto no tópico 3.1.6, considerando as informações das bases de dados do ano de 2013. Esse de recorte tempo é necessário, pois a integração deve levar em conta a capacidade de implementação. Por isso, escolheu-se a base de dados mais recentemente disponibilizada que, no caso em questão, é a de 2013. Também devem ser consideradas as seguintes especificações das variáveis:

- a) Microdados do Enade 2013:
  - i. Questionário do Estudante
    - Local: Portal do INEP/Educação Superior/Enade/Questionário do Estudante
    - Dados em formato PDF
  - ii. Respostas dos alunos ao Questionário do Estudante
    - Local: Portal do INEP/Informações Estatísticas/Microdados/Microdados para download
    - Dados em formato CSV
- b) Microdados do Censo da Educação Superior 2013
  - i. Dados do módulo curso

- Local: Portal do INEP/Informações Estatísticas/Microdados/Microdados para download
  - Dados em formato CSV
- c) Avaliação da Educação Superior 2013
- ii. Dados sobre as instituições e os cursos oferecidos em cada instituição
- Local: Sistema e-MEC
  - Busca textual e exportação para o formato CSV

O processo de publicação consiste nas seguintes etapas:

1) Reuso e extensão de ontologia – Reuso da ontologia sobre Avaliação do Ensino Superior proposta em Speroni et al. (2014). A ontologia deve ser estendida para a adição de classes e propriedades específicas, relativas aos microdados do ENADE e do Censo. Neste trabalho, a ontologia tem por objetivo representar a forma como os conceitos se inter-relacionam, modelando a porção do domínio de conhecimento abordado.

2) Extração, Transformação e Carga – O processo de ETL (Extract, Transform, Load) deve ser desempenhado e utilizar-se de um conjunto de ferramentas e técnicas específicas:

a) Planilha eletrônica – Manipulação de arquivos CSV em tarefas como a utilização de funções de extração de partes de texto, para obtenção de códigos identificadores que estavam originalmente em uma única coluna, juntamente com as descrições.

b) Banco de Dados Relacional – Importação dos dados em CSV para um banco de dados relacional MySQL. Manipulação de dados com o objetivo de padronização de dados de respostas faltantes e adequação de codificação de caracteres.

c) Mapeamento Relacional-RDF – Utilização da ferramenta “generate-mapping” do D2RQ Server1, onde devem ser criados os mapeamentos, cuja função é explicitar as transformações necessárias para que os dados armazenados no banco de dados relacional sejam transformados para RDF, utilizando as URIs das classes, propriedades da ontologia, bem como das instâncias já existentes no servidor de Linked Data utilizado por Speroni et al. (2014). Esta etapa garante o cumprimento da última das quatro regras de Linked Data, uma vez que

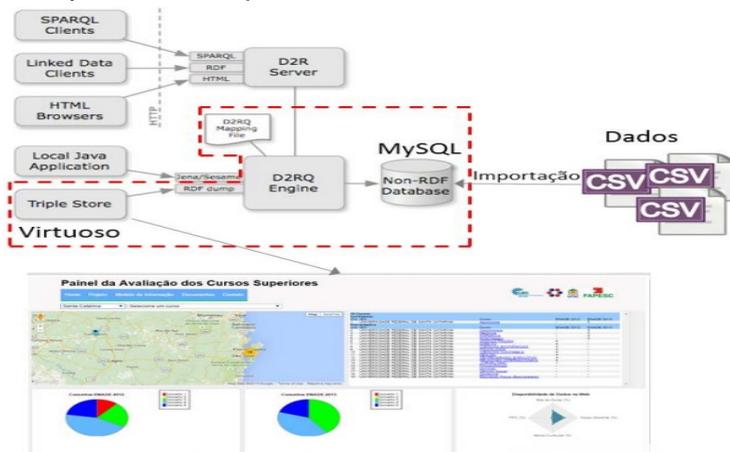
faz com que as URIs criadas para estes dados estejam ligadas tanto à ontologia quando a dados de terceiros.

d) Transformação dos Dados – Utilização da ferramenta “dump-rdf” do D2RQ para exportação dos dados segundo os mapeamentos especificados. Os dados resultantes já estão em RDF, no formato Turtle.

e) Carga dos Dados – Upload dos dados no servidor de Linked Data (<http://lodkem.ufsc.br>), que utiliza o Triple Store Virtuoso2, responsável por entregar aos usuários as informações referentes às URIs, quando estas são solicitadas, de acordo com as regras propostas por Berners-Lee (2006).

A Figura 9 apresenta um esquema da publicação e consumo de Linked Data utilizada nesta abordagem. O destaque em vermelho indica quais as funcionalidades da ferramenta D2RQ foram utilizadas. A figura indica, de forma simplificada, todo caminho seguido desde a obtenção dos dados em CSV até a visualização em uma aplicação do tipo Web mashup.

Figura 9 - Esquema da Publicação e Consumo de *Linked Data*



Fonte: a autora

Além da publicação dos dados no padrão Linked Data, são necessárias implementações das alterações na aplicação Web Painel da Avaliação do Ensino Superior (SPERONI, et. al., 2014), com o objetivo de que os dados publicados passem a fazer parte das visualizações, conforme segue:

1) Página inicial:

a) Acréscimo de uma coluna para apresentação dos conceitos do ENADE 2013.

b) Acréscimo de uma área contendo o gráfico de torta (piechart) apresentando as quantidades de cada conceito no ENADE 2013, considerando os cursos selecionados.

2) Página de detalhamento:

a) Acréscimo de uma coluna para apresentação dos conceitos do ENADE 2013 na aba “ENADE”.

b) Acréscimo de uma aba “O que dizem os alunos sobre o curso”, onde são apresentados os gráficos com os quantitativos de cada tipo de resposta para as questões selecionadas do questionário do ENADE 2013.

c) Acréscimo de uma aba “O que diz o Censo”, onde são apresentadas as variáveis selecionadas dos dados referentes ao Censo do Ensino Superior.

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Na construção da proposta de integração e disponibilização de conteúdo referente ao Censo da Educação Superior e ao SINAES foi considerada a centralidade do ator social, na figura dos cidadãos comuns, como público-alvo. Por isso, o estudo foi desenvolvido visando um formato acessível para compreensão dos resultados da avaliação de cursos e estudantes e dos levantamentos estatísticos da educação superior.

Buscou-se oferecer condições facilitadas para o entendimento do panorama educacional, por meio da política de acesso à informação pública e de Dados Governamentais Abertos, que permite a terceiros manipular bases de dados do governo e trazer um significado contextualizado para os dados, facilitando assim a sua interpretação e o consumo pela própria sociedade.

Em termos de contribuição do estudo, a integração e disponibilização das informações no Painel da Avaliação dos Cursos Superiores gera oportunidade de visualização de informações específicas de um determinado curso em uma perspectiva que não está disponível nos Portais oficiais do Governo Federal, promovendo, assim, a democratização das informações educacionais e assegurando as condições de acesso igualitário.

## 5. CONCLUSÃO

Esta dissertação aborda temas atuais e extremamente relevantes para a sociedade brasileira, aprofundando aspectos sobre Governo Aberto, governança pública e social, Lei de Acesso à Informação Pública (LAI) e Dados Governamentais Abertos (DGA). Trata-se de conceitos que defendem a adoção de um modelo de democracia participativa, na qual as organizações públicas devem se abrir para um novo tipo de relacionamento com a sociedade, baseado nas trocas construtivas, visando fomentar a atuação cívica por meio de participação e controle social, que se efetivam por meio do acesso às informações públicas.

A LAI, Lei Federal nº 12.527 de 2011, tem importante papel nesse contexto, regulamentando o direito do cidadão de ter acesso à informação pública. Essa Lei estabeleceu que a internet é um dos meios obrigatórios de divulgação dessas informações e determinou que a disponibilização seja em formato acessível à sociedade. Também dispôs aos órgãos públicos a publicação de dados em formato aberto, chamados de DGA, para serem usados irrestritamente por qualquer interessado.

O INEP é um órgão do Governo Federal que produz inúmeros dados sobre a educação brasileira por meio dos seus sistemas avaliativos e de coleta de dados. Entretanto, no que tange à disponibilização na web das informações da educação superior, são perceptíveis a falta de integração e a dispersão dos resultados do Censo da Educação Superior e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), dificultando o acesso por parte do cidadão comum.

Dessa forma, este trabalho propôs a integração e disponibilização das informações do Censo da Educação Superior e do SINAES num formato acessível ao público não especializado, tendo por base os princípios que preconizam a Lei de Acesso à Informação e os Dados Governamentais Abertos, com foco nos cursos de graduação.

Para a concretização do objetivo geral deste estudo foram identificadas as informações geradas pelo Censo da Educação Superior e pelo SINAES, mapeada a disponibilização dessas informações nas fontes primárias da web para se chegar a uma pré-definição das variáveis, as quais foram analisadas de acordo com o Modelo de Maturidade de Dados Abertos de Berners-Lee (2006), a fim de realizar a proposição de integração e disponibilização dessas informações no Painel da Avaliação dos Cursos Superiores. Por fim, demonstrou-se a viabilidade da proposta por meio do padrão *Linked Open Data*.

A integração dos dados do Censo da Educação Superior e do SINAES em um único portal de acesso na internet significou trazer os dados de diferentes fontes da web para um único local, onde o usuário não tem a dificuldade de buscar as informações em endereços eletrônicos distintos. Também foi proposta um interface uniforme no Painel com resultados do Censo da Educação Superior e do Questionário dos Estudantes, objetivando superar a dispersão dos dados.

A integração e a superação da dispersão das informações em portal único da internet torna o acesso às informações educacionais de nível superior mais fácil, beneficiando aos cidadãos comuns que necessitem de dados, mas não dispõem de condições para buscar e contextualizar as informações espalhadas em diversos locais e fontes da web.

A facilidade de acesso à informação educacional, proposta na solução do problema dessa pesquisa, propicia a instrumentalização da sociedade com informações que propiciam a participação cidadã nas políticas educacionais. Em conformidade com os conceitos de Governo Aberto, Norris (2001) alerta para o fato de que o acesso às informações públicas tem influência para a atuação de um cidadão mais engajado e crítico.

A proposta da integração e disponibilização de informações no Painel partiu da sistematização de disponibilidade de informações pertinentes ao processo de estatística e avaliação da educação superior, buscando superar lacunas de informações e dispersão de informação em distintos canais e locais na web, promovendo a transparência dos dados públicos.

No que tange à transparência do poder público para fortalecimento da democracia participativa, este estudo fomentou a discussão sobre a produção e consumo de Dados Governamentais Abertos do INEP, visando o empoderamento da sociedade.

Quanto à limitação deste estudo, especificado no capítulo 1, que é a de não definição de ontologia ao abordar o padrão Linked Open Data, justifica-se, pois o foco deste estudo foi oferecer a sociedade um caminho facilitado para se obter as informações produzidas pelo Censo da Educação Superior e pelo SINAES, no que tange aos cursos de graduação. Assim, a proposta de utilização do padrão LOD foi apenas uma demonstração de viabilidade da proposta do estudo, não se aprofundando nos aspectos técnicos de ontologia das informações.

Registra-se, também, que no desenvolvimento do trabalho houve limitações ocasionadas pela indisponibilidade nos portais oficiais da

web analisados das informações relativas às notas das dimensões e dos indicadores do instrumento de avaliação dos cursos de graduação.

Neste contexto, verifica-se que o Inep tem se ajustado aos princípios que regem a LAI e DGA, entretanto, ainda existe um rico acervo de informações da educação superior não disponibilizado ao público. Por isso é necessário avançar no que tange à disponibilização proativa na web de dados que são passíveis de serem abertos. Assim, cidadãos, pesquisadores, organizações terão possibilidades de utilizar base de dados públicos objetivando gerar novos conhecimentos e serviços, numa concepção de coparticipação entre ente privado e público na oferta de serviços públicos à sociedade.

Desta forma, a principal contribuição desta pesquisa foi apresentar uma proposta prática e viável de integração e disponibilização de informações da educação superior, com base em princípios da Lei de Acesso à informação e de Dados Governamentais Abertos.

Além disso, aprofundar o estudo e a discussão sobre a temática e as atuais políticas de acesso à informação pública proporciona uma importante reflexão sobre a aplicação dos conceitos advindos desse tema, como transparência e estímulo ao controle e à participação social, na gestão dos processos e resultados da avaliação educacional de nível superior.

Por fim, sugere-se como possibilidades futuras de estudos uma pesquisa de satisfação dos usuários do Painel da Avaliação dos Cursos Superiores sobre a integração e disponibilização dos dados do Censo da Educação Superior e do SINAES. Sugere-se, ainda, estudo objetivando a integração de dados de outras fontes governamentais, como por exemplo as informações coletadas pelo IBGE sobre educação e trabalho.



## REFERÊNCIAS

- AGUNE, Roberto M.; FILHO, Alvaro S. G.; BOLLIGER, Sergio P. Governo Aberto SP: disponibilização de bases de dados e informações em formato aberto. III Congresso Consad de Gestão Pública. Painelel 13/050. Brasília, 2010.
- AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.
- AFONSO, Almerindo Janela. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. Instituto de Educação Universidade do Minho, Braga, Portugal. Avaliação (Campinas) vol.19 no.2 Sorocaba July 2014.
- ALBANO, Cláudio Sonoglio. Dados governamentais abertos: proposta de um modelo de produção e utilização de informações sob a ótica conceitual da cadeia de valor. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2014.
- ALCOFORADO, Flávio. O Instituto de Governança Social: avanços e perspectivas no desenho de um novo arranjo organizacional. In: II Congresso Consad de Gestão Pública. Brasília, 2009.
- ALVES, Lauro E. S. Governança e cidadania empresarial. RAE - Revista de Administração de Empresas Out./Dez. v. 41, n. 4, p. 78-86. São Paulo, 2001.
- ALVES, Marcus V. C. Portais de Governo: uma avaliação na Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2012.
- AMORIM, Paula K. D. F. Democracia e Internet: a transparência de gestão nos portais eletrônicos das capitais brasileiras. Tese de doutorado, UFBA, 2012.
- ASSIS, Marluce M. A.; VILLA, Tereza C. S. O controle social e a democratização da informação: um processo em construção. Revista Latino-Americana de Enfermagem. v. 11, n. 3. maio-junho. Ribeirão Preto, 2003.

AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M.; LIMA, L. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e Avaliação Institucional no Ensino Superior: uma discussão bibliográfica. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. "SINAES" contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Educ. Soc. vol.27 no.96 Campinas Oct. 2006.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERS E PAIBU. Revista Avaliação, v. 13, n. 1, p. 131-152, mar. Campinas; Sorocaba, SP, 2008.

BENEDICTO, Samuel C. de; JÚNIOR, Ernani de S. G.; PEREIRA, José R.; ANDRADE, Gustavo H. N. Governança Corporativa: Uma análise de Aplicabilidade dos seus Conceitos na Administração Pública. Organizações Rurais & Agroindustriais, v.15, n.2, p 286-300, 2013.

BERLE, A.; MEANS, G. The modern corporation and private property. New York: MacMillan, 1932.

BERLIN COMMUNIQUE, 2003. Documento disponível em: [http://www.ehea.info/Uploads/Documents/2003\\_Berlin\\_communique\\_Portuguese.pdf](http://www.ehea.info/Uploads/Documents/2003_Berlin_communique_Portuguese.pdf)>. Acesso em: 11 Mai. 2015.

BERNERS-LEE, T. Linked Data - Design Issues, 2006. Disponível em: < <http://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html> >. Acesso em: 07 jun 2015.

BERNERS-LEE, Tim; HENDLER, James; LASSILA, Ora. The Semantic Web. Scientific American. 2001. Disponível em: < <http://www.scientificamerican.com/article/the-semantic-web/>>. Acesso em 07 jul. 2015.

BERTOLIN, Rosângela V.; SANTOS, Antônio C. dos; LIMA; Juvêncio B. de; BRAGA, Marcelo J. Assimetria de informação e confiança em interações Cooperativas. RAC, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 59-81, Jan./Mar. 2008.

BILLING, David. International comparisons and trends in external quality assurance of higher education: Commonality or diversity? Higher Education, Netherlands: Kluwer Academic, n. 47, p.113-137, 2004.

BIZER, C.; CYGANIAK, R.; HEATH, T. How to publish linked data on the web. [S.l. : s.n.], 2007. Disponível em:< <http://wifo5-03.informatik.uni-mannheim.de/bizer/pub/LinkedDataTutorial/>> . Acesso em: 07 jul de 2014.

BORGES, Luiz Ferreira Xavier; SERRÃO, Carlos Fernando de Barros. Aspectos de Governança Corporativa Moderna no Brasil. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 111-148, dez, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988.

BRASIL, MEC-INEP. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 5ª ed. revista e ampliada, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020. Vol I. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. – Brasília, DF: CAPES, 2010.

BRASIL. Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91177-29-marco-1985-441184-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 de jul de 2014.

BRASIL/INEP. SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à Regulamentação. 5º. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)>. Acesso em: 06 de ago de 2014.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Portaria Normativa nº 40 de 12.dez.2007. Republicada em 29 de dezembro de 2010. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Decreto de 15 de setembro de 2011. Institui o plano de ação nacional sobre governo aberto e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13117.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13117.htm). Acesso em: 24 jun. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.317 de 20 de dezembro de 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6317.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6317.htm)>. Acesso em: 15 out. 2014.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: 09 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Departamento de Governo

Eletrônico. Indicadores e métricas para avaliação de e-Serviços / Departamento de Governo Eletrônico . – Brasília : MP, 2007.  
BRASIL. Decreto n. 6.317, de 20 de dezembro de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 794 de 23. Ago. 2013. Dispõe sobre o censo da educação superior. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Utilização dos Insumos do Questionário do Estudante Aplicado em 2013. Nota Técnica n. 70, 15 de outubro de 2014 (atualizada em 11 de maio de 2015). Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2014.

BRAZILIAN, M. et al. Open source software and crowdsourcing for energy analysis. *Energy Policy*. v.49, p. 149–153, 2012.

BRENNAN, John; SHAH, Tarla. Quality assessment and institutional change: experiences from 14 countries. Centre for higher Education Research and Information, Open University, 331-349, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. *Revista do Serviço Público*, v.47, n.1, jan./abr. 1996.

CAPES. CAPES 50 anos: Depoimentos ao CPDOC/FGV. Organizadores Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira. Brasília: CAPES, 2002.

CAPES. Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG): 2011 - 2020. Organizadores Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira. Brasília: CAPES, 2002.

CAPES. Avaliação. Disponível em: <  
<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>>. Acessado em: 05/06/2015.

CATAPAN, Anderson; CHEROBIM, Ana Paula M. S. Estado da arte da governança corporativa: estudo bibliométrico nos anos de 2000 a 2010. *RACE*, Unoesc, v. 9, n. 1-2, p. 207-230, jan./dez. 2010.

CALDERÓN, César. Por qué un Gobierno Abierto. CONCHA, Gáston, NASER, Alejandra (Org.). *El desafío hacia el gobierno abierto en la hora de la igualdad*. Editores CEPAL y Alis. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 2012.

CALDERÓN, C.; LORENZO, S. Open Government: Gobierno Abierto. Jaén: Algón Editores, 2011.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM GOVERNANÇA SOCIAL INTEGRADA – CRGSI. Governança social integrada: encontro de consolidação da plataforma. Fundação Dom Cabral. Núcleo de Sustentabilidade. Belo Horizonte, 2013.

CONTERA, Cristina. Modelos de Avaliação da Qualidade da Educação Superior. In DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. (Orgs.). *Aviação Democrática: para uma universidade cidadã*. Florianópolis: Insular, 2002.

Comunidade Transparência Hacker. Manual dos dados abertos: governo. Traduzido e Adaptado de [opendatamanual.org](http://opendatamanual.org). Versão 1.0port. Abril de 2011. Disponível em: [http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/Manual\\_Dados\\_Abertos\\_WEB.pdf](http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/Manual_Dados_Abertos_WEB.pdf)> Acesso em: 24 de jun. 2014.

CORREIA, M. V. C. Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

CORREIA, Maria V. C. Controle Social na Saúde. In: MOTA, Ana Elizabete et al (orgs). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1, p. 111-138.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 101, p. 20-49, jul. 1997.

DAWES, S. Stewardship and usefulness: Policy principles for information-based transparency. *Government Information Quarterly*. v. 27, n.4, p. 377–383, 2010.

DEMO, Pedro. *Introdução à Metodologia da Ciência*. 2º edição. São Paulo: Atlas, 1985, p. 19.

DINIZ, Henrique E.; BARBOSA, Alexandre F.; JUNQUEIRA, Alvaro R. B.; PRADO, Otavio. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. RAP – Rio de Janeiro 43(1):23-48, JAN/FEV. 2009.

DINIZ, V. Como conseguir dados governamentais abertos. In: Congresso Consad de Gestão Pública III, Brasília, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252.

DOWBOR, Ladislau. Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://dowbor.org>> Acesso em: 23 out. 2014.

ERICHSEN, H. U. Tendências europeias na graduação e na garantia da qualidade. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n. 17, , p. 22-49, jan./jun. 2007.

FAZENDA, Ivani C. A. Interdisciplinaridade: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003.

FÁVERO, O. Reavaliando as avaliações da CAPES. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. A avaliação da pós-graduação em debate. São Paulo: ANPED, 1999.

FIRMINO, Sandra. Política de compensação dos desequilíbrios territoriais e governança na União Européia: um exemplo de multi-level governance. In: XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008.

FREITAS, Ilton L. P. de. e-Governo e accountability nas democracias: aspectos teóricos e desenvolvimentos recentes no Brasil. Tese de doutorado, UFRGS, 2012.

FOX, Jonathan; HAIGHT, Libby. Mexico's transparency reforms: theory and practice. Research in Social Problems and Public Policy, v. 19, p.353-379. Emerald Group Publishing Limited, 2011. Disponível

em: <<http://escholarship.org/uc/item/50q0m31z>>. Acesso em: 21 mai. 2015.

FUENTE, Carlos de la. Gobierno como plataforma: retos y oportunidades. CONCHA, Gáston, NASER, Alejandra (Org.). (2012). *El desafío hacia el gobierno abierto en la hora de la igualdad*. Editores CEPAL y Alis. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 2012.

GATTI, Bernardete; ANDRÉ, Marli; FÁVERO, Osmar; CANDOU, Vera M. F. O modelo de avaliação da CAPES. Rev. Bras. Educ. no.22 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2003.

GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Alfredo Macedo. Exame nacional de cursos e política de regulação estatal do ensino superior. Cadernos de Pesquisa, n. 120, p 129-149, novembro /2003.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. Anais do XV Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Manaus, 2006. Disponível em: <<http://conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/078.pdf>> Acesso em: 08/07/2014.

GOUVEIA, Andreia Barbosa; SILVA, Antonia Almeida; SILVEIRA, Adriana A. Dragone; JACOMINI, Márcia Aparecida; BRAZ, Terezinha Pereira. Trajetória da Avaliação da Educação Superior no Brasil: singularidades e contradições (1983 – 2004). Estudos em Avaliação Educacional, v. 16, n. 31, jan./jun. 2005.

GUSTIN, Miracy B. S. Efetividade da governança social em comunidades periféricas e de exclusão: algumas questões de fundo. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Janeiro a junho, v. 97. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.pos.direito.ufmg.br/rbepdocs/097383406.pdf>>. Acesso em: 09 de jul de 2014.

HAMILTON, R.W.; Corporate Governance in America 1950-2000: Major Changes But Uncertain Benefits. The Journal of Corporation Law, Iowa, v. 25, i2, p.349-373, winter, 2000.

HARVEY, Lee. A history and critique of quality evaluation in the UK. *Quality Assurance in Education*, v. 13, n. 4, p. 263-267, 2005.

HERKENHOFF, Maria B.; RABELO, Desirée C. Controle social e direito de acesso à informação – considerações a partir da política de Assistência Social. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 82 - 93, jan./jul. 2011.

HEY, J. *The Data, Information, Knowledge, Wisdom Chain: The Metaphorical link*, 2004.

HORTALE, V.; MORA, J. G. Tendências das reformas da educação superior na Europa no contexto do processo de Bolonha. *Revista Educação & Sociedade*, vol.25, no.88, p. 937-960, Campinas, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000300014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300014&lng=pt&nrm=iso). Acesso: 20 jun. 2015.

IBGC. INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Governança Corporativa*. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=17>>. Acesso em: 03.jan.2014.

IBGC. INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Governança Corporativa*. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=17>>. Acesso em: 03.jan.2014.

IBGC. INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Governança no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=20>> Acesso em: 03.fev.14

IFAC. INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. *Good Governance in the Public Sector. Consultation Draft for an International Framework* Disponível em: <<http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/Good-Governance-in-the-Public-Sector.pdf>> Acesso em 03.Fev.2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira *Censo da educação superior: 2010 – resumo técnico*. – Brasília:

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo da educação superior: 2010 – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.INEP.gov.br/web/kenso-da-educacao-superior>>. Acesso em: 11 mai 2015.

INEP. Finalidades e atribuições, 2015. Disponível em: <<http://portal.INEP.gov.br/institucional-finalidades>>. Acesso em: 05 jun.2015

INEP. Portaria nº 008 de 04. Ma. 2015. Revisão do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades: presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, DF, 2015.

ISOTANI, S. et al. Estado da Arte em Web Semântica e Web 2.0: Potencialidades e Tendências da Nova Geração de Ambientes de Ensino na Internet. Revista Brasileira de Informática na Educação, 17, n. 1, 2009.

JACOBI, Pedro R. Educação, ampliação da cidadania e participação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.26, n.2, p.11-29, jul./dez. 2000.

JANSSEN, Marijn. CHARALABIDIS, Yannis. ZUIDERWIJK, Anneke. Benefits, adoption barriers and myths of open data and open government. Information Systems Management (ISM), vol. 29, no.4, pp, 2012.

JANSSEN, M; ESTEVEZ, E. Lean government and platform-based governance—Doing more with less. Government Information Quarterly, v.30 p. 51-58, 2013.

JARDIM, José Maria. A Lei de Acesso à Informação Pública: dimensões político-informacionais. XIII ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação). Rio de Janeiro, 2012.

JARDIM, José Maria. Transparência e opacidade do estado no Brasil : usos e desusos da informação governamental / José Maria Jardim. — Niterói : EdUFF, 1999.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v.3, 1976.

JESSOP, Bob. The Governance of Complexity and the Complexity of Governance: Preliminary Remarks on some Problems and Limits os Economic Guidance. Department of Sociology, Lancaster University, Lancaster, 1999. Disponível em <<http://www.lancaster.ac.uk/fass/sociology/research/publications/papers/jessop-governance-of-complexity.pdf>>.

KASSEN, M. A promising phenomenon of open data: A case study of the Chicago open data project. *Government Information Quarterly*. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2013.05.012>>. Acesso em: 07/06/2015.

KAUFMANN, Daniel; BELLVER, Ana. Transparenting Transparency: Initial Empirics and Policy Applications. *Social Science Research Network*. Ago. 2005. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=808664](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=808664)>. Acesso em: 21 mai. 2015.

KAYO, Eduardo K. ; FAMÁ, Rubens. Teoria da Agência e crescimentos: evidências empíricas dos efeitos positivos e negativos do endividamento. *Caderno de pesquisa em administração*, v. 2, n° 5, 2° sem./97.

KITAGAWA, Carlos H.; RIBEIRO, Maisa de S. Governança corporativa na América Latina: a relevância dos princípios da OCDE na integridade dos conselhos e autonomia dos conselheiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, USP, São Paulo, v. 20, n. 51, p. 61-76, setembro/dezembro 2009.

KERLINGER, F. N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU/ EDUSP, 1979.

KNOPP, Glauco; ALCOFORADO, Flávio. Governança social, intersetorialidade e territorialidade em políticas públicas: o caso da OSCIP Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CEMAIS). In: III Congresso Consad de Gestão Pública. Brasília, 2010.

LAJARA, Tamara T. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

KUENZER, Acacia Zeneida; MORAES, Maria Célia M. de. Temas e Tramas na Pós-Graduação em educação. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1341-1362, Set./Dez. 2005.

LEITE, Denise; GENRO, Maria E. H. Avaliação e internacionalização da educação superior: Quo vadis América Latina?. Revista Avaliação (Campinas), vol.17, no.3. Sorocaba, São Paulo, 2012.

MEC. História, Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=172](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=172)>. Acesso em: 05 jun. 2015

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. Archives of Psychology. v. 22, n. 140, p. 44-53, 1932.

MAGALHÃES, Renata S. P. Governança em Organizações Públicas – Desafios para entender os fatores críticos de sucesso: o caso do Tribunal de Contas da União. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Programa de Pós-graduação em... Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. Brasília, 2011.

MARQUES, Maria da C. da C. Aplicação dos Princípios da Governança Corporativa ao Sector Público. RAC, v. 11, n. 2, p. 11-26. Abr./Jun., 2007.

MARINI, Caio. Um decálogo da boa gestão pública: os desafios de um Estado para resultados. In: XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires,

Argentina, nov. 2008, pp. 1-10.

MARTINS, Humberto F. Publicização e Organizações Sociais: construindo organizações multicêntricas. In: III Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento. Madrid, 1998, pp 1-100.

MATIAS-PEREIRA, José. A Governança Corporativa Aplicada no Setor Público Brasileiro. Administração Pública e Gestão Social, Viçosa, v.2, n.1, p.110-135, jan./mar. 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. Governança no Setor Público. Editora Atlas, São Paulo, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. Editora Atlas, 4º edição, revista e atualizada. São Paulo, 2012.

MEC: Ministério da Educação. Portaria nº 1.741, de 12 de dezembro de 2011. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades: presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2011.

MEIJER, A. J. Publishing public performance results on the Internet Do stakeholders use the Internet to hold Dutch public service organizations to account? Government Information Quarterly, v. 24, p. 165-185, 2007.

MENDONÇA, Luciana R. de; FILHO, Cláudio A. P. M. Governança nas organizações do terceiro setor: considerações teóricas. R.Adm., São Paulo, v.39, n.4, p.302-308, out./nov./dez. 2004.

MENDONÇA, Miranda M.; COSTA, Fábio M. da; GALDI, Fernando C.; FUNCHAL, Bruno. O impacto da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) na qualidade do lucro das empresas brasileiras que emitiram ADRs1. Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo, v. 21, n. 52, janeiro/abril 2010.

MORGADO, J. C. Processo de Bolonha e Ensino Superior num mundo globalizado. Educação e Sociedade., Campinas, v. 30, n. 106, p. 37-62, jan./abr. 2009.

MOURA, Maria Aparecida. A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões. UFMG, organizadora. Belo Horizonte, 2014.

MORIN, Edgar. Sur l'interdisciplinarité. Bulletin Interactif du Centre International de Recherches et Études transdisciplinaires, n. 2, juin, 1994. Disponível em: < <http://ciret-transdisciplinarity.org/bulletin/b2c2.php>>. Acesso em: 20.Jul.2015

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v.1, nº 3, 2ºsem./1996.

NEUMAN, Laura; CALLAND, Richard. Making the Law Work: The Challenges of Implementation. In: FLORINI, Ann (Ed). The Right to Know. New York: Columbia University Press, 2007. Disponível em < [https://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/americas/making\\_the\\_law\\_work.pdf](https://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/americas/making_the_law_work.pdf)> Acesso em: 11/05/2015.

NORRIS, P. Digital divide?: Civic engagement, information poverty, and the Internet Worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. Reinventando o governo: Como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 7.ed.Brasília: MH Comunicação, 1995.

OECD. Citizens as Partners — OECD. Handbook on information, consultation and public participation in policy-making. Paris: OECD, 2001.

OGP. ABOUT. Open Government Declaration. Disponível em: < [http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/attachments/leaflet\\_no.pdf](http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/attachments/leaflet_no.pdf)> Acesso em: 03 jul 2015.

OGP. ABOUT. Open Government Declaration. Disponível em: < <http://www.opengovpartnership.org/>> Acesso em: 03 jul 2015.

PATROCÍNIO, Carla; PILE, Marta. Uma Aposta na Garantia da Qualidade: A Avaliação das Unidades Curriculares no IST. Lisboa:

Modelos de Gestão e Governação do Ensino Superior - Uma perspectiva Global, 2008.

SOBRINHO, José D. Avaliação da Educação Superior. Petropolis: Vozes, 2000.

PINHO, José A. G. de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. Rap – rio de Janeiro 42(3):471-93, maio/Jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a03v42n3>.

POLIDORI, Marlis Morosini. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e... outros índices. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QEDU. qedu, 2014. Disponível em: . Acesso em: 23 maio. 2015

SANTOS, Maria H. de C. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. Dados, vol. 40, n°. 3, Rio de Janeiro, 1997.

SARTORI, Rejane. Governança em Agentes de Fomento dos Sistemas Regionais de CT&I. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

RAMOS, Alexandre M.; MARINHO, Sidnei V. Modelo de informação para divulgação dos processos de avaliação e regulação das universidades públicas federais no contexto da lei de acesso à informação. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Administração modalidade EaD, Florianópolis, SC, 2012.

RISTOFF, Dilvo I. Construindo outra educação: tendências e desafios da educação brasileira. O SINAES e os seus desafios. Florianópolis: Insular, 2011.

RISTOFF, Dilvo I. Construindo outra educação: tendências e desafios da educação brasileira. Portal SINAES: transparência radical. Florianópolis: Insular, 2011.

RODRIGUES, Andréa Leite; MALO, Marie Claire. Estruturas de governança e empreendedorismo coletivo: o caso dos doutores da alegria. Rev. adm. contemp. vol.10 no.3 Curitiba July/Sept. 2006.

Rossetti, José Paschoal; Andrade, Adriana. Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências. 6º Ed. São Paulo, Atlas 2012.

ROTHBERG, D. Portais eletrônicos de governo e a contribuição da informação e da comunicação para a expansão da cidadania. In: Encontro Anual da Anpocs, 34., 2010. Caxambu/MG. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/seminarios\\_tematicos/ST02/DRothberg.pdf](http://www.anpocs.org.br/portal/seminarios_tematicos/ST02/DRothberg.pdf)>. Acesso em: 05.mai.2014.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. Expansão da educação superior no Brasil e avaliação institucional: um estudo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) na “Revista Avaliação”. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n. 30, p. 167-181, jul./dez. 2010.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governança democrática na era da informação. R AP Rio de Janeiro 37(6):1257-80, Nov./Dez. 2003.

SÁ, Maria I. da F.; MALIN, Ana Maria B. Lei de Acesso à Informação: um estudo comparativo com outros países. XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XIII ENANCIB. Comunicação Oral. Rio de Janeiro, 2012.

SALGADO, A.C.; LÓSCIO, B.F. “Integração de Dados na Web”, In: Anais da VI Escola Regional de Informática, São Carlos, 2001.

SANTOS, Otávio Albuquerque Ritter dos. Minha escola transparente : uma análise comparativa do uso de dados governamentais abertos na educação básica no Brasil e Inglaterra. Dissertação de mestrado. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2014.

SATHLER, L. Governança no Terceiro Setor: Estudo Descritivo-Exploratório do Comportamento de Conselhos Curadores de Fundações Empresariais no Brasil. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SERPA, Selma M. H. C. Compreendendo os conceitos de governança para controlar. Nota Técnica, Seaud. Revista TCU, v/2013.

SCHWARTZMAN, Simon. Brasil: oportunidade e crise no ensino superior, 1988. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/oportun.htm> >. Acesso em: 21 jul. 2014. Originalmente publicado como: Brazil: opportunity and crisis in higher education. Higher Education, v. 17, n. 1, 1988.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ética-epistemológica da avaliação. In: RISTOFF, Dilvo; ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula (Org.). Avaliação Participativa e Perspectivas e debates. Brasília: INEP, 2005.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação da Educação Superior: avanços e riscos. Revista Científica. São Paulo, v. 10, n. especial, p. 67-93, 2008.

SOBRINHO, José Dias. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. Avaliação (Campinas) vol.13 no.3 Sorocaba Nov. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772008000300011>

SOBRINHO, José Dias. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

SORDI, Osvaldo de; MEIRELES, Manuel; SANCHES, Cida. Design Science aplicada às pesquisas em administração: reflexões a partir do recente histórico de publicações internacionais. Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 10-36, jan./mar. 2011.

SPERONI, Rafael de Moura ; RAMOS, A. M. ; GAUTHIER, Fernando Alvaro Ostuni ; DA LUZ, Rafael R. ; DIAS JUNIOR, C. M. . Avaliação do ensino superior público no Brasil: protótipo de aplicação linked data.

In: Anais do LOD Brasil 2014, 2014, Florianópolis. Lod Brasil: linked open data. Florianópolis, 2014.

STUBRIN, Adolfo. Los mecanismos nacionales de garantía pública de calidad em el marco de la internacionalización de la educación superior. Avaliação: revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, v. 10, n. 4. Campinas, São Paulo, 2005.

Tribunal de Contas da União (TCU). Levantamento acerca da Governança de Tecnologia da Informação na Administração Pública Federal. 2008. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056852.PDF>> Acesso em: 27.Fev.2013

Tribunal de Contas da União (TCU). Sefit: missão, visão, valores e negócios. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/tecnologia\\_informacao/sefti/principios](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/tecnologia_informacao/sefti/principios)> Acesso em: 27.Fev.2013

VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella, Maia; MATHEUS, Ricardo. Dados Governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. Cadernos PPG-AU/FAUFBA, v. 9, p. 45-62, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VILLELA, Lamounier erthal; PINTO, Mario C. S. Revista de Administração Pública — rap. rio de Janeiro 43(5):1067-1089, Set./out. 2009.

Vilhena, Renata... [et al.]. (Organizadores). O Choque de Gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2006.

ZANDAVALLI, Carla Busato. Avaliação da Educação Superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 351-383, jul. 2009. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 337-350, jul. 2009.

WANG, Z.; LI, J.; ZHAO, Y.; SETCHI, R.; TANG, J. A unified approach to matching semantic data on the Web. *Knowledge-Based Systems*, v.39. p. 173–184, 2013.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

W3C. *RDF Primer*. (2004). W3C Recommendation 10 February 2004. Disponível em: < <http://www.w3.org/TR/rdf-primer/> >. Acesso 07 jul. 2015.



## APÊNDICE A – Indicadores do Instrumento de ACG

QUADRO 15 - Indicadores da Dimensão Organização Didático-Pedagógica

DIMENSÃO	INDICADORES
<b>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA</b>	1.1 Contexto educacional
	1.2 Políticas institucionais no âmbito do curso
	1.3 Objetivos do curso
	1.4 Perfil profissional do egresso
	1.5 Estrutura curricular
	1.6 Conteúdos curriculares
	1.7 Metodologia
	1.8 Estágio curricular supervisionado
	1.9 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica
	1.10 Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica
	1.11 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática
	1.12 Atividades complementares
	1.13 Trabalho de conclusão do curso (TCC)
	1.14 Apoio ao discente
	1.15 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso
	1.16 Atividades de tutoria
	1.17 Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem
	1.18 Material didático institucional
	1.19 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes
	1.20 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
	1.21 Número de vagas
	1.22 Integração com as redes públicas de ensino
	1.23 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde/SUS – relação alunos/docente
	1.24 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde/SUS – relação alunos/usuários
	1.25 Atividades práticas de ensino
	1.26 Atividades práticas de ensino para áreas de saúde
	1.27 Atividades práticas de ensino para Licenciaturas

Fonte: a partir do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação

QUADRO 16 - Indicadores da Dimensão Corpo Docente e Tutorial

DIMENSÃO	INDICADORES
<b>INFRAESTRUTURA</b>	1.1 Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI
	1.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos
	1.3 Sala de professores
	1.4 Salas de aula
	1.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática
	1.6 Bibliografia básica
	1.7 Bibliografia complementar
	1.8 Periódicos especializados
	1.9 Laboratórios didáticos especializados: quantidade
	1.10 Laboratórios didáticos especializados: qualidade
	1.11 Laboratórios didáticos especializados: serviços
	1.12 Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística)
	1.13 Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas
	1.14 Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação
	1.15 Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados
	1.16 Sistema de referência e contrarreferência
	1.17 Biotérios
	1.18 Laboratórios de ensino para a área de saúde
	1.19 Laboratórios de habilidades
	1.20 Protocolos de experimentos
	1.21 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)
	1.22 Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)

Fonte: a partir do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação

QUADRO 17 - Indicadores da Dimensão Infraestrutura

DIMENSÃO	INDICADORES
<b>CORPO DOCENTE E TUTORIAL</b>	2.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE;
	2.2 Atuação do (a) coordenador (a)
	2.3 Experiência profissional, do magistério superior e de gestão
	2.4 Regime de trabalho do (a) coordenador (a) do curso
	2.5 Carga horária de coordenação do curso
	2.6 Titulação do corpo docente do curso
	2.7 Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores
	2.8 Regime de trabalho do corpo docente do curso
	2.9 Experiência profissional do corpo docente
	2.10 Experiência no exercício da docência na educação básica
	2.11 Experiência de magistério superior do corpo docente
	2.12 Relação entre o número de docentes e o número de vagas
	2.13 Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente
	2.14 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica
	2.15 Titulação e formação do corpo de tutores do curso
	2.16 Experiência do corpo de tutores em educação a distância
	2.17 Relação docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudantes
	2.18 Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica
	2.19 Responsabilidade docente pela supervisão da assistência odontológica
	2.20 Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente

Fonte: a partir do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação

O critério de análise já é pré-estabelecido no instrumento e vinculado a cada nota da escala de 1 a 5, conforme determina a Lei do SINAES (BRASIL, 2004). Para exemplificação de como a pontuação deve ser realizada, apresenta-se os critérios de análise da Dimensão 1 e indicador 1 do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação vigente, conforme exposto no quadro 11.

## QUADRO 18 - Critério de Análise

Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA Fontes de Consulta: Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico do Curso, Relatório de Autoavaliação Institucional, Políticas Institucionais, Diretrizes Curriculares Nacionais, quando houver, Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, quando couber, Formulário Eletrônico preenchido pela IES no e-MEC.		
<b>Indicador</b>	<b>Conceito</b>	<b>Critério de Análise</b>
<b>1.1 Contexto educacional</b>	1	Quando o PPC não contempla as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental.
	2	Quando o PPC contempla, de maneira insuficiente, as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental.
	3	Quando o PPC contempla, de maneira suficiente, as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental.
	4	Quando o PPC contempla muito bem as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental.
	5	Quando o PPC contempla, de maneira excelente, as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental.

Fonte: a partir do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação

## APÊNDICE B – Especificação da Variáveis Seleccionadas

Quadro 19: Variáveis do conceito final do curso avaliado

<b>Nota final da avaliação in loco</b>
Nota final do curso de graduação em uma escala de pontuação de 1 a 5.

Fonte: a autora

Quadro 20: Variáveis do Questionário dos Estudantes

<b>Itens relativos ao eixo de Percepção dos estudantes acerca de diversos aspectos relacionados aos seus processos formativos ao longo do curso. São 41 itens do Questionário dos Estudantes 2013 (26 a 67).</b>
<p>26. As disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadão e profissional.</p> <p>27. Os conteúdos abordados nas disciplinas do curso favoreceram sua atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional.</p> <p>28. As metodologias de ensino utilizadas no curso desafiaram você a aprofundar conhecimentos e desenvolver competências reflexivas e críticas.</p> <p>29. O curso propiciou experiências de aprendizagem inovadoras.</p> <p>30. O curso contribuiu para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional.</p> <p>31. No curso você teve oportunidade de aprender a trabalhar em equipe.</p> <p>32. O curso possibilitou aumentar sua capacidade de reflexão e argumentação.</p> <p>33. O curso promoveu o desenvolvimento da sua capacidade de pensar criticamente, analisar e refletir sobre soluções para problemas da sociedade.</p> <p>34. O curso contribuiu para você ampliar sua capacidade de comunicação nas formas oral e escrita.</p> <p>35. O curso contribuiu para o desenvolvimento da sua capacidade de aprender e atualizar-se permanentemente.</p> <p>36. As relações professor-aluno ao longo do curso estimularam você a estudar e aprender.</p> <p>37. Os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para seus estudos.</p> <p>38. As referências bibliográficas indicadas pelos professores nos planos de ensino contribuíram para seus estudos e aprendizagens.</p> <p>39. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes superarem problemas e dificuldades relacionados ao processo de formação.</p> <p>40. A coordenação do curso promoveu ações de mediação em situações eventuais de conflito ocorridas na relação professor-aluno.</p> <p>41. O curso exigiu de você organização e dedicação frequente aos estudos.</p> <p>42. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária.</p> <p>43. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica e de atividades que estimularam a investigação acadêmica.</p> <p>44. O curso ofereceu condições para os estudantes participarem de eventos internos e/ou externos à instituição.</p>

45. A instituição ofereceu oportunidades para os estudantes atuarem como representantes em órgãos colegiados.
46. O curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas.
47. As atividades práticas foram suficientes para a formação profissional.
48. O curso propiciou conhecimentos atualizados/contemporâneos em sua área de formação.
49. O estágio supervisionado proporcionou experiências diversificadas para a sua formação.
50. As atividades realizadas durante seu trabalho de conclusão de curso contribuíram para qualificar sua formação profissional
51. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios no país.
52. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios fora do país.
53. O curso realizou avaliações periódicas da qualidade das disciplinas e da atuação dos professores.
54. As avaliações de aprendizagem aplicadas pelos professores foram coerentes com o conteúdo ministrado.
55. Os professores apresentaram disponibilidade para atender os estudantes.
56. Os professores demonstraram domínio do conteúdo das disciplinas que ministraram.
57. Os professores utilizaram tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem.
58. A instituição dispôs de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico.
59. O curso disponibilizou monitores ou tutores para auxiliar os estudantes.
60. As condições de infraestrutura das salas de aula foram adequadas.
61. Os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes.
62. Os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso.
63. A biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram.
64. A instituição contou com biblioteca virtual ou conferiu acesso a obras disponíveis em acervos virtuais.
65. O ambiente acadêmico favoreceu a reflexão e convivência social de forma a promover um clima de respeito à diversidade.
66. A instituição contou com espaços de cultura, de lazer, de convívio e interação social.
67. A instituição dispôs de refeitório, cantina e banheiros em condições adequadas que atenderam as necessidades dos seus usuários.

Quadro 21: Variáveis do Censo da Educação Superior

<b>Variáveis do módulo Curso do Censo da Educação Superior</b>
1. Código automático de identificação gerado pelo EMEC para IES
2. Nome da IES
3. Código da categoria Administrativa
4. Nome da categoria Administrativa
5. Código da organização Acadêmica
6. Nome da organização Acadêmica
7. Código do município do local de oferta do curso gerado pelo E-MEC
8. Nome do município do local de oferta do curso gerado pelo EMEC
9. Código da unidade da federação do local de oferta do curso gerado pelo E-MEC
10. Sigla da unidade da federação do local de oferta do curso gerado pelo E-MEC
11. Nome da região geográfica do local de oferta do curso gerado pelo E-MEC
12. Informa se o local de oferta do curso presencial está localizado na capital
13. Código único de identificação do curso
14. Nome do curso
25. Código do grau acadêmico conferido ao diplomado pelo curso
26. Nome do grau acadêmico conferido ao diplomado pelo curso
27. Código da modalidade de ensino do curso
28. Nome da modalidade de ensino do curso
29. Código do nível acadêmico do Curso
30. Nome do nível acadêmico do Curso
31. Informa se o curso é gratuito
34. Carga horária mínima do curso
35. Data de início de funcionamento do curso
36. Informa se o curso garante condições de acessibilidade a pessoas com deficiência
37. Informa se o curso possui material didático digital acessível
38. Informa se o curso possui material em formato impresso em caracter ampliado
39. Informa se o curso possui material pedagógico tátil
40. Informa se o curso possui material didático em formato impresso acessível
41. Informa se o curso possui material em áudio
42. Informa se o curso possui material em Braille
43. Informa se o curso oferece disciplina de libras
44. Informa se o curso possui guia intérprete
45. Informa se o curso possui material didático em língua brasileira de sinais
46. Informa se o curso possui recursos de acessibilidade à comunicação
47. Informa se o curso possui recursos de informática acessível
48. Informa se o curso oferece tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais
49. O curso funciona no turno Integral
50. O curso funciona no turno Matutino
51. O curso funciona no turno Noturno
52. O curso funciona no turno Vespertino
53. Prazo mínimo de integralização do curso matutino em número de anos
54. Prazo mínimo de integralização do curso vespertino em número de anos
55. Prazo mínimo de integralização do curso noturno em número de anos
56. Prazo mínimo de integralização do curso integral em número de anos
57. Prazo mínimo de integralização dos cursos EaD em número de anos
60. Informa se o curso possui laboratórios

Fonte: a autora